

Semanário  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 900  
21 de Março de 1991  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## CDU

A assinatura de acordo constitutivo da Coligação Democrática Unitária para a concorrência às próximas eleições legislativas realiza-se amanhã, às 17 horas, com a presença de representantes do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática.

### Encontros com o PCP

Com vista a debater aspectos relativos à constituição da CDU para a concorrência às próximas eleições legislativas, realizou-se na passada segunda-feira um encontro de delegações do PCP e do Partido Ecologista «Os Verdes». A delegação do PCP era dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e integrava Luís Sá e José Casanova, da Comissão Política; a delegação do PEV era composta por Isabel de Castro e André Martins, membros da Comissão Executiva e do Conselho Nacional.

Com idêntico objectivo, realizou-se no mesmo dia um encontro entre uma delegação do PCP, compos-

ta por Carlos Brito e Octávio Teixeira, membros da Comissão Política, e uma delegação da Intervenção Democrática, composta por Herberto Goulart e Corregedor da Fonseca.

Para intercâmbio de opiniões sobre a situação política nacional, realizou-se por seu turno na terça-feira um encontro entre uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal e integrando Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, e uma delegação da UDP, dirigida por Mário Tomé e integrando Luís Fazenda e Carlos Santos.



Álvaro Cunhal na Lousã

## Comemorar 70 anos de luta e esperança

Págs. 4, 5 e 6/Semana



A Festa já está a andar!

Atalaia • Amora • Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91

Pág. 10/Semana



Manifestação em Lisboa

## Trabalhadores dizem não

Págs. 1, 2 e 3/Semana



# REMODELAÇÃO

Um «Avante!» novo em Abril

Pág. 1/Em Foco





Milhares de pessoas dos distritos de Lisboa e Setúbal desceram a Avenida da Liberdade numa manifestação que desembocou no Rossio



Trabalhadores desfilaram por ruas do Porto para expressarem o seu protesto contra a legislação laboral que o Governo pretende aprovar

## Jornada nacional de luta contra o pacote laboral

# Trabalhadores dizem Não! à perda de direitos

Milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal concentraram-se no passado sábado no Marquês de Pombal, em Lisboa, onde iniciaram uma importante manifestação contra o pacote laboral que desembocou no Rossio, frente ao palanque da CGTP. Os presentes ouviram a intervenção de Carvalho da Silva, coordenador da central sindical, que deixou claro que não é aceitável que sejam os trabalhadores «os deserdados do progresso tecnológico».

«Governo e capital querem pacote laboral» e «quarenta horas já, sem mais demoras», foram as principais palavras de ordem entoadas pelos manifestantes ao longo descida da

Avenida da Liberdade. Os panos pintados que sobressaíram entre a multidão em desfile assinalavam a presença de muitas empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal e mostra-

vam a determinação dos seus trabalhadores em se oporem às intenções legislativas do Governo PSD, no capítulo laboral.

Esse foi também o sentido do discurso do coordenador da CGTP-IN, que colocou em primeiro lugar os «problemas inerentes às leis laborais que o Governo e o patronato querem aprovar». Contudo, «as políticas salarial e de protecção social e a duração e organização do tempo de trabalho» foram igualmente aspectos frisados por Carvalho da Silva.

Na base da rejeição do pacote laboral, está a precarização das relações de trabalho, a perda de direitos essenciais, bem como o desejo de mais justiça social. «Não aceitamos que os trabalhadores sejam os deserdados do progresso tecnológico», sublinhou o orador que defendeu um aumento real dos salários que tenha em conta «os aumentos de produtividade e uma efectiva aproximação às médias comunitárias».

Outra reivindicação apresentada refere-se à redução do

tempo de trabalho e à «fixação do limite máximo legal das quarenta horas semanais», fundamentada não só pela justiça do ponto de vista económico, social e humano, mas porque é «um factor influenciador da modernização das empresas», acrescentou.

### Quem não teme debate

A CGTP-IN considera que é necessário um debate público sobre o conteúdo e objectivos dos projectos legislativos que

integram o chamado pacote laboral. Como foi dito, são profundas as alterações que se pretendem introduzir e os seus efeitos são estratégicos quanto ao modelo de desenvolvimento, que na perspectiva da central visa «continuar a alimentar um patronato retrógrado, sem vontade e capacidade de iniciativa».

Carvalho da Silva recordou que na origem do actual pacote está «a celebração do Acordo Económico e Social», que a



## Por condições condignas

Os trabalhadores presentes no Rossio, sábado passado, aprovaram um documento que aponta as reivindicações e orientações para a sua luta imediata. Por aclamação os manifestantes decidiram:

- Exigir do Governo que abandone o pacote laboral e desista definitivamente da pretensão de retirar direitos fundamentais dos trabalhadores.

- Reclamar a intervenção das instituições para que se reponha a legalidade constitucional, nomeadamente o direito de discussão pública prévia das organizações dos trabalhadores, o direito à segurança no emprego e a proibição dos despedimentos sem justa causa.

- Desenvolver a sua acção e a sua luta por aumentos salariais justos, recusando e combatendo a imposição do referencial de 13,5 por

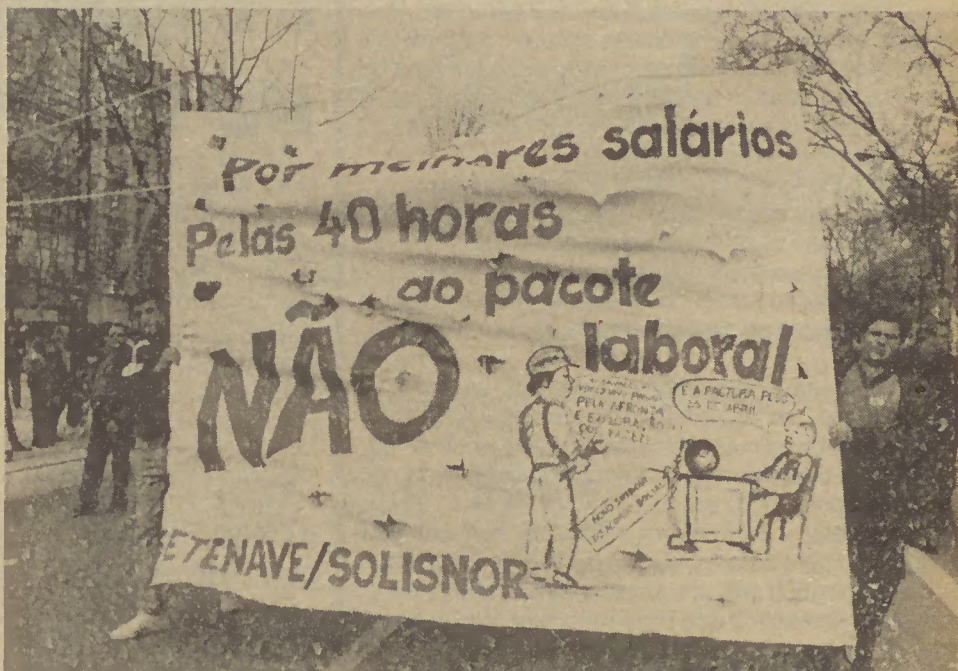
cento, reclamando que os rendimentos do trabalho beneficiem progressivamente da riqueza criada.

- Manter como grande reivindicação e frente de luta a redução do tempo de trabalho e o limite máximo de quarenta horas semanais.

- Inserir a sua luta numa perspectiva solidária com a juventude trabalhadora, contra a precarização e reclamar aumentos intercalares das reformas e pensões, mais protecção e melhores prestações sociais.

- Lutar para que a modernização e desenvolvimento sejam inseparáveis do progresso e justiça social, da dignificação do estatuto laboral, do trabalho com direitos.

- Reafirmar a sua determinação de prosseguir a luta contra o pacote laboral, pela defesa das condições de vida e de trabalho, pelo desenvolvimento e progresso social.



Seminário do PCP sobre  
QUESTÕES DA EMIGRAÇÃO, HOJE

Edição CPTEE do PCP



**Trabalhadores**

## Segredos

Os segredos são a maior tentação dos jornalistas. Habitados, por dever de ofício, a andar atrás de tudo o que de longe ou de perto *cheire* a novidade, os jornalistas não resistem a um segredo. Vão até ao fim do mundo para poder descobrir um e, mal o fazem, correm logo a contá-lo a toda a gente. Nos jornais, na rádio, na televisão, a alma do sucesso é o segredo. Não o que se esconde, naturalmente, mas o que se divulga, em primeira mão e ao maior número de pessoas possível.

É por isso mesmo que os poderes instituídos não gostam dos jornalistas. Claro que os jornalistas dão muito jeito. Sobretudo quando se trata de contar segredos dos outros... *Você sabia que.... E beltrano fez... E sicrano disse...* O pior é que não se pode confiar nos jornalistas. Têm o péssimo hábito de não divulgar as suas fontes e, o que é pior, de *beber* de todas as fontes. Falamos de informação, como está bom de ver. Que das outras (fontes) não reza a história e nem para o caso são chamadas. Posto isto e os factos, aos poderes coloca-se sempre o insolúvel dilema de não saber o que fazer com os jornalistas.

O que dava mesmo jeito era ter à mão uns jornalistas de serviço que só divulgassem o que fosse conveniente, na óptica de cada força. Como isso nem sempre é possível, então não há que pensar duas vezes: calem-se os jornalistas!

Que o mesmo é dizer, já que estamos nesta de democracia, criem-se os mecanismos necessários para ensinar a tal *bicho* quem é que tem a faca e o queijo na mão. Por outras palavras, crie-se, regule-se, institucionalize-se o Segredo de Estado. O PSD bem que tentou.

Chegou mesmo a apresentar na AR um projecto - ao que tudo indica filho de pai incógnito, já que até à data ninguém apareceu a reivindicar a paternidade - prevendo severas punições para quem, de forma ilegítima, entrasse na posse de segredos do Estado. Asneira, claro.

Em primeiro lugar porque num país que cultiva o hábito de comemorar o Dia do Pai, incógnitas destas são sempre mal aceites. Em segundo lugar, porque à luz do Código Civil vigente, não há lugar para discriminações entre filhos legítimos e ilegítimos.

Em terceiro lugar, porque o que os portugueses mais apreciam, a seguir aos governamentais escândalos, são os segredos de Estado.

Em quarto lugar, porque não há jornalista que se preze que não arrisque a cabeça por um bom segredo. Em quinto lugar, porque não há português digno desse nome que se recuse a entrar na posse de um segredo, ainda mais de Estado, se ele for divulgado - ventilado que seja - nos órgãos de comunicação social.

Pelo já exposto, fácil será concluir da *bernarda* que deu na AR o projecto sobre a matéria em epígrafe. De um momento para o outro, a lusitana gente começou a andar por aí de óculos escuros, gabardina e chapéu mole, com ar muito secreto, a olhar por cima do ombro e a segredar ao parceiro de rua, autocarro ou café... *o amigo já sabe o último segredo de Estado?* Numa palavra, o segredo caiu à rua.

As más línguas - vá lá uma pessoa livrar-se delas - começaram logo a dizer que o PSD queria era uma lei que lhe deixasse as mãos livres de inquéritos parlamentares aos seus ministros e secretários de Estado... Outros, não menos viperinos, fizeram saber que o PS estava a preparar o terreno para o caso de ser Poder.

Tudo junto e apanhado, resultou numa estratégia e ingloria descida ao segredo dos deuses, que é como quem diz à comissão especializada da AR, onde entreportas se vai cozinhar a lei do segredo a coberto da mais que famosa lei da rolha.

O que nos deixa a nós, pobres jornalistas, na incómoda situação de falar de flores, do Dia do Pai, da Primavera, das desgraças dos outros e sabe-se lá que mais que a imaginação invente. O que me vale a mim, jornalista de serviço a esta secção, é ter uma queixa para apresentar, desta vez legítima, contra os serviços tipográficos. Não digam nada a ninguém, mas o Talhe da semana passada que o senhor HC *escreveu*, não é dele, é meu! O que seria de nós sem estes segredos para contar?!!!



Na imagem, uma concentração contra o pacote laboral, realizada em Viana do Castelo, na passada sexta-feira

## Jornada nacional de luta

CGTP-IN não subscreveu e desde logo afirmou que «combatéria os seus aspectos negativos». Apesar disso, «vários dos projectos recuperam exigências do patronato e chegam a ultrapassar o próprio conteúdo do Acordo», como é o caso dos projectos sobre a comissão de serviço, o tempo de trabalho e a inadaptação». Aquele dirigente sindical qualificou ainda de escandalosa a manipulação e eleitoralismo que o Governo faz a partir dos aumentos do salário mínimo, das pensões e prestações, do anúncio da reformulação do sistema de atribuição do abono de família, apresentados à opinião pública não como resultantes das propostas dos sindicatos, mas como de fossem da autoria e iniciativa do Executivo PSD.

As propostas do pacote laboral que a CGTP-IN combate são inaceitáveis para os trabalhadores porque, «como é o caso dos projectos relativos a férias, período experimental, inadaptação e comissão de serviço, além de consubstanciam graves injustiças sociais, estão feridos de inconstitucionalidades diversas». Uma outra razão apresentada refere-se aos projectos relativos à organização do tempo de trabalho, pré-reforma e arbitragem obrigatória, que introduzem «tais excessos ou limitações que a vida dos trabalhadores ficava fortemente precarizada, pondo em causa direitos sindicais e, essencialmente, o direito à organização da vida pessoal e familiar».

A CGTP-IN, como indicou o seu coordenador, não aceita ainda a «flexibilização dos horários que podem ir até às cinquenta horas semanais e dez horas diárias; a desarticu-

lação do descanso semanal e a eliminação de direitos no trabalho por turnos e nas horas extraordinárias; o despedimento por razões não imputáveis ao trabalhador, que permitiria o despedimento sem justa causa; a possibilidade da venda de parte das férias; o alargamento desmesurado do período experimental; o regime da comissão de serviço com contornos excessivos e com a possibilidade de, nalguns casos, conduzir ao despedimento do trabalhador; a possibilidade do trabalhador ser pressionado à pré-reforma e apenas com 25 por cento do seu salário.

Indicando que há condições económicas e financeiras para reforçar a protecção social, tomar medidas de emergência que privilegiem a população idosa de mais baixos rendimentos, a CGTP-IN exige a alteração da base de cálculo das pensões com o objectivo de aproximar as pensões dos salários e reclama a urgente revalorização do abono de família e o aumento do seu quantitativo para as famílias de mais baixos rendimentos, bem como reivindica um aumento intercalar das pensões de, no mínimo, três mil e quinhentos escudos.

### Protestos em todo o País

Mas não só em Lisboa os trabalhadores saíram às ruas para protestar contra o pacote laboral. Nas principais cidades e centros populacionais tiveram lugar acções de luta contra as tentativas do Governo de impor leis injustas e para exigir melhores salários e horários de trabalho que não ultrapassem

as quarenta horas semanais. Designadamente, realizaram-se concentrações e manifestações, durante o dia de sexta-feira, em Portalegre, Guarda, Viseu, Santarém, Funchal, Vila Real, Coimbra e Viana do Castelo. No sábado, importantes acções decorreram no Porto, na Praça da Liberdade, em Braga, Faro, S. João da Madeira, Montemor-o-Novo, Covilhã, Leiria e Bragança. Na cidade invicta, os trabalhadores desfilarão pelas ruas de Passos Manuel, de Santa Catarina e de 31 de Janeiro. Durante a concentração que precedeu o desfile, intervieram em nome da USP e da comissão executiva da CGTP-IN, respectivamente, os dirigentes Manuel Almeida e Manuel Lopes. Os trabalhadores presentes aprovaram, no final, uma resolução com as suas principais reivindicações.

Ainda contra o pacote laboral, um grupo de personalidades de reconhecido prestígio nacional enviou uma missiva de apoio às posições da CGTP-IN, onde indicam que as disposições contidas nos projectos de diplomas sobre que recaiu o pedido de autorização legislativa, apresentado pelo Governo à AR, «não se coadunam com os imperativos de

justiça social nem com o são conceito de desenvolvimento económico-social da sociedade portuguesa, antes se coadunam ao agravamento das desigualdades e da conflitualidade social», não devendo «ser aprovados, quer pela sua retirada por parte do Governo, quer, em última instância, pela sua não promulgação por parte do Presidente da República».

Entre o primeiro grupo de signatários, figuravam Alcina Bastos, (advogada), Alice Jorge (pintora), António Galhordas (médico), António José dos Santos Gonçalves (engenheiro), Aquilino Ribeiro Machado (engenheiro), Artur Ramos (realizador da RTP), Correia da Fonseca, Duarte Vidal (advogado), Eduardo Moradas Ferreira (médico), Fernanda Mateus (dirigente do MDM), Fernando Piteira Santos, Fernando Sylvan, Helena Cidade Moura (professora), Inês Fontinha (socióloga), João Amaral (deputado), José Saramago (escritor), Levy Batista (advogado), Luís Azevedo, (advogado), Irene Dias Amado (professora), Maria Angela Montenegro Miguel (professora), Rogério Fernandes (inspector-geral do Ministério da Educação), Rosa Coutinho (almirante), Salvado Sampaio (professor).

## 1.º Encontro de Reformados

Está em preparação o 1º Encontro do PCP sobre os Problemas dos Reformados, anunciado para o próximo dia 6 de Abril, nas instalações da Sociedade União Seixalense, com o principal objectivo de analisar a situação e encontrar soluções e propostas que visem alterar o actual quadro das condições de vida deste

sector da população. O encontro, para além das sessões de abertura e encerramento, funcionará em três secções temáticas sobre «as novas condições de vida e os reformados no limiar do século XXI»; «o sistema de protecção e integração sociais»; e «reformados e intervenção social».

## Do que Cavaco não fala

# Despedimentos e acidentes no distrito de Setúbal

Para traçar as perspectivas da acção futura, como refere uma nota da DIF de sexta-feira passada, a comissão executiva da CGTP reuniu-se em 18 do corrente na sua sede em Lisboa.

De acordo com aquele departamento de informação da Central, a reunião do executivo destinava-se também a fazer o balanço das acções que integraram a jornada nacional de luta dos dias 15 e 16.

### A CP quer acabar com 2000 empregos

Entretanto, a USS/CGTP de Setúbal reafirmava que «a CP insiste na eliminação de mais de 2000 postos de trabalho».

A USS, que se refere às recentes jornadas parlamentares do PSD em Setúbal, constata que o Primeiro-Ministro não disse naquela ci-

dade que «o peso das opções estratégicas das multinacionais» não se compadece em nada com os interesses do nosso país.

A comissão executiva da União dos Sindicatos de Setúbal, que emitiu recentemente uma nota sobre a situação laboral no distrito, faz ressaltar que «a eliminação de postos de trabalho efectivos volta a acelerar com despedimentos em massa».

Além da CP já referida, a USS acrescenta:

- A SGM (metalomecânica) pôs mais de 400 trabalhadores no desemprego;
- A Sado Internacional acabou por ir a hasta pública, aliás sem quaisquer resultados;
- Portucel, Sapec, Spél, SN, Sociedade Industrial Setubalense continuam a pres-

sionar para mais despedimentos;

- Na Solisnor — «grande solução» do governo para a gestão privada da Setenave — anuncia-se já a falência técnica;
- A Gefa, depois de arrecadar centenas de milhar de contos de subsídios ao investimento, coloca mesmo a hipótese de encerramento e, em vez da criação de 338 empregos a que se comprometera, passa de 1400 para 980 trabalhadores;
- A Renault prepara-se para o despedimento de mais de 300 trabalhadores contratados a prazo;
- Na Pevigal é o encerramento da empresa;
- Na Clérigo reapareceram os salários em atraso. Há dívidas aos trabalhadores desde Janeiro, incluindo o 13º mês.

É ainda a direcção da USS que se refere em nota de 15 do corrente a **números alarmantes por falta de segurança no trabalho.**

Especifica a USS referindo-se ao distrito de Setúbal:

— Em 1988, num período de seis meses, verificaram-se 10 245 acidentes de trabalho — 18 mortais; em 1989, uma amostragem de 56 empresas de diversos sectores registava 8616 acidentes — 10 casos mortais; na mesma amostragem: 195 520 dias de trabalho perdidos por acidente com um custo de 378 000 contos, sem incluir os gastos com assistência médica e medicamentos, transportes e despesas judiciais; em 1990, só na Lisnave, 7 trabalhadores perderam a vida, e na Soberana Corticeira morreram num incêndio mais 4 trabalhadores.

**Trabalhadores**

# Função Pública Movimentação e greves

Os cerca de mil trabalhadores do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) integram-se, juntamente com mais alguns milhares, na série de greves e movimentações sindicais a vários níveis, que ultimamente têm decorrido na Função Pública, incluindo os professores e os técnicos de saúde.

Além do IEFP têm sido afectados os serviços de informática tributária da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Museus e Palácios (organismo dependente do IPPC), tesourarias da Segurança Social, prisões dependentes do Ministério da Justiça e guardas florestais que apresentaram um caderno reivindicativo.

As acções sindicais relacionam-se principalmente com o novo sistema retributivo da Administração Pública, a progressão nas carreiras e mesmo a ameaça da colocação no quadro de excedentes, como é o caso da Direcção-Geral dos Recursos Naturais, dependente do Ministério do Ambiente.

Entretanto, a Fenprof (Federação Nacional dos Professores) era recebida, com vários meses de atraso, pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Educação.

A direcção da Fenprof (secretariado nacional), ao divulgar em extenso comunicado os resultados da reunião, além do atraso, sublinhava em 13 do corrente que a mesma reunião não trouxe qualquer novidade.



Os serviços em geral marcaram presença na jornada de 16

## Manifestação dos caixeiros

Para assinalar os vinte anos (15 de Março de 1971) da «manifestação dos caixeiros», o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa (CESL) efectuou naquela data:

- Uma exposição de documentos históricos relacionados com o 15 de Março e com o Sindicato: aberta até 22 do corrente na sede do Sindicato em Lisboa, Rua Almirante Barroso, 3;
- Um jantar na mesma sede, pelas 20 horas de sexta-feira passada;
- Uma romagem à campa de Tolentino Poeira, em Almada.

Recorde-se que em Março de 1971, quando este último sindicalista era dirigente dos Caixeiros, estava em causa, como sublinha o CESL, a defesa das principais reivindicações da classe, com destaque para a conquista da chamada semana inglesa e a redução do horário de trabalho para 44 horas semanais.

Lembra ainda o CESL que «a demonstração de massas reuniu no Largo de São Bento mais de 5 mil pessoas», sendo alvo de «ferozes cargas da polícia de choque, com a utilização de matracas, cães especialmente treinados e canhões de água».

Foram numerosos os feridos e as prisões.

## Acidentes mortais na obra da Caixa

Como acaba de confirmar o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa, «sucodem-se a um ritmo alucinante» (2 mortos em pouco mais de 2 meses) os acidentes de trabalho na obra da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Lisboa.

Ermelindo Silva Vieira morreu em 19 de Dezembro do ano passado «ao cair pela caixa dos elevadores». Nas mesmas circunstâncias — acrescenta o Sindicato — em 27 de Fevereiro findo ocorreu com

Luís Fernandes Santos Pais (26 anos de idade) outro acidente mortal.

O Sindicato acrescenta que a queda do primeiro daqueles trabalhadores «ficou a dever-se à falta de iluminação no interior da obra e de guarda-corpos nas aberturas das caixas dos ascensores».

A morte do segundo ter-se-ia verificado nas mesmas circunstâncias, o que leva o Sindicato a culpar a CGD, as empresas adjudicatárias e o Governo por nada fazerem para

pôr cobro às «ilegalidades existentes na obra».

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa, depois de fazer um apelo aos trabalhadores para que se lhe dirijam quando as condições de trabalho não oferecem segurança, tem feito todas as diligências para averiguar as circunstâncias exactas dos acidentes e, neste caso específico, solicitou «mais uma vez» uma reunião ao Inspector-Geral do Trabalho e ao conselho de administração da CGD.

## Metalúrgicos preparam o 5.º Congresso da Federação

Estão em curso várias iniciativas promovidas pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) com vista à realização do seu 5.º Congresso, na Cova da Piedade, entre 5 e 7 do próximo mês de Abril.

No âmbito da preparação dessa iniciativa a Comissão Executiva (CE) da FSMMMP anunciou em 12 do corrente um Encontro Nacional dos membros das comissões de

reformados dos sindicatos filiados na Federação.

A CE, ao marcar para 14 do corrente o referido Encontro, referia-se a «múltiplas reuniões e plenário de activistas e de trabalhadores nas empresas», destinados à preparação do 5.º Congresso.

O objectivo é «aprofundar o debate sobre a actual situação e as perspectivas de evolução nos planos económico-estrutural e sociolaboral dos

principais subsectores e de algumas frentes de trabalho».

### Mineiros e linha branca

Ainda no âmbito dos trabalhos preparatórios do Congresso, a FSMMMP levou a cabo recentemente no Pejão um debate sobre o sector mineiro. O mesmo sucedeu com a indústria naval e linha branca (electrodomésticos) em debates efectuados na Lisnave e Valfrio, respectivamente.

## Sindicato saúda Lei de Imprensa

Por ocasião da passagem do 16º aniversário da Lei de Imprensa (26 de Fevereiro), o Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, emitiu um comunicado saudando «uma das legislações mais avançadas da Europa em matéria de liberdade de expressão e de consagração dos direitos dos produtores e dos consumidores de informação».

Depois de criticar mais uma vez a criação da Alta Autoridade, que considera «infeliz», o SJ, através da sua direcção, realça que «a Lei de Imprensa já foi revista em excesso», e do que necessita é de «ser melhor aplicada por todos os agentes do sector, do poder aos jornalistas, passando pelas empresas».

### Conselho de Imprensa

O Sindicato dos Jornalistas manifesta-se «totalmente empenhado» na constituição do Conselho de Imprensa. Como se sabe, o que existia foi extinto, e na altura retirada aos conselhos de redacção «a competência de se pronunciarem sobre alterações nas direcções dos órgãos de informação».

Afirma ainda a direcção do SJ que a criação desse Conselho se impõe o mais rapidamente possível. A sua composição deve resultar da «vontade de todos quantos considerarem o direito a informar e a ser informado como uma pedra de toque das sociedades democráticas».

Depreende-se do comunicado do SJ que a criação desse Conselho nos termos em que o prevê evitaria o uso da Lei de Imprensa para satisfazer «secretos interesses» em matéria de comunicação social.

## O Primeiro-Ministro recebe a Central

A pedido da Central, o Primeiro-Ministro recebeu em 19 do corrente na sua residência oficial uma delegação de dirigentes da CGTP, chefiada por Manuel Carvalho da Silva.

A confirmarem-se as informações divulgadas pela Central em 15 do corrente, a reunião de anteontem destinou-se «a abordar as perspecti-

vas de evolução da política económica e social do Governo, tendo presentes os traços fundamentais da actual situação social e laboral».

Assinale-se que esta reunião, a ter lugar seguindo a carta que a CGTP-IN enviou a Cavaco Silva, decorre três dias depois da jornada de esclarecimento e protesto contra o chamado pacote laboral.

## Visitas da USL

Um programa de visitas a empresas e outros locais de trabalho do distrito, fez deslocar o coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, Florival Lança, à União Sindical de Torres Vedras, Vesticom, Casa Hipólito, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Mague e Tudor.

Do programa divulgado pela USL/CGTP-IN faziam parte um encontro com a comunicação social em Torres, uma sessão pública em Al-

verca, um plenário das ORTs na Tudor (Castanheira do Ribatejo) e um almoço com os trabalhadores na Mague.

O programa decorreu entre 13 e 15 do corrente.

A iniciativa integrou-se na Quinzena de Esclarecimento, Acção e Luta sobre o pacote laboral, por melhores salários e redução da jornada de trabalho, que foram objectivos centrais da manifestação de sábado em Lisboa.

**ATÉ AMANHÃ  
CAMARADAS**  
de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE  
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO  
EM PORTUGAL

edições  
Avante!



PCP

ALVARO CUNHAL DOS DISTritos MILHARES DE PESSOAS

# Comemorar em festa o 70.º aniversário do Partido



O Couço esperava o Secretário-Geral do PCP com mais de 400 pessoas que se juntaram à volta de um excelente cozido à portuguesa, almoço presidido por um gigantesco bolo com a bandeira do Partido e festejando o seu 70.º aniversário



Em Vale de Cavalos a festa começara de manhã... e os cumprimentos logo à porta e à chegada do convidado



As mesas, no Cartaxo, serpenteavam num sábio aproveitamento do espaço

## • Henrique Custódio

«De onde nos vem esta força, camaradas?», perguntou Álvaro Cunhal no passado fim-de-semana a diversos auditórios que juntaram milhares de pessoas (à média de três a quatro centenas cada) num convívio comemorativo do 70.º aniversário do Partido que se alargou por dois distritos — Santarém e Coimbra — e tocou vários pontos que fizeram história na vida e na luta do PCP, com relevo para a Lousã, onde se visitou a casa que abrigou em 1946, na mais rigorosa clandestinidade, o IV Congresso do Partido. A resposta deu-a o orador afirmando que a força do PCP está nas suas próprias características de Partido de classe, que o liga profundamente ao quotidiano e à vida das massas trabalhadoras, o que o tornou um Partido necessário, indispensável e insubstituível na política portuguesa. Tanto ontem como hoje.

Tratando-se de uma jornada de convívio comemorativo esta visita do Secretário-Geral do PCP a Alhandra (na noite de sexta-feira e no Concelho de Vila Franca de Xira), ao Couço, a Vale de Cavalos e ao Cartaxo (no sábado e no Distrito de Santarém), à Lousã, Arzila e Figueira da Foz (no domingo e no Distrito de Coimbra) e ainda na segunda-feira à noite em Lisboa, no CT Vitória, com intelectuais foi, praticamente, uma festa contínua com uma pontualidade em duas constantes: a de Álvaro Cunhal (por quem se pode acertar o relógio, segundo se diz) e a da qualidade que pontificou em todas as iniciativas, a começar pela culinária...

## Couço

O Couço, no Concelho de Coruche, é lendário na história das lutas antifascistas do proletariado rural alentejano e ribatejano; facilmente se lhe identificam três marcos significativos: a greve pela jornada de trabalho de oito horas, a campanha eleitoral de Humberto Delgado e a arrancada para a Reforma Agrária. Nos dois primeiros casos a repressão abateu-se violentamente sobre a freguesia fazendo centenas de prisões, ocupando-a militarmente e impondo-lhe, durante muitos anos, uma espécie de estado de emergência que impedia qualquer ajuntamento ou manifestação pública; a terceira irrompeu vigorosamente depois do 25 de Abril contra o latifúndio e os organismos fascistas instalados na sede do Concelho.

Naturalmente que a influência do PCP é, ali, também quase lendária, como aliás referiu Álvaro Cunhal ao recordar que, durante algum tempo e em plena repressão fascista, quando os quadros locais do Partido eram presos logo outros os substituíam na luta — e isto durante anos.

O Couço esperava o Secretário-Geral do PCP no amplo salão da Tabaqueira (uma inovação agrícola introduzida pela Reforma Agrária), onde mais de 400 pessoas se juntaram à volta de um excelente cozido à portuguesa, almoço presidido por um gigantesco bolo com a bandeira do Partido e festejando o seu 70.º aniversário. Um jovem animava o re-

pasto com órgão electrónico e o vinho (das Casas Novas, uma pequena adega da região, ao que nos disseram) colhia os aplausos de todos, a começar pelos forasteiros.

Arrumados os talheres, foram chamados ao palco membros das Comissões de Freguesia do Couço, da Concelhia de Coruche e da DORSA do PCP e, claro está, Álvaro Cunhal, que falou de improviso para uma plateia entusiasmada e que se concentrou quando pôde frente ao palco.

Considerando a história do Partido inseparável da vida do povo e dos trabalhadores, o orador recordou as sucessivas gerações que no Couço, «onde temos razões muito particulares para festejar», foram protagonizando a luta pelas liberdades e a democracia, sublinhando que «poucas terras deste país se podem orgulhar de um passado de luta como o Couço». Entretanto a história do PCP não se fez apenas na luta contra o fascismo, ela continua até hoje e «também na Revolução de Abril há muitas razões para se sentir orgulho pela luta dos comunistas», que não estão na política para se servir dela mas em função dos interesses do povo e do país, reafirmando a confiança na vitalidade do Partido e a necessidade de uma alternativa democrática nas próximas eleições legislativas.

## Vale de Cavalos

Comer durante todo o dia é obra! Pois é o que se faz anualmente, por esta altura,

## Rectificação

Por lapso não se referiu no número passado, na reportagem referente ao comício do Campo Pequeno, em Lisboa, assinalando o 70.º aniversário do Partido, uma oferta ao PCP dos camaradas da Lisnave fruto de um trabalho colectivo da célula; aqui fica o registo e a rectificação.

PCP

ÁVARO CUNHAL — DOIS DISTRITOS MILHARES DE PESSOAS

em Vale de Cavalos, Freguesia do Concelho da Chamusca, juntando à mesa gente da terra e convidados da região de Vila Franca de Xira e Loures, numa tradição que se impôs desde as primeiras jornadas de apoio à Reforma Agrária. A festa, aliás, decorreu nas instalações da UCP 15 de Outubro e quando Álvaro Cunhal chegou já se estavam a preparar para o lanche, que «abriu» logo a seguir à intervenção política. O baile, que já mexia quando entrou a comitiva, continuou mais tarde, festa fora.

Antes de Álvaro Cunhal, usaram da palavra José Joaquim Pardal, da Comissão Concelhia da Chamusca do PCP e vereador na Câmara, e Sérgio Carrinho, presidente da Câmara e também membro da Concelhia. Quanto ao Secretário-Geral do PCP, começou por agradecer com um lapso inicial na ligação do microfone afirmando que, não sendo ali o caso, gente há que gostaria de silenciar o PCP, mas não o consegue, apesar das manipulações e boicotes informativos, sobretudo na televisão. O PCP é um Partido com experiência e muitos anos de luta que nem este nem nenhum Governo conseguirá silenciar. Considerou de seguida que

os 70 anos do PCP têm sido marcados por alguns objectivos essenciais — a luta pela construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista, a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, a luta pela independência nacional e a solidariedade internacionalista. Há quem agora pretenda denegrir o PCP acusando-o de «não ser democrático» e ser «totalitário», mas a história do Partido prova, à evidência, que o PCP não tem lições de democracia a receber de ninguém, realçando ainda a política capitulacionista do Governo perante os interesses estrangeiros.

Cartaxo

O amplo refeitório da escola secundária do Cartaxo foi o local escolhido para o jantar comemorativo do 70.º aniversário do Partido e valeu a pena esperar um pouco pelo excelente arroz à valenciana com que se brindou os convivas, apresentado em regime de self-service e bem apoiado por um conjunto de camaradas que não permitiram que faltasse o que quer que fosse nas mesas, que serpenteavam na sala num sábio aproveitamento do espaço.



**Alhandra** — o jantar-convívio de Alhandra, na Euterpe Alhandrense, abriu na sexta-feira à noite a jornada comemorativa do 70.º aniversário do Partido que Álvaro Cunhal fez por dois distritos, no passado fim-de-semana; a iniciativa reuniu centenas de pessoas, iniciou a festa em que se transformou este périplo do Secretário-Geral do PCP e apresentou uma particularidade: a visita a uma excelente exposição de instrumentos musicais patente no primeiro andar da Sociedade e visitada pelo convidado da sessão



Apesar de breve e inesperada, a visita a Arzila teve muita gente (sobretudo jovem) e grande afectividade



Na Figueira da Foz o restaurante estava chelo e quase, quase, a rebentar pela... porta

Ladeando Álvaro Cunhal, juntamente com membros da Concelhia local, estavam alguns velhos militantes do Partido que arrostaram com a prisão, facto referido pelo orador que antecedeu Álvaro Cunhal, o membro da Concelhia e também vereador a meio-tempo na Câmara do Cartaxo, Hélder Travado. De referir que o jantar atraiu também gente que não é militante do partido mas, como democratas, fizeram questão de estar presentes, facto assinalado por Álvaro Cunhal na intervenção que proferiu no final a partir da própria mesa da refeição.

Como também assinalou as referências feitas aos velhos militantes do Partido, recordando igualmente que há que homenagear todas as gerações que têm construído a história do PCP, advertindo para a tentação que às vezes há (e da parte dos adversários isso é deliberado) de procurar reduzir o papel e a intervenção do PCP ao período da luta antifascista. A propósito, o orador recordou que em Julho de 1974 os militantes do PCP eram 15 000, em 28 de Setembro desse ano já eram 30 000, em 11 de Março de 1975 haviam subido para 100 000 e, mais tarde, para mais de 200 000, sublinhando que «há que também homenagear todos esses camaradas que vieram ao Partido e nele têm lutado com coragem».

«Olhamos o nosso povo com a consciência política tranquila», assinalou mais adiante, e não são «esses senhores que pretendem ter o monopólio da democracia» que podem dar lições ao Partido. O PCP é também internacionalista e patriota e «em matéria de defesa dos interesses nacionais, não são esses senhores que se vergam ao estrangeiro que nos podem dar lições de patriotismo».

Lousã

A Lousã, no Distrito de Coimbra, protagonizou um momento especial desta jornada de comemoração do 70.º aniversário do Partido. Foi lá que,

em 1946, se realizou na mais rigorosa clandestinidade o IV Congresso do PCP e a deslocação de Álvaro Cunhal, ao almoço de domingo, incluía uma visita à casa onde se realizou o Congresso.

Mas primeiro houve almoço — uma magnífica chanfana servida no refeitório da Escola Preparatória local e elogiada por toda a gente, incluindo o visitante. Uma nota curiosa:

Em cima da hora teve de se improvisar acomodação para mais umas dezenas de pessoas que fizeram questão de participar, problema resolvido com a deslocação de mais umas mesas e (felizmente!) a prodigalidade com que os camaradas da Lousã confeccionaram o seu pitéu (rematado com uma queijada serrana de se lhe tirar o chapéu). A televisão apareceu, a Lusa também e as rádios locais e a imprensa regional estava lá em força. Álvaro Cunhal assinalaria, aliás, as tradições democráticas da Lousã e a sua intensa vida cultural, como o provam a existência de dois jornais quinzenais, uma rádio local e uma grande actividade associativa.

O discurso do secretário-geral do PCP, proferido à mesa num tom coloquial, quase intimista e sempre de improviso, fascinou toda a assistência, a começar pelos jornalistas, com a viagem que fez na história do País e do mundo nos últimos 70 anos, com relevo para os acontecimentos que antecederam a II Guerra Mundial e os que, depois dela, marcaram o planeta com uma nova organização internacional, enquadrando assim as referências políticas que fez ao IV Congresso do PCP, ali mesmo realizado um ano depois da derrota do nazifascismo, quando sopravam na Europa os ventos da liberdade e da democracia e, em Portugal, Salazar se agarrava desesperadamente à Inglaterra e aos EUA para fazer sobreviver a sua ditadura fascista. Com sucesso, como se sabe — e o apoio activo das gran-



## PCP

# AVAROCUNHAL DOS DISTritos MILHARES DE PESSOAS

des «democracias» anglo-saxónicas.

Depois do almoço (e após um breve encontro com a Imprensa), o Secretário-Geral do PCP e os dirigentes do Partido que o acompanhavam foram visitar a casa onde se realizou o IV Congresso, seguidos pela multidão que os esperaram no largo fronteiro.

Aí Álvaro Cunhal proferiu mais algumas palavras, contando, inclusivamente, alguns episódios pitorescos ocorridos durante o IV Congresso, nomeadamente o modo engenhoso como se meteram 50 pessoas, clandestinamente, numa casa de habitação, com vizinhança e patrulhas da GNR passeando-se por lá, ou os esquemas para alimentar aquela gente toda durante cinco dias, numa casa fechada e sem comunicação com o exterior. Enquanto o Secretário-Geral do PCP falava no meio da multidão, à volta, nas janelas e nas portas, iam acudindo pessoas que ali se mantiveram, primeiro por curiosidade, depois também fascinadas pelo acontecimento.

## De Arzila a Figueira da Foz

E o imprevisto aparece sempre. Estava previsto que Álvaro Cunhal seguiria da Lousã para a Figueira da Foz, mas a organização de Coimbra do PCP quis aproveitar a ocasião para levar o Secretário-Geral, ainda que de passagem, a uma Freguesia administrada pela CDU, **Arzila**, e assim se fez.

E fez-se com outro imprevisto já dentro da Freguesia, com uma primeira paragem no Ameal para um cafezinho a convite do proprietário, o presidente da Junta CDU, umas breves palavras para a pequena multidão que logo se juntou e, finalmente, paragem num largo de Arzila, onde, apesar da não preparação do acontecimento, se juntou rapidamente uma boa multidão. Já

não houve tempo para visitar um fontenário que a Junta havia inaugurado, pois aproximava-se a hora de partir para a Figueira da Foz.

O jantar na Figueira da Foz foi servido num restaurante local e, como sempre nesta jornada, estava apinhado. A ementa era dupla — bacalhau e carne — e também saborosa. Uma nota interessante: o presidente da Câmara da Figueira da Foz, do Partido Socialista, fez questão de participar no jantar, na qualidade de cidadão e democrata, tal como toda a imprensa local e regional e rádios locais se apresentaram em força.

Na sua intervenção, que começou por volta das 22.00, Álvaro Cunhal falou da primeira reorganização do Partido em 1929, com Bento Gonçalves, da crise de 1938/39, da reorganização de 40 e 41, que imprimiu novos métodos de organização e agitação, referindo que, a partir daí e durante todo o fascismo, o PCP foi a única força política organizada a fazer frente ao regime salazarista, já então (e sempre) num esforço permanente de congregar forças com todos os democratas para lutar pela democracia e a liberdade.

Explicando por que se afirma que o PCP é um Partido necessário, Álvaro Cunhal recordou não ser uma frase de propaganda, pois não se vê como o povo português poderia lutar contra a opressão, nas suas múltiplas manifestações, se não contasse com este Partido, sublinhando, finalmente, que urge e é possível uma alternativa democrática e a derrota da direita nas próximas eleições legislativas, sendo para isso determinante uma boa votação no PCP.

Na noite seguinte, e já em Lisboa, o Secretário-Geral do PCP participou num convívio com camaradas e amigos no Hotel Vitória, promovido pelos Sectores Intelectuais da ORL e também integrado nas comemorações do 70.º aniversário.

## Convívio com Álvaro Cunhal no CT Vitória

Mais de duzentas pessoas estiveram na segunda-feira num convívio de intelectuais que teve lugar no centro de trabalho Vitória para assinalar o 70.º aniversário da fundação do PCP. Na iniciativa participou o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal.

O salão do Vitória estava completamente cheio de homens, mulheres e jovens, comunistas e não comunistas, dos diversos sectores intelectuais, nomeadamente Mário Jacques, José Saramago, Manuel da Fonseca, Rogério Ribeiro, Artur Ramos, Teresa Villaverde, Inês de Medeiros, Hilário Teixeira Lopes, Vergílio Domingues, Mário Alberto, Carlos do Carmo, Mário Ventura Henriques, António Vitorino de Almeida, Jorge Peixinho, Fernando Filipe, Sérgio Carvalhão Duarte, Stella Piteira Santos, Blasco Hugo Fernandes, João Corregedor da Fonseca.

## Intelectuais de Lisboa assinalam 70 anos do PCP

Carlos Paredes, que se encontra no estrangeiro, deixou uma *cassette* com uma curta mensagem e um trecho de uma sua composição original.

Paulo Sucena, da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, e Álvaro Cunhal falaram sobre os intelectuais e o Partido, no passado e na actualidade. Interveio também Liliã Camacho, jovem aluna do Conservatório que acabou de aderir ao PCP.

Nas três horas e meia do convívio, que incluiu comes-e-bebes com *petiscos* trazidos de casa de cada um, houve



ainda ocasião para ouvir o saxofone de Mário Gramaço e a guitarra de João Padinha.

O folheto-convite da iniciativa continha um texto original de

Urbano Tavares Rodrigues e, em separado, uma reprodução de um desenho de Rogério Ribeiro, feitos especialmente para esta ocasião.



A visita à Lousã teve dois momentos importantes — o almoço de confraternização que acolheu dezenas de inscrições de última hora e uma breve alocução ao ar livre, após a visita à casa onde se realizou o IV Congresso do PCP em 1946, na mais rigorosa clandestinidade

## Sábado, no Porto

É já no próximo sábado, dia 23 de Março, que se realizará, no Coliseu do Porto, o comício comemorativo dos 70 anos do Partido, no qual usará da palavra o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

Na continuidade de um conjunto vasto de iniciativas, esta importante realização, promovida pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, será antecedida de um espectáculo integralmente preenchido pela actuação de Maria Guinot, com início pelas 15 horas.

Mais de duas dezenas de sessões, convívios, almoços e jantares, distribuições de flores e documentos à população e nas empresas, bancas de rua e outras actividades de propaganda marcaram, durante todo o mês de Março, uma data vivamente sentida pelos comunistas e outros democratas do distrito do Porto. Num balanço ainda incompleto, pois há ainda outras iniciativas marcadas, participaram mais de duas mil pessoas nas diferentes acções promovidas pelas comissões concelhias e organizações de empresa e profissionais, nomeadamente em Amarante, em Freamunde/Paços de Ferreira, em Gondomar, na Maia, em Matosinhos, em Paredes, em Penafiel, na Póvoa de Varzim, na cidade do Porto, em Santo Tirso, em Vila do Conde, em Vila Nova de Gaia.

Na cidade do Porto, foi com um jantar-convívio que contou com presença de 600 pessoas, entre as quais muitos independentes e uma significativa participação de jovens, que se comemorou a efeméride. Na ocasião, o camarada Jorge Araújo, da Comissão Política do CC do PCP, fez referência particular ao significado da exposição de alguns materiais e documentos clandestinos patentes junto ao pavilhão do Centro de Trabalho da Boavista, onde decorreu a iniciativa. Do que então lembrou, um pouco da história da actividade do Partido sinónimo da «profunda ligação do PCP à história autêntica da cidade», recortámos um curto extracto que publicamos a seguir.

## «É com orgulho»

«É com orgulho que podemos afirmar pertencer a um Partido que, indesmentivelmente, faz parte do património histórico português. A luta política, a luta reivindicativa, o combate contra o fascismo e o colonialismo, o movimento cívico e cultural, as correntes democráticas da sociedade foram no nosso país profundamente marcados pela presença e intervenção do Partido Comunista Português.

Quem passar os olhos pelos materiais expostos ali, no painel de entrada deste pavilhão, e mesmo tratando-se apenas de uma pequena selecção de documentos clandestinos referentes à actividade do Partido na cidade do Porto, não pode deixar de sentir e reconhecer a profunda ligação do PCP à história autêntica da cidade, como à do País. Ali estão manifestos, targetas, apelos, informações, análises sobre problemas vivos dos trabalhadores, das populações, da cidade.

Quando ontem folheava esses materiais não pude deixar de registar alguns títulos que demonstram exemplarmente essa profunda raiz popular e patriótica da intervenção do PCP. Cito, sem qualquer ordenação: «Contra o aumento da electricidade»; «A luta, operários e operárias de toda a indústria têxtil do Norte!»; «Há mais de três semanas em greve, os pescadores de Matosinhos precisam da ajuda de todos!»; «Povo do Norte, democratas, republicamos, patriotas, contra a proibição fascista, comemoremos o 5 de Outubro!»; «Paralisar e confraternizar no 1.º de Maio!»; «Os onze séculos de história do Porto não pertencem ao fascismo!... Apelos «As mulheres do Porto», «Aos intelectuais», «Aos estudantes do ensino liceal e da Academia», «Aos homens honrados da PSP e da GNR do Porto», «Contra a burla eleitoral», «Contra a repressão», «Contra as guerras coloniais», «Pelas liberdades democráticas», «Pelas liberdades sindicais e o direito à greve», etc., etc.

«É importante que recordemos estes textos. São ao mesmo tempo uma homenagem ao nosso passado de luta e, sem pretensões de investigação histórica, a demonstração de quanto os grandes avanços no caminho da justiça,

da solidariedade, da liberdade e da democracia na sociedade portuguesa estão intimamente ligados à luta dos comunistas portugueses e à força, à influência, à intervenção e autoridade política do seu Partido, o Partido Comunista Português.»

## Carlos Carvalhas nas comemorações de Setúbal

As iniciativas deste fim-de-semana evocando a data da fundação do PCP contaram com um almoço-convívio em Sarilhos Grandes e estenderam-se ainda a Alhos Vedros e à Quinta do Conde, onde participaram, respectivamente, Domingos Abrantes, igualmente da Comissão Política, e Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e deputado. No total, estiveram presentes mais de 350 militantes e amigos do PCP.

Enquanto em Alhos Vedros, num restaurante da vila, Domingos Abrantes evocou o papel do PCP antes e depois do 25 de Abril, salientando a propósito que «seria um erro não valorizarmos, perante a gesta que foi a luta antifascista, as conquistas de Abril e a transformação da sociedade portuguesa aos quais o Partido Comunista Português deu um contributo insubstituível», no Centro de Trabalho do PCP, na Quinta do Conde, Miguel Urbano Rodrigues teve ocasião de se referir aos pressupostos e consequências da guerra do Golfo, donde os Estados Unidos da América emergem com a pretensão de ditar a nova ordem mundial num novo quadro do imperialismo que «no essencial, se revelou ser o mesmo de sempre».

No próximo sábado, dia 23, Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto do PCP, participará em iniciativas do aniversário do Partido nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.

Do programa destacam-se um almoço-convívio em Alcácer do Sal, pelas 13 horas, seguido de contactos com a população de Rio de Moinhos às 16.30 horas, terminando a jornada com visitas a duas colectividades e à Biblioteca Municipal de Grândola (onde está patente uma exposição do PCP), e um jantar-convívio, pelas 19.30 horas, no refeitório da Câmara Municipal.



PCP

## Sábado, em Coimbra

# Reunião nacional de quadros sobre questões da saúde mental

Inicialmente prevista para 23 de Fevereiro, acabou por ficar definitivamente marcada para 23 de Março (próximo sábado) a realização em Coimbra da reunião nacional de quadros do PCP sobre questões da saúde mental e psiquiatria. Desta forma, ao mesmo tempo que se possibilitou uma melhor preparação da iniciativa, assegurou-se igualmente uma maior participação de camaradas e amigos.

A realizar no Centro de Trabalho do Partido em Coimbra, a partir das 11 horas, esta reunião insere-se nas acções preparatórias do 3.º Encontro Nacional de Saúde, que o PCP levará a efeito a 13 e 14 de Abril, em Lisboa.

Quanto à reunião de Coimbra, vejamos alguns tópicos do interessante debate em perspectiva:

### • Pontos para discussão/informação

- 1 — Carências em recursos humanos e na sua distribuição.
- 2 — Carências em recursos financeiros.
- 3 — Carências em instalações e equipamento.
- 4 — Cobertura actual em Centros de Saúde Mental e em Centros de Saúde Mental Infantil — necessidades.
- 5 — Hospitais de Dia, Oficinas Protegidas, outras estruturas de apoio à reabilitação, integração ou a crónicas.
- 6 — Luta antialcoólica e de prevenção e tratamento da toxicodependência.

### • Ideias a confrontar

- 1 — O papel dos Centros de Saúde Mental. Que novas tarefas? Que recursos? Que articulação?
- 2 — Que passos para uma integração que não implique recuos dos Centros de Saúde Mental nos cuidados de Saúde Primários.
- 3 — Que medidas para a transformação dos actuais Hospitais Psiquiátricos?
- 4 — Que incentivos para chamar mais profissionais da Saúde Mental e Psiquiatria?
- 5 — Que formas deve revestir a transição dos actuais serviços para uma plena integração nos Cuidados de Saúde Primários e nos Cuidados Diferenciados, pondo fim a uma discriminação intolerável que remete a Saúde Mental e a Psiquiatria para um ghetto?
- 6 — Justificam-se ou não experiências-piloto que vão ensaiando formas de solução e medidas de desenvolvimento ou integração?

## O PCP e as próximas eleições legislativas

Face a diversas notícias e tomadas de posição sobre a questão da antecipação da data de realização das próximas eleições legislativas, o PCP, através de uma breve nota do seu Gabinete de Imprensa divulgada no passado dia 13, entende oportuno salientar:

- 1 — É uma evidência que parecendo manifestamente excluído um quadro da dissolução da AR pelo PR, a alteração da data das eleições legislativas só pode ser feita por aprovação na AR de um diploma legal que modifique, pelo menos, a norma da Lei Eleitoral em vigor que fixa taxativamente o período compreendido entre 22 de Setembro e 14 de Outubro.
- 2 — Uma tal alteração da Lei Eleitoral, para além de outras questões (designadamente a avaliação da possibilidade de desenvolvimento do correspondente processo legislativo de forma a que as eleições pudessem ocorrer antes do mês de Julho já marcado pelo gozo de férias por muitos eleitores), só seria possível caso recebesse a concordância e os votos do PSD, o que tudo indica ser improvável.
- 3 — Nestes termos, a ponderação da ideia defendida pelo Secretário-Geral do PS encontra-se manifestamente prejudicada pela sua própria dificuldade e inviabilidade de concretização institucional. Em consequência, o PCP que se declara em plenas condições políticas e organizativas para disputar confiantemente a

batalha eleitoral em qualquer data, admitindo embora a sua antecipação não dar porém qualquer contribuição para uma artificial polarização do debate político em torno deste tema da data das eleições, convicto de que tal circunstância apenas favorecerá o desejo governamental de distrair a opinião pública da sua nefasta política e da necessidade e urgência de uma política alternativa e de uma alternativa política.

4 — O PCP entende necessário afirmar, sem margens para dúvidas, que um governo democrático que se forme na sequência da derrota do PSD nas eleições legislativas realizadas em Outubro, estará em condições de assegurar eficazmente a preparação da Presidência da CEE e da elaboração do Orçamento de Estado para 1992. O que é urgente e indispensável é que o Governo do PSD ponha termo à sua política de sectária governamentalização em matérias de grande relevância nacional, preste à AR e aos partidos da oposição uma informação detalhada relativamente às questões da integração europeia e da Presidência portuguesa.

5 — Finalmente, o PCP salienta que muito mais importante e relevante do que a data das eleições, são as condições da sua plena democraticidade, sendo imperioso um firme combate ao ilegítimo uso dos recursos e do aparelho do Estado para benefícios do PSD, à instrumentalização dos principais órgãos da comunicação social do sector público pelo PSD e pelo Governo e à completa falta de escrúpulos que inspiram a sua frenética campanha de demagogia.

## Câmara Municipal de Almada

# A verdade dos factos

### • Nota da Concelhia do PCP

O normal funcionamento da Câmara Municipal de Almada e a sua capacidade de intervenção na resolução dos problemas do Concelho têm vindo a ser afectados pela acção de alguns eleitos socialistas. Através do boicote sistemático à gestão, de não participação em decisões tão importantes como a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano em curso, de tomadas de posição públicas contra a gestão de que fazem parte (e de que são co-responsáveis), esses eleitos do PS têm feito tudo para desrespeitar o protocolo firmado, após as eleições, com o PCP — sublinha a Comissão Concelhia do Partido, em nota recentemente divulgada. O documento acrescenta:

Apesar desta atitude o PCP tem procurado resolver pelo diálogo os problemas criados, quer insistindo junto do PS para a realização de reuniões conjuntas, quer propondo soluções possíveis para ultrapassar o impasse.

A indisponibilidade do PS para o diálogo, manifestado no facto de desde 30 de Janeiro não encontrar tempo para uma reunião com o PCP, é notório. No passado dia 5, após diversas insistências, realizou-se enfim um encontro com os responsáveis concelhios do PS onde foi feito mais um esforço para resolver a situação criada na Câmara e dada a conhecer a decisão do PCP de, a não se

verificar por parte do PS uma alteração urgente da atitude e a tomada de medidas que assegurem o cumprimento político do Protocolo, a Comissão Concelhia de Almada do PCP proporia aos eleitos comunistas que tomassem as medidas necessárias tendentes a ultrapassar o impasse criado.

Depois de ter ficado de dar uma resposta às propostas que a Comissão Concelhia de Almada do PCP lhe colocou, a comissão política do PS mais não fez do que pretender passar as responsabilidades de atitudes irresponsáveis de alguns dos seus eleitos para o PCP. Nós assumimos desde o início as nossas responsabilidades, o PS que faça o mesmo.

Quatro propostas foram por nós colocadas ao PS, tendo por base a experiência de quase 15 meses de trabalho e o conhecimento das capacidades, empenhamento e disponibilidade de cada um dos vereadores.

Eram propostas a incluir no protocolo depois de negociação conjunta com outras ideias a nós colocadas pelo PS.

• A necessidade da Câmara ter um porta-voz único e não cada um andar a assumir responsabilidades para as quais não tenha sido mandatado, com objectivos eleitoralistas.

• A necessidade de existir na equipa um espírito de solidariedade recíproca e não continuar a acontecer que alguns eleitos do PS venham sistematicamente para a comunicação social pôr em causa, insinuando, levantando suspeitas, em relação aos outros membros da equipa e particularmente à Presidente da Câmara.

• A necessidade de ficar expresso no protocolo que os eleitos de acordo com as suas

responsabilidades, deverão manifestar total disponibilidade e empenhamento para a concretização das tarefas que lhes são atribuídas.

• Uma nova redistribuição de pelouros que adeque responsabilidades e tempos inteiros à disponibilidade e empenhamento dos vereadores.

Tal redistribuição passa por uma alteração de tempos e responsabilidades do vereador Artur Cortez do PS e por uma maior responsabilização de outros vereadores do PS e do PCP.

Como se pode verificar e ao contrário do que responsáveis concelhios do PS têm dito, não pretende o PCP impedir que os eleitos socialistas falem para a Comunicação Social ou que deixem de ter as suas próprias opiniões.

O que pretende o PCP é que a Câmara Municipal não seja transformada num trampolim para interesses individuais ou de grupos e que ao Executivo Municipal sejam reforçadas as condições de trabalho.

O que está em causa são interesses muito nobres para nós, comunistas. Pretendemos servir mais e melhor a população e o Concelho de Almada.

Fá-lo-emos de forma honesta, competente e responsável. Assumiremos até ao fim as nossas responsabilidades, exigimos que os outros assumam as suas.

Conclui a nota da Concelhia do PCP:

Por tudo isto e porque pensamos que a defesa dos interesses da população não se compadecem com manobras eleitoralistas sejam de quem for lamentamos ser forçados a tomar as decisões já anteriormente apontadas.

Não pretendemos romper o protocolo assinado com o PS, mas não estamos dispostos a ser penalizados pela má gestão de alguns eleitos socialistas, que desrespeitarão esse mesmo protocolo e procuram, junto da opinião pública assacar ao PCP as responsabilidades.

Apesar disto, como já por diversas vezes temos afirmado continuamos abertos ao diálogo e ao entendimento com todos aqueles que tenham por objectivo servir os interesses da população do nosso concelho.

Ensino

## JCP comenta modelo de gestão do Governo

A Organização do Ensino Secundário da JCP em posição divulgada no passado dia 13 considera que o Decreto-Lei recentemente aprovado em Conselho de Ministros sobre Direcção, Administração e Gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário, a ser aplicado, para além de governamentalizar todo o processo, constituirá um grave atentado contra a gestão democrática.

Os jovens comunistas lamentam que mais uma vez o Governo teime em levar para a frente uma lei que viola claramente a Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente onde esta estipula que os membros dos órgãos de Gestão e Direcção das escolas são democraticamente eleitos, já que no Decreto do Governo os alunos são designados pela Associação de Estudantes. Também o Director Executivo não é

eleito, mas sim escolhido por concurso, agravando esta situação o facto de ter um mandato excessivo — 4 anos — podendo ser renovado por mais 4 anos sem concurso, acrescenta a JCP.

A organização do Ensino Secundário recusa veementemente a existência de um Director Executivo, órgão unipessoal que concentra inúmeros poderes, incluindo o de aplicar as penas disciplinares aos alunos, decidindo sobre todos os problemas da escola, sendo na verdade um órgão de direcção e não de gestão como afirma o Governo.

É também motivo de grande preocupação não ficarem definidos pelo Decreto-Lei os critérios de participação no Conselho de Escola dos representantes dos interesses económicos, culturais e das autarquias, lembra a JCP, que refere ainda:

«O Governo procura com este Decreto assegurar o controlo dos órgãos de Gestão, deixando para posterior regulamentação o processo de nomeação do Director Executivo, garantindo também a hipótese deste e outros membros do Conselho da Escola serem nomeados pela Direcção Regional de Educação, estrutura directamente dependente do Ministério de Educação.»

A Organização do Ensino Secundário da JCP considera que devem ser encontradas soluções para aperfeiçoar a gestão democrática das escolas e considera também que a participação estudantil tem de ser incentivada, sublinhando:

«Pensamos que os estudantes dos 7.º, 8.º e 9.º anos não devem ser afastados do Conselho Pedagógico e que a eleição dos estudantes para os órgãos de gestão deve ser feita por sufrágio directo e universal.»

PCP

# Saudações ao PCP pelo 70.º aniversário

Partidos comunistas e outras organizações progressistas com quem o PCP mantém relações de amizade e solidariedade fizeram chegar aos organismos executivos saudações por ocasião do 70.º aniversário do PCP. Publicamos extractos das mensagens já recebidas.

## Do Secretariado do CC do PCUS

(...)  
«A História do PCP é uma história da luta do povo português contra o regime da ditadura, pela vitória da democracia no vosso país e nas suas relações com as antigas colónias. Hoje o vosso partido é uma força política reconhecida, que está a dar uma contribuição significativa na defesa do progresso social.

Apreciamos altamente o apoio do PCP ao rumo do PCUS orientado para a renovação da sociedade soviética, chamada a abrir o potencial do socialismo. Estamos seguros do fortalecimento das tradicionais relações de amizade e solidariedade entre o PCUS e o PCP.»

(...)

## Do presidente do PDS, Gregor Gysi

(...)  
«A luta cheia de sacrifícios travada pelos comunistas portugueses pelos interesses dos trabalhadores e de todo o povo português, a sua acção pelos ideais da democracia, da paz e da justiça social são uma valiosa experiência para a luta de todas as forças democráticas e de esquerda por um mundo pacífico e justo.

Estamos convencidos de que os nossos dois partidos, estando vinculados aos mesmos ideais, também no futuro, enquanto parte integrante da esquerda europeia, irão cooperar juntos e em camaradagem, e desejamos muitos êxitos aos comunistas portugueses na sua actividade.»

(...)

## Do Presidente do PS Búlgaro, Alexander Lilov

(...)  
«Aquele que conhece a História contemporânea de Portugal não deixa de experimentar respeito e simpatia para com a luta abnegada dos comunistas portugueses contra a longa ditadura, pela vitória da revolução de Abril e a defesa das suas conquistas. Regozijamo-nos sinceramente por o Partido Comunista Português assinalar o seu 70.º aniversário como um grande partido nacional e democrático, que defende consequentemente o bem-estar e a independência nacional do povo português, a paz, a liberdade, a democracia e o progresso social.

Temos em alto apreço os laços tradicionais de amizade entre o PSB e o PCP, e esperamos que continuarão a desenvolver-se, inspirados pelo ideal socialista comum e no interesse da amizade entre o povo búlgaro e o povo português.»

(...)

## Do CC do PC de Cuba

(...)  
«Prestamos homenagem nesta data à fecunda trajectória de luta dos comunistas portugueses que, nas difíceis condições da luta antifascista ou na batalha pelas transformações democráticas do país, têm estado sempre na primeira linha de combate. Apreciamos de modo particular a contribuição do PCP na sua longa luta frente às forças reaccionárias e ao imperialismo, o que adquire grande importância na hora actual em que os Estados Unidos se portam como gendarme mundial e aspiram ao início de uma nova era em que a hegemonia norte-americana e um mundo unipolar à sua imagem e semelhança sejam os traços característicos. Nunca como hoje foi tão necessária a estreita colaboração entre as forças progressistas e revolucionárias no empenhamento comum de barrar o caminho ao domínio imperialista. Reiteramo-vos a nossa vontade de estreitar os laços que nos unem, convencidos de que as ideias de justiça e liberdade e o desejo de uma paz digna para todos animem e continuem animando a acção decidida dos povos.»

(...)

## Do Conselho Federal do PC da Checoslováquia

(...)  
«O PCP sempre lutou, através da sua longa história, pelos direitos sociais e democráticos do povo trabalhador, pelos verdadeiros interesses nacionais do povo português. Temos em alta consideração todos aqueles militantes do vosso partido que chegaram a dar a vida na luta pelos ideais progressistas da humanidade contra a mais reaccionária das ditaduras fascistas. Mesmo nas condições da democracia burguesa o vosso partido continua a lutar pelos direitos nacionais e sociais do povo trabalhador português.»

(...)

«Muito apreciamos entretanto, queridos camaradas, as amistos e fraternais relações de cooperação construtiva existentes entre os nossos dois partidos e que continuam a desenvolver-se nas difíceis condições actuais. Permitam que expressemos a esperança de que a nossa cooperação continue no futuro, para bem dos nossos países e de toda a Esquerda Europeia.»

(...)

## Do CC do Partido do Trabalho da Coreia

(...)

«Também hoje o Partido Comunista Português está a desenvolver vigorosamente uma luta contra as forças reaccionárias de direita e os imperialistas, para defender as conquistas revolucionárias do 25 de Abril e pela causa do socialismo. Saudamos os êxitos alcançados pelo vosso partido no passado e manifestamos o nosso apoio e a nossa inteira solidariedade para com a justa causa do vosso partido.

Aproveitamos esta oportunidade para expressar a nossa firme convicção de que as boas relações de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos se desenvolverão e fortalecerão ainda mais no futuro, e desejamos sucessos ainda maiores nas actividades do vosso partido pela paz, a democracia e o socialismo.»

## Do CC do PC do Vietname

(...)

«A história dos 70 anos do Partido Comunista Português é uma história de luta heróica, cheia de rudes provas e de sacrifícios, e bem gloriosa.» (...)

«Animados de um caloroso sentimento de camaradagem e de fraternidade, os comunistas e a classe operária vietnamita seguem constantemente de perto a luta que trava o Partido Comunista Português e dão-lhe o seu apoio activo e consequente.

Desejamo-vos, queridos camaradas, novos e maiores sucessos na vossa obra revolucionária, e formulamos os nossos votos calorosos pelo reforço e desenvolvimento cada vez maior da solidariedade militante e das relações tradicionais entre os nossos dois partidos.»

(...)

## Do CC do PC de Espanha

(...)

«A revolução do 25 de Abril de 1974, que pôs fim à tirania e ao velho colonialismo, foi um acontecimento importante para todos os comunistas e democratas do mundo. Para nós, teve além disso um significado especial: deu alento à luta e às esperanças de liberdade do povo espanhol contra a ditadura franquista.

Foram, sem dúvida, sete décadas de esforços e também de sacrifícios para abrir caminhos de futuro à dignidade e ao progresso. Uma trajectória histórica que foi comum aos nossos dois partidos e cujos objectivos reflectem os anseios dos povos português e espanhol.»

(...)

«Na comemoração desta data histórica reiteramos, queridos camaradas, os nossos melhores desejos de êxito e a vontade de promover espaços comuns de futuro.»

## Do CC do Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL - Chipre)

(...)

«O Partido Comunista Português ganhou respeito e consideração, não apenas em Portugal mas também para lá das suas fronteiras nacionais. O PCP é uma força política que tem um significativo papel entre os partidos comunistas e forças progressistas na Europa, particularmente na construção da integração europeia.»

(...)

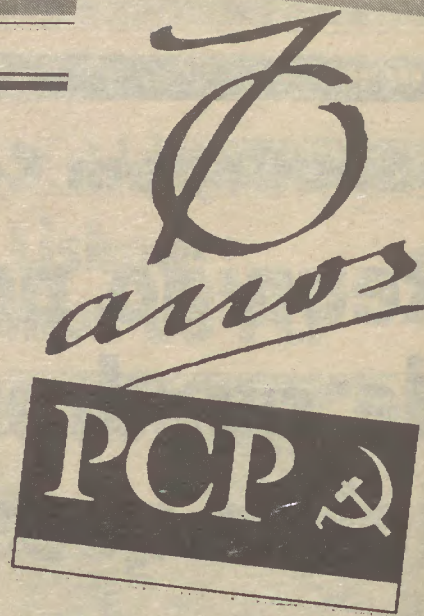
«Aproveitamos esta oportunidade para expressar a nossa gratidão pelo vosso apoio ao nosso povo, um apoio que continua a ser necessário para a implementação das resoluções da ONU sobre Chipre.»

(...)

«Mais uma vez nos congratulamos calorosamente por este significativo aniversário e desejamo-vos todos os êxitos na vossa luta para bem da classe operária e do povo português em geral.»

## Do secretário-geral do PC do Chile Volodia Teitelboim

«Enviamo-vos a saudação calorosa dos comunistas chilenos à vossa direcção, ao vosso Comité Central, a cada um dos vossos militantes, por ocasião do 70.º aniversário da fundação do Partido Comunista Português, junto com os nossos ardentes desejos de engrandecimento da vossa organização e de êxitos face às com-



plexas tarefas que vos coloca a nova realidade internacional, europeia e nacional.

O nosso povo e as forças democráticas e revolucionárias do nosso país conhecem a generosa e permanente solidariedade dada pelos comunistas portugueses à nossa luta de quase 17 anos contra a ditadura terrorista encabeçada por Pinochet. Uma vez mais vos reiteramos os nossos sentimentos de gratidão pelo vosso activo internacionalismo.»

## Do presidente do PC Brasileiro, Salomão Malina

(...)

«A solidariedade e os laços históricos que nos unem são elementos que motivam o Partido Comunista Brasileiro, neste momento histórico da vida do PCP, a expressar seus votos de pleno êxito em vossa luta para lograr uma democracia avançada no limiar do século XXI, a independência nacional, a paz e o socialismo.»

(...)

«No novo quadro mundial, no qual o PCB procura desenvolver um novo internacionalismo, reafirmamos nossa solidariedade e nosso propósito de manter a ampliar os laços históricos entre nossos dois partidos. Por esta razão, o PCB congratula-se com os 70 anos de vida do PCP, certo de que prosseguirá na sua trajectória, a serviço do povo e da classe operária portugueses, no rumo da democracia, da paz e do socialismo.»

## Do secretário-geral do Conselho Nacional do PC da Índia, Indrajit Gupta

«O Conselho Nacional do Partido Comunista da Índia envia calorosas saudações pelo 70.º aniversário do vosso partido. Este aniversário comemora setenta anos de luta gloriosa do vosso partido contra o fascismo, pelos interesses do povo trabalhador e pelos ideais da democracia, da independência nacional, da paz e do progresso social. Na revolução democrática de Abril o vosso partido teve um importante papel na libertação do vosso país do fascismo e na melhoria das condições de vida do povo e no enfraquecimento do Estado monopolista. Ajudou também o movimento de independência nacional nas colónias portuguesas durante o regime salazarista. O povo indiano tem em alto apreço a vossa solidariedade ao movimento de libertação de Goa. Desejamos ao vosso partido todos os êxitos na luta por um futuro melhor.»

## Do CC do PC do Uruguai

(...)  
«Setenta anos que falam de um começo, quando se iniciava no mundo o imenso empreendimento da revolução do povo russo, com o partido de Lênine. Que falam de uma trajectória permanente e fecunda ao serviço do povo português, da democracia, da justiça e do internacionalismo.»

(...)  
«Acabamos de culminar o nosso XXII Congresso. Ali esteve connosco o camarada Cunhal. A sua presença contribuiu muito para que o nosso congresso fosse de fermento e de unidade.»

(...)  
«O camarada Cunhal disse-nos então que valia a pena ser comunistas. Que, se não houvesse um partido comunista, haveria que inventá-lo. Que os comunistas fazem falta, como dizia o nosso querido camarada Alfredo Zitarrosa.

Os últimos acontecimentos - a cruenta guerra do Golfo - vêm recordá-lo de novo. Enquanto existir no mundo o capitalismo rapace e o imperialismo sangrento, farão falta os partidos de homens e mulheres que lutam contra a exploração, pelo socialismo, pela justiça e a paz, pela democracia mais profunda. Entre eles estarão sempre os comunistas, junto da classe operária e dos povos.»

## Do secretário-geral do PC da Argentina, Patricio Echegaray

(...)  
«É uma justiça histórica reconhecer o destacado papel que desempenhou o PCP para socavar o edifício da ditadura fascista, o qual ruiu estrepitosamente ante a pressão tremenda da revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974.»

(...)  
«Na ordem internacional, o vosso Partido manteve e mantém uma posição activa de solidariedade para com todos os povos que lutam pela libertação e contra o imperialismo belicista e explorador. Apraz-nos muito comprovar como o PCP, neste momento de crise de países chamados socialistas, de sectores do movimento comunista, mantém firmemente o seu carácter revolucionário de classe e utiliza criativamente o marxismo-leninismo, aplicando-o à realidade concreta nacional e internacional.»

(...)

# Em Foco

**Avante!**

Ano 61 — Série VII  
N.º 900

21 de Março de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

**Avante!**

# Remodelação

**A**nunciada remodelação do «Avante!» irá concretizar-se a partir do número 902, a publicar no dia 4 de Abril próximo. Integrando-se nas comemorações dos 70.º aniversário do Partido e dos 60 anos de publicação do seu órgão central, o novo «Avante!» apresentará novidades no que se refere ao conteúdo, ao aspecto gráfico e também à distribuição.

No que se refere ao conteúdo, a informação geral do órgão central do PCP será substancialmente ampliada. Passando a contar com novas fontes de documentação — nomeadamente de agências noticiosas — o «Avante!», mantendo um especial desenvolvimento quanto ao noticiário da actividade do PCP e do movimento operário, passará a dedicar uma atenção maior a outros sectores da vida nacional e internacional.

Por outro lado, uma parte acrescida do jornal será dedicada a colaborações regulares assinada por dirigentes e militantes do PCP, seja a nível central (Comissão Política, Secretariado, Comissão Central de Controlo e Quadros), seja das comissões especializadas junto ao CC, seja ainda de responsáveis e quadros das Organizações Regionais e do Grupo Parlamentar.

Como havia igualmente sido anunciado, a partir desta remodelação assumirá carácter regular e permanente a secção Cartas do Leitor, funcionando em moldes idênticos aos que a caracterizaram durante os períodos de

preparação do XII e XIII Congressos do Partido.

No que se refere ao aspecto gráfico, o novo «Avante!» assinalará uma opção decisiva pelo formato tabloide, com modificação da actual primeira página, que adoptará também as dimensões do tabloide, passando a contar com cor.

Na sua organização gráfica interna, o «Avante!» passará a desenvolver-se num único caderno de 32 ou 40 páginas, conforme as semanas e o volume de temas o impuserem. Desaparecerão assim os cadernos e a necessidade da sua separação, podendo o jornal ser folheado sem interrupções da primeira à última página.

Do ponto de vista comercial, para além de uma campanha de lançamento do «Avante!» remodelado, o órgão central do PCP verá substancialmente ampliada a sua distribuição a nível comercial, lado a lado com uma regularização e reforço da sua distribuição pelo circuito partidário. À determinante distribuição assegurada pela organização do Partido nas empresas acrescentar-se-á assim uma reforçada presença do jornal nos arduas, quiosques, tabacarias e habituais pontos de venda da imprensa, em todo o País.

Igualmente as assinaturas foram objecto de especial atenção. Embora o «Avante!» não tenha acesso - pela sua condição de órgão partidário - ao porte pago dos CTT com que conta toda a restante imprensa, foi realizado um estudo financeiro que permitiu, apesar disso, beneficiar e tornar compensador o preço da assinatura, no sentido de facilitar a

recepção em pontos mais afastados da distribuição comercial regular.

Os acrescidos encargos impostos pelo conjunto de medidas que dão forma à remodelação obrigam a um aumento do preço de capa do «Avante!» que passará para 100\$00. Com este preço, o órgão central do PCP, embora não conte com as vultosas receitas publicitárias angariadas pela restante imprensa, manter-se-á contudo como o semanário de mais baixo preço no mercado nacional.

Estão já em preparação em diversas organizações do Partido iniciativas de promoção do «Avante!» durante Maio próximo e que darão assim seguimento às acções que têm comemorado o 70.º aniversário ao longo do corrente mês. Bancas e vendas de rua, sessões de debate sobre a imprensa partidária, acções especiais nas empresas, montagem de redes locais para ampliação da distribuição militante do jornal são algumas cuja notícia já nos chegou.

Num ano de particular importância política como é o de 1991, o esforço para melhorarmos o nosso órgão central constitui um objectivo essencial de trabalho de todo o Partido. Esta remodelação será apenas um princípio. Nas mãos das organizações e de todos os militantes do Partido está também o contributo determinante para uma maior intervenção na luta e no trabalho de um jornal com uma informação verdadeira e rigorosa, com uma opinião democrática e de esquerda - o «Avante!», o nosso jornal!

■ **Maria do Carmo  
Tavares**

# Legislação laboral

**R**aro é o discurso de um membro do Governo que não fale de desenvolvimento, modernização, solidariedade e valorização da pessoa humana; que a família deve ser um valor a preservar e que é fundamental para o equilíbrio da criança.

Criam-se, entretanto, instituições, direcções-gerais e nomeiam-se comissários para dar corpo a estas ditas intenções. No entanto, todo este discurso é contraditório com a realidade que se vive. Que o digam milhares de trabalhadores que laboram todos os dias neste País clandestinamente, na mais perfeita ilegalidade, na sua maioria jovens e mulheres, com salários miseráveis, horas excessivas de trabalho e sem o mínimo de condições de trabalho.

A confirmar esta situação estão os dados oficiais, que afirmam que cerca de dois terços dos empregos por conta de outrem, criados em Portugal entre 1983 e 1988 e ocupados por mulheres, são de duração limitada ou precários. E que o salário médio das mulheres é 29% inferior ao salário médio do homem.

Contra estas situações, à margem das leis do trabalho e da contratação colectiva, têm lutado as organizações dos trabalhadores, denunciando, agindo junto do patronato, exigindo a intervenção dos órgãos fiscalizadores que têm competência para repor a legalidade (mas que agem muito pouco).

Em consequência da assinatura do Acordo Económico Social, por parte da UGT, Governo e patronato, estamos neste momento em confronto com projectos de lei sobre matérias fundamentais para os trabalhadores, entre outros, o de Organização e Duração do Horário de Trabalho, Cessação do Contrato de Trabalho por Inadaptação e Pré-Reformas.

A questão que se coloca logo em primeiro lugar quando se pretende alterar qualquer coisa, e neste caso são os direitos dos trabalhadores, é saber se vão alterar para pior ou melhor a situação existente. E se as ilegalidades hoje existentes, que atingem fundamentalmente mulheres e jovens, vão ser severamente punidas.

Da leitura atenta dos projectos que o Governo quer fazer aprovar, chegamos à conclusão que o seu fio condutor é enfraquecer as relações laborais para o lado do trabalho. Precarizá-las, iria tornar «legal» muitas situações precárias existentes.

Analisando alguns destes projectos mais no concreto, podemos concluir que o que se pretende é um retrocesso social, é marginalizar a pessoa humana, é perturbar a vida da família, condicionando o descanso, o lazer, as actividades sociais e cívicas e as relações entre a família e os amigos.

Quanto ao horário, por cuja diminuição os trabalhadores têm travado, ao longo de décadas, duras lutas, estamos hoje perante o facto de o Governo querer que o trabalhador possa prolongar a sua jornada de trabalho em mais 2 horas diárias ou possa semanalmente trabalhar 50 horas. Se a isto acrescentarmos o trabalho suplementar, pode vir a acontecer ter-se jornadas de trabalho de mais de 60 horas.

Ainda em nome do desenvolvimento, da rentabilidade, da segurança dos equipamentos e de razões económicas e tecnológicas, os estabelecimentos industriais, que têm hoje a obrigatoriedade de suspender a laboração no fim-de-semana, ficariam com a possibilidade de laborar todos os dias. E o dia de descanso (por exemplo, o sábado) poderia vir a ser gozado de forma repartida ou diferenciada.

Esta situação, a ser levada por diante, levantaria profundos conflitos

## aprofunda desumanização

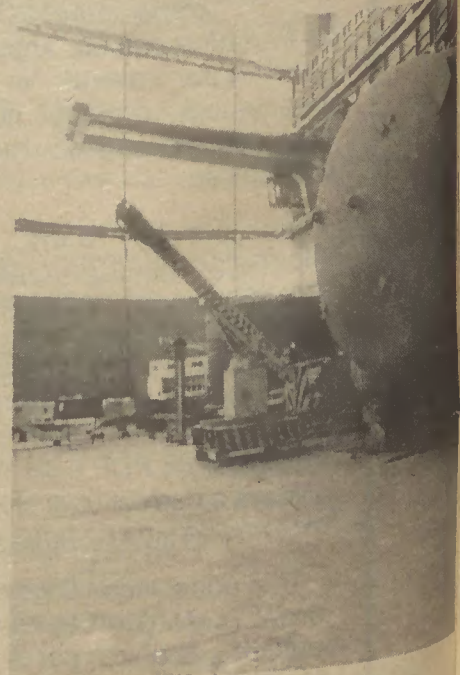
na vida das pessoas e da família, pioraria em muito a pouca qualidade de vida que temos, agravaria mesmo o rendimento da família. Seria o pagamento de prolongamentos nas creches e jardins escolas, filhos mais tempo sós, à espera do regresso dos pais, ultracansados do trabalho e com pouca ou nenhuma disponibilidade para darem a atenção de que eles necessitam.

O aumento das possibilidades do trabalho por turnos e de laboração contínua, o alargamento do regime de trabalho sem horários fixos (a chamada isenção do horário de trabalho), leva a toda uma desarticulação da vida das pessoas, da convivência não só entre amigos mas da própria família, à limitação da participação na vida social e política.

Esta situação também irá contribuir para impedir que os trabalhadores possam desenvolver a sua formação escolar e profissional, na medida em que alterações permanentes dos horários tornam inviável, em muitos casos, a frequência escolar dos trabalhadores.

Quanto à cessação do contrato por inadaptação e ao regime pré-reforma, põem-se problemas a todos os trabalhadores mas em particular às mulheres trabalhadoras.

Evocam o patronato e o Governo que a extinção de postos de trabalho visa prevenir que, em consequência de mudanças estruturais, tecnológicas ou de mercado, se mantenham postos de trabalho sem tarefas que



ocupem os trabalhadores e, desse modo, garantir a eficácia das reestruturações empreendidas e assegurar o equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Durante décadas não foram oferecidas condições, nem estimulados os trabalhadores, para a possibilidade de terem mais acesso à escola ou à formação profissional. As mulheres são nisso as maiores vítimas, tendo em conta que em 1989 76,9% das

mulheres activas tinham apenas a escolaridade obrigatória e 7,6% eram analfabetas e que nas acções de formação profissional, as mulheres são apenas 21% dos formandos.

Perante esta situação, como se vão adaptar as trabalhadoras com 40/50 anos ou mais, quando forem introduzidas modificações nos seus postos de trabalho, resultantes de novos processos de fabrico ou de novas tecnologias, quando durante décadas

partir dos 55 anos, com o mínimo de 25% do salário que auferem.

O projecto prevê a negociação acima dos 25%, mas a questão que se coloca é: que poder negocial tem uma trabalhadora com pouca ou nenhuma qualificação e 55 anos? E que condições tem para encontrar um novo posto de trabalho?

Perante tais factos, como é que pode o Governo falar em solidariedade e progresso social quando os



trabalhadores, depois de uma vida inteira terem dado o melhor do seu esforço e da sua capacidade, têm como perspectiva a marginalização completa, através do desemprego, ou a diminuição dos seus já baixos rendimentos?

Em nome de uma pseudo-modernização, o que se pretende é cada vez mais diminuir os custos do trabalho na produção à custa do desemprego, da precarização e de baixos salários e desta forma o patronato poder acumular cada vez mais riqueza.

A concretização de tais medidas por parte do Governo levaria a sociedade portuguesa a ficar perante crescentes e gritantes desigualdades e conflitos de grande dimensão, sob o ponto de vista humano e social. É dever, por isso, dos trabalhadores lutarem a fim de obrigar ao abandono de tais projectos de diploma.

É indispensável que mulheres e homens tomem em suas mãos a defesa dos seus direitos laborais e prosigam a luta por melhores salários, mais protecção social e melhores condições de trabalho. Só assim é que se podem vir a concretizar os verdadeiros valores da solidariedade e do progresso social. ■

não lhes foram dadas condições mínimas básicas e foram apenas vistas pelo patronato como uma fonte de superexploração (mão-de-obra barata e não qualificada)?

A ir para a frente esta intenção, podemos estar perante as situações mais desumanas, de trabalhadoras, depois de uma vida de trabalho, estarem perante o espectro do desemprego ou serem convidadas a fazer um acordo para uma pré-reforma a

## Algumas considerações sobre

# SONDAGENS

**A**nalizando os meios de comunicação no último ano, podemos constatar que as sondagens de opinião têm estado muito na moda.

Falando particularmente de sondagens políticas referenciadas às várias eleições nacionais, e sem qualquer menosprezo por quem as realiza, há que as considerar mais como um acto propagandístico do conservadorismo português, do que indicadores expressivos do sentido de voto dos portugueses.

Curiosos são os resultados dados ao nosso partido, não passando além dos 8%, quando na realidade ultrapassamos os 12%...

Curioso é também, que sempre que as eleições se aproximam os meios de comunicação aumentam as preocupações para com o PCP, e segundo afirmam com o rigor da informação, considerando que iremos ter uma votação muito inferior à que vínhamos mantendo. Acrescentam, como análise e como constatação já há muito diagnosticada, a queda é o desuso do comunismo como sistema político.

Em vez de se dedicarem a especulações justificadas apenas por fins manipulatórios, talvez fosse bom reflectirem um pouco nos números que apresentam, desfasados da realidade.

O peso histórico de 48 anos de fascismo em Portugal e o modo como os comunistas foram torturados e perseguidos, considerados terroristas, bandidos e perigosos agitadores, criou raízes profundas... — surgiram defesas pessoais e modos de reagir perante determinadas situações, de omissão e de recusas. É natural que por tudo isto o eleitorado comunista em relação a estudos de opinião prefira recusar responder ou mesmo ocultar qual é a sua real posição política.

Esta situação de facto é muito importante provocando um enviesamento de opinião, diminuindo nos resultados apresentados a nossa real percentagem.

Um outro motivo justificativo dos resultados apresentados para o nosso partido, refere-se à amostra escolhida para fazer o estudo. Isto significa que as entrevistas têm que ser feitas de modo a cobrir o todo nacional representativamente; por distrito, habitat, sexo, idade, ocupação... De um modo geral existem estudos publicados em órgãos de comunicação com estas características, mas a amostra continua a desfavorecer o nosso Partido, porque a amostra continua com desvios. Se o objectivo é saber-se como votam os portugueses e se todos sabemos que a votação no Sul é diferente da votação no Norte, se se verifica que o distrito de Beja ou o distrito de Setúbal votam de modo diferente de Leiria ou de Bragança, há que conhecer essas diferenças e distribuí-las consoante as características nacionais.

Assim sendo, se se quiser realizar sondagens de opinião sérias, dever-se-á constituir universos diferentes para cada partido de modo a terem no fim do estudo indicadores mais próximos da realidade.

Preocupantes contudo os resultados divulgados, porque para além de não referirem dados o mais próximo da realidade possível, são encarados pela opinião pública como perda de eleitorado para o nosso Partido. Poderemos mesmo considerar que, propositadamente ou não, a campanha contra o PCP manifesta-se também através das pseudo-sérias sondagens de opinião...

■ M.T.



## PCP divulga posição

# A investigação científica e o programa CIÊNCIA

**A** necessidade de uma política científica e tecnológica que vença o atraso de Portugal; os problemas do financiamento da I&DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental) e a necessidade de correcção do programa CIÊNCIA foram os temas para uma conferência de imprensa promovida pelo PCP na passada segunda-feira onde estiveram presentes Edgar Correia, membro da Comissão Política, Vítor Costa, deputado do PCP, Zilda Carvalho, investigadora no Instituto Gulbenkian de Ciência, e Nuno Pinhão, assistente de investigação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI). Críticas ao Governo quanto à política de investigação científica nacional e em particular ao programa CIÊNCIA caracterizaram esta conferência de imprensa onde, em resposta às questões colocadas pelos jornalistas presentes, se recordou a recente actividade do Partido na Assembleia da República, bem como um seminário a este propósito promovido no passado mês de Dezembro, conforme o «Avante!» detalhadamente noticiou. Referindo-se à pura coincidência de esta conferência de imprensa se realizar na mesma altura em que na FIL prosseguia o Simpósio Internacional sobre Política Científica e Tecnológica para os anos 90, Edgar Correia fez questão em sublinhar que o PCP acompanhava com interesse essa iniciativa, para dela recolher todos os elementos necessários que contribuíssem para um ainda maior conhecimento das questões ligadas ao desenvolvimento do sector. Acusando de eleitoralista a recente iniciativa de, após seis anos de indiferença, Cavaco Silva ter finalmente reunido com elementos da comunidade científica, alegadamente para uma auscultação das suas necessidades, Edgar Correia apresentou as propostas do PCP, elaboradas pela comissão junto do Comité Central para as questões da Ciência e Tecnologia, que visam vencer o atraso que o sistema científico e tecnológico no nosso país atravessa. Esse comunicado é transcrito na íntegra nestas páginas, com subtítulos da responsabilidade da redacção.

1. Vencer o atraso do sistema científico e técnico português, designadamente em relação aos outros países da CEE, constitui um dos problemas cruciais para uma política de desenvolvimento do País nas suas principais vertentes e para o reforço da capacidade de determinação nacional, no quadro da crescente internacionalização dos processos e da prevalência dos interesses dominantes.

Importa sublinhar, porém, a par de todos os indicadores quantitativos e qualitativos que atestam o atraso científico e tecnológico do País, dois outros factos.

Por um lado, o fosso que nos separa não só do nível dos países e regiões mais desenvolvidos, mas inclusive de outros países, entre os quais os do Extremo Oriente vulgarmente designados por novos países industrializados, tem vindo a acentuar-se mais, aumentando objectivamente os factores de dependência científica e tecnológica.

Por outro lado, a falta de uma política científica que tenha devidamente em conta os interesses nacionais, associada à orientação neo-liberal do Governo, tem colocado o País numa situação particularmente desfavorável no terreno cada vez mais importante da cooperação internacional e indefeso face a mecanismos de domínio e controlo económico e político da I&DE por parte dos principais países industrializados e das multinacionais.

Este quadro coloca a necessidade, a importância e a urgência de um debate nacional em torno dos problemas do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Um debate em que a própria comunidade científica deve desempenhar um papel central.

Mas um debate alargado a todas as esferas da vida nacional, às forças activas - políticas, económicas, sociais e culturais - e que envolva a opinião pública no seu conjunto.

Num período marcado pela aproximação das eleições legislativas, a discussão destas questões apresenta um interesse e uma oportunidade muito particulares.

Interesse e oportunidade que nada têm a ver com o simulacro de audição da comunidade científica que o primeiro-ministro tem vindo a promover em

final de mandato governativo com nítidos objectivos eleitoralistas.

Intervindo no seio da comunidade científica e em diálogo com ela, o PCP procurará, também, dar o seu contributo.

A recente constituição junto do Comité Central da **Comissão para as questões da Ciência e Tecnologia do PCP** e a análise que esta Comissão fez aos problemas do financiamento da I&DE e ao programa CIÊNCIA, cujas conclusões fundamentais a seguir se divulgam, constitui expressão já desta linha de trabalho.

## Financiamento contra governamentalização

2. As questões do financiamento da I&DE estão colocadas hoje no centro dos problemas, dos critérios e das decisões que afectam o sistema científico e tecnológico nacional e a actividade de todas as instituições, cientistas e investigadores.

A ausência de uma política científica que tenha devidamente em conta os interesses nacionais por parte do Governo do PSD, soma-se uma visão economicista e utilitarista estreita e a aplicação acrítica de orientações estabelecidas em instâncias internacionais que reflectem em muitos casos apenas interesses e prioridades dos países mais industrializados e das multinacionais.

Esta situação tem vindo a ser mais agravada pela falta de audição da comunidade científica e a ausência real de diálogo com ela, por parte da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do aparelho burocrático em que se apoia.

O facto do Governo pretender decidir cada vez mais só por si, através de um processo fundamentalmente administrativo, sem uma real participação da comunidade científica, antes sujeito à influência de interesses particulares ou de grupo, sobre as actividades científicas e tecnológicas a serem realizadas e as instituições a apoiar, constitui o elemento mais perverso do sistema actual e aquele que exerce uma influência mais negativa no real desen-

volvimento da capacidade científica e tecnológica do País.

A retirada, na prática, de autonomia e de iniciativa própria aos Institutos e Laboratórios do Estado e às instituições do Ensino Superior, no plano da orientação das áreas de actividade de investigação científica e tecnológica por que são responsáveis, a governamentalização e a burocratização centralizadora das decisões, vem sendo realizada fundamentalmente em duas linhas.

Por um lado, acentua-se o processo de estrangulamento financeiro dos Laboratórios e Institutos do Estado, com continuados cortes orçamentais que estão a retirar a base mínima de sustentação da sua actividade própria e a conduzir à sua degradação.

São também restrições orçamentais as responsáveis por que as instituições do Ensino Superior, se encontram paralisadas quanto às suas responsabilidades sociais relativas ao exercício livre da investigação e à inovação cultural.

Por outro lado, Laboratórios e Institutos do Estado e instituições públicas do Ensino Superior vêm-se cada vez mais pressionados a desenvolver a prestação de serviços e a investigação sob contrato, como formas de angariar receitas indispensáveis à sobrevivência das suas actividades e estruturas, independentemente da sua competência e do real interesse de tais serviços.

Ao mesmo tempo que se vêem obrigados a concorrer a esquemas de financiamento cujos critérios e decisões são altamente governamentalizados, de que é exemplo o programa CIÊNCIA.

Esta situação significa, em maior ou menor grau, a perda de autonomia para a prossecução dos objectivos próprios dos Laboratórios e Institutos do Estado e das instituições do Ensino Superior, tem vindo a traduzir-se em margens de incerteza e de dependência cada vez maiores e tende a produzir a degradação das suas capacidades científicas e tecnológicas.

Dadas as características do tecido económico nacional, tecnologicamente pouco desenvolvido e carente de meios próprios para financiar actividades de I&DE e de inovação tecnológica, isto está a significar, também, a concentração num número restrito de grandes empresas, nacionais e multinacionais, dos benefícios das actividades de I&DE realizadas nessas instituições, em desfavor das PMEs.

## Programa CIÊNCIA

3. O programa CIÊNCIA, que com base em fundos estruturais comunitários e na correspondente participação nacional representa uma fonte fundamental de financiamento para a Ciência e a Tecnologia no quadriénio 1990-93, constitui o mais significativo e vicioso exemplo de utilização de formas de financiamento por concurso (que teoricamente podiam possibilitar uma maior flexibilidade na gestão de parte dos recursos existentes), para o reforço de facto da política de centralização e governamentalização das decisões no plano científico e tecnológico, decisões que escapam inclusive à discussão orçamental e fiscalizadora da Assembleia da República.

O CIÊNCIA, quer pela forma como foi elaborado, que excluiu a participação e o debate no seio das instituições científicas, quer pelo modelo de desenvolvimento científico e as prioridades controversas que adoptou, que não reflectem as realidades e necessidades do País nem respeitam a própria dinâmica da criação científica e tecnológica, quer ainda pela forma atribuída como têm sido elaborados os regulamentos relativos a concursos em áreas prioritárias e a experiência dos

concursos abertos em áreas não prioritárias, tem suscitado um justificado e generalizado descontentamento e protesto no seio da comunidade científica.

A completa exclusão do programa CIÊNCIA de certas áreas científicas, com realce e escândalo para as ciências sociais e humanas, constitui um ilustrativo exemplo da orientação que foi oficialmente seguida.

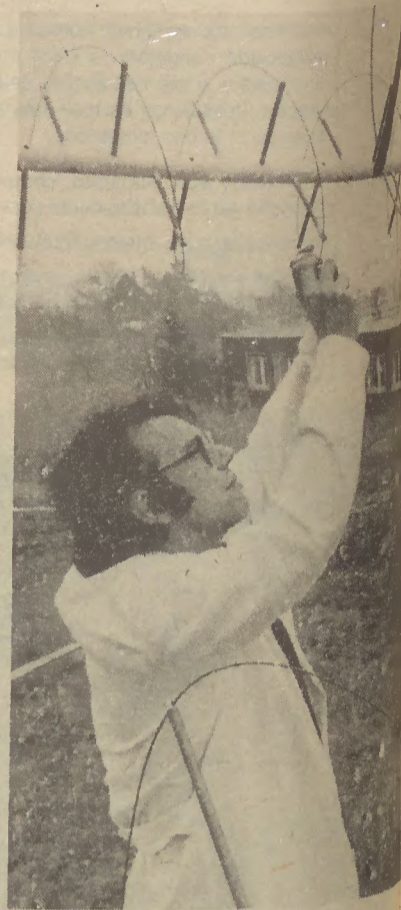
Excessivamente restritivo no seu acesso, no que toca à grande dimensão dos investimentos e das equipas a que se destina, âmbito científico e natureza das rubricas elegíveis, o CIÊNCIA não só promove a constituição de consórcios, sem história nem provas dadas, portanto sem garantia de cooperação futura depois dos investimentos estarem concluídos, como veda o acesso directo ao apoio a pequenos grupos de mérito que trabalham sobretudo a nível das instituições do Ensino Superior.

## Governo não aproveita potencial científico

A vigência extremamente curta e os objectivos essencialmente estruturantes do CIÊNCIA, com exclusão portanto do financiamento de projectos de I&DE e de despesas de funcionamento, desencadeia situações muito contraditórias.

As afirmações governamentais de que objectivos financiados pelo CIÊNCIA serão complementados por outros instrumentos financiadores, caem inteiramente por terra quando se analisa o Orçamento de Estado para 1991 para a Ciência e Tecnologia.

A estimativa de evolução da I&DE



nacional entre 1990 e 1991 apresenta de facto um crescimento de 16%, valor que é de qualquer forma baixo atendendo ao atraso do nosso sistema científico e tecnológico.

Mas se se descontarem os fundos afectos ao CIÊNCIA, o crescimento em termos reais (a preços constantes) é nulo.

É isso afinal que explica que entre



# Agenda

**Avante!**

Ano 61 — Série VII  
N.º 900

21 de Março de 1991  
4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Álvaro Cunhal no Porto e em Viana do Castelo

O camarada Álvaro Cunhal participa no sábado, no Porto, no comício comemorativo do 70º aniversário do PCP que terá lugar a partir das 15 horas no Coliseu.

Nessa noite inicia uma visita a **Viana do Castelo**, participando nas seguintes iniciativas:

**Sta. Marta de Portuzelo** - jantar-convívio no restaurante «Camelo» (sábado à noite)

**Arcozelo** (Ponte de Lima) - visita à freguesia a partir das 9.30

**Soajo** (Arcos de Valdevez) - visita à freguesia, a partir das 11.30, e almoço-convívio na Casa do Povo

\*\*\*\*\*

## Carlos Carvalhas no Distrito de Setúbal

Festejando ainda o 70º aniversário do PCP o camarada Carlos Carvalhas visita no sábado os concelhos de **Alcácer do Sal** e **Grândola**.

Em **Alcácer** participa a partir das 13.00, no Centro de Trabalho do PCP, num almoço-convívio, e às 16.30, no Casão da Cooperativa de **Rio de Moinhos**, num encontro com a população.

Em **Grândola**, o camarada Carlos Carvalhas dá início, às 18.00, a uma visita à Sociedade Musical Operária Grandolense, à Colectividade Grandolense e à Biblioteca Municipal, onde continua aberta ao público uma exposição sobre o 70º aniversário do PCP, e estará presente (a partir das 19.30) no jantar-convívio que se realiza no Refeitório da Câmara Municipal.

# 70 anos



## Porto

Comício comemorativo  
do 70º aniversário do PCP

Com a participação de  
**Álvaro Cunhal**

\*

Canções por Maria Guinot

Coliseu do Porto  
Sábado às 15 horas

## Quinta

### LISBOA

Plenário de militantes da EDP, preparatório da próxima Assembleia da Organização do PCP na empresa - às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

### STA. IRIA DA AZÓIA

Plenário de militantes - no Centro de Trabalho, às 21.00.

### SACAVÉM

Plenário de militantes - no Centro de Trabalho, às 21.00.

### LOUSA

Plenário de militantes - no Centro de Trabalho, às 21.00.

## Sexta

### PORTO

Debate: **Articulação dos cuidados de saúde primários e diferenciados**. Na Cooperativa Árvore (Rua Azevedo de Albuquerque, 1), às 21.30, com a participação do camarada João Camilo.

### SALVATERRA DE MAGOS

Encontro de eleitos da CDU no concelho de Salvaterra de Magos: às 21.30, na Casa do Povo de Glória do Ribatejo.

### AVEIRO

O PCP - partido necessário, projecto de futuro: sessão-debate orientada pelo camarada Vítor Dias. As 21.30, no Salão Cultural da Câmara Municipal.

### BUCELAS

Plenário de militantes - na Junta de Freguesia, às 21.00.

### LISBOA

Debate sobre **A recuperação e a reabilitação urbana do Bairro de Alfama** na sede do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima (Rua do Salvador, 2-A), às 21.30. Participam Rui Godinho, vereador do PCP na CML, os presidentes das Juntas de Freguesia de S. Miguel e Santo Estevão e o secretário da Junta de Freguesia da Sé.

### PAREDE

Convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP, com jantar e fados: às 21.00, na Cooperativa da Linha do Estoril.

## Sábado

### PALMELA

**IV Assembleia da Organização Concelhia de Palmela**: a partir das 14.30, no salão dos Bombeiros Voluntários, com a participação do camarada Agostinho Lopes. No final (cerca das 19.30) jantar-convívio comemorativo do 70º aniversário no restaurante «Casa do Lavrador».

### LISBOA

**2ª Assembleia da Organização da Freguesia do Lumiar**: a partir das 15.00, no Centro de Trabalho do Lumiar, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

O PCP na Câmara Municipal de Lisboa - um ano de actividade: sessão pública no salão da Junta de Freguesia de S. João de Brito, com a participação dos camaradas Rui Godinho, vereador, e Graça Mexia, da Assembleia Municipal.

Plenário da Zona Ocidental de Freguesias de Lisboa - às 15.00, no Centro de Trabalho da Ajuda.

Lanche-convívio comemorativo do 70º aniversário do Partido - no Centro de Trabalho de Santos.

Plenário da freguesia de **Marvila** - às 15.00, no Centro de Trabalho de Marvila.

Plenário da freguesia de **Olivais** - às 15.00, no Centro de Trabalho de Olivais.

Plenário da freguesia de **Beato** - às 15.00, no Centro de Trabalho do Beato.

Plenário da freguesia de **Alto do Pina** - às 15.00, no Centro de Trabalho de Arroios.

### PÓVOA DE STA. IRIA

Convívio e debate sobre a vida quotidiana na freguesia e próximas eleições - às 15.00, no Centro de Trabalho.

### FAFE

Comemorações do 70º aniversário do PCP, com a participação do camarada **Carlos Costa**: a partir das 10.00, homenagem a camaradas falecidos, com visita aos cemitérios de Fafe, Antime, Fornelos e Arões; às 15.00, no Centro de Trabalho de Fafe, sessão pública, seguida de convívio (no mesmo local a partir das 17.00).

### STA. MARINHA DO ZÉZERE

Almoço-convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP - a partir das 12.30, no Café Cruzeiro.

### PORTIMÃO

**3ª Assembleia da Organização Concelhia**: a partir das 14.30, na Sala de Conferências da Câmara Municipal, com a participação do camarada **Carlos Luís Figueira**.

## Segunda

### LISBOA

Reunião do Núcleo da **Boavista** da célula da EDP - às 18.30, no CT de Santos.

### AMADORA

Reunião do Núcleo da **Amadora** da célula da EDP - às 18.30, no CT da Amadora.

## Jornadas Algarvias

Em Vila Real de Sto. António e Santa Bárbara de Nexe prosseguem esta semana as 4ªs Jornadas Algarvias promovidas pelo PCP.

Vila Real estará amanhã em debate o PROTAL-Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Participam os camaradas **Carlos Brito** e **José de Deus Rodrigues**, presidente da CM de Vila do Bispo. Às 21.00, no salão nobre da CM.

Em Sta. Bárbara de Nexe o tema «**A Via do Infante**» será introduzido pelos camaradas **Carlos Brito** e **Delgado Martins**, da Comissão de Agricultores do Sotavento Algarvio na sessão que se realiza no sábado, às 16.00, no salão da Junta de Freguesia.

## Jornadas Legislativas no Distrito de Lisboa

Os deputados do PCP **Octávio Teixeira**, **Jerónimo de Sousa** e **João Camilo** participam hoje e amanhã, no quadro das Jornadas Legislativas no Distrito de Lisboa, em visitas de estudo e informação a várias instituições do concelho de **Cascais**.

Idêntico objectivo tem o programa que **Octávio Teixeira** e **Jerónimo de Sousa** e ainda **João Amaral** e **António Filipe** cumprem no concelho de **Vila Franca de Xira** e que ontem teve início. Amanhã os deputados visitarão, de manhã, a OGMA, MAGUE e CIMPOR e à tarde o Hospital de Vila Franca, Centros de Reformados de Vila Franca e Alverca e a Escola C+S de Alhandra. No sábado de manhã o programa centra-se nas colectividades e clubes desportivos da zona; à tarde haverá um encontro com Comissões de loteamentos clandestinos em recuperação, e à noite uma visita à **Xira Jovem**.

## Deputados visitam Viana do Alentejo

Na próxima segunda-feira os deputados **Lino de Carvalho** e **Joaquim Teixeira**, eleitos pelo círculo de Évora, visitam em Viana do Alentejo cooperativas, a Escola Secundária, o Centro de Saúde e outras instituições, participando às 17.30 num encontro com reformados, no respectivo Centro de Convívio.



## Pela Paz no Médio Oriente

O Movimento pela Paz e Contra a Guerra no Golfo promove amanhã, na Casa da Paz (Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2ª, em Lisboa) um debate público sob o lema **Convergência para uma Paz justa e duradoura no Médio Oriente**. Participam representantes das organizações que integram o Movimento, bem como personalidades da vida cultural e política portuguesa.

## CDU

Amanhã, dia 22, durante um acto público que decorrerá às 17 horas na Sala Embaixador do Hotel Embaixador, representantes do PCP e designadamente o seu secretário-geral, **Álvaro Cunhal**, do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática assinam o acordo constitutivo da Coligação Democrática Unitária para a concorrência às próximas eleições legislativas.



## Apelo aos jovens trabalhadores

## Cordão Humano contra a Precariedade

Sexta-feira, 22, às 16.00 frente ao Ministério da Juventude (Palácio das Laranjeiras)

## Sessão pública com Rui Godinho e Graça Mexia

### O PCP na CML: um ano de mandato

Sábado às 15h00  
JF de S. João de Brito

# TV O Programa

Quinta 21

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Caça ao Tesouro (concurso)
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model (103º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Mar Cercado (8º epis.)
- 14.00 - Dia Mundial da Floresta - «O Sobreiro»
- 14.50 - Ponto Por Ponto
- 15.40 - Primeira Matinée - «Promessa Quebrada», real. Don Taylor (EUA/1981, 100 min.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Super Boy (4º epis.)
- 18.40 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta (102º epis.)
- 21.20 - Twin Peaks (16º epis.)
- 22.15 - Fausto - «Grande, Grande é a Viagem»
- 23.15 - 24 Horas
- 23.50 - Remate

**RTP2**

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - A Força Astral (27º epis.)
- 12.30 - Curso de Alemão
- 12.45 - Filhos e Filhas (687º epis.)



- 13.05 - Jerry Lewis (27º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (27º epis.)
- 16.15 - A Viagem de Jennifer (4º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tudo Menos Isso (8º epis.)
- 18.55 - Ti-ti-ti (149º epis.)
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo

- 20.00 - Regiões Magazine
- 20.50 - Dick Tracy (125º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Homem do Cinema Mudo
- 22.00 - Fora de Jogo
- 22.55 - Cineclub - «O Demónio dos Mares», real. Samuel Fuller (EUA/1954, 99 min.)
- 00.35 - Boletim Meteorológico

Sexta 22

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Caça ao Tesouro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Festivais do Mundo
- 14.00 - Sem Legendas
- 14.50 - Ponto por Ponto
- 15.40 - Primeira Matinée - «Tadpole e a Baleia», real. Jean-Claude Lord (Can/1988, 89 min.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Super Boy
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.20 - Sessão da Noite - «Os Exploradores», real. Joe Dante (EUA/1985, 102 min.)
- 23.10 - Querido John (12º epis.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate
- 00.40 - Pela Noite Dentro - «Sexta-feira, 13»

**RTP2**

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - Universo Juvenil
- 12.30 - Curso de Inglês
- 12.45 - Filhos e Filhas
- 13.10 - O Caminho das Estrelas II (8º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.50 - Médico Amigo (2º epis.)
- 16.20 - Novos Horizontes
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Charlot (21º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (24º epis.)
- 22.15 - Rotações
- 23.15 - As Teias da Lei (19º epis.)

- 00.30 - Especial Desporto (Golf - Open de Portugal)
- 01.45 - Boletim Meteorológico

Sábado 23

**RTP1**

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Quem Manda Sou Eu (8º epis.)
- 14.20 - Billy Idol
- 15.25 - O Clima e o Homem (3º epis.)
- 15.55 - Primeira Matinée - «Em Busca da Luz» (telefilme), real. Walter Grauman (EUA/1980, 105 min.)
- 17.35 - T & T (3º epis.)
- 18.05 - Palavras Vivas
- 18.35 - A Ilha do Sol (5º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Claxon (4º epis.)
- 22.00 - Casa Cheia (concurso)



22.45 - Os Noivos (série italiana baseada num romance de Alessandro Manzoni - 1º epis.)



00.00 - Última Sessão - «Uma Mulher para Dois», real. Bertrand Blier (Fr-Bélg/1977, 105 min.)

**RTP2**

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas

- 10.55 - Armagedão (3º epis.)
- 12.00 - Forum Musical
- 13.10 - Agarra o 2
- 14.10 - Cine-Sábado - «A Raposa Matreira», real. William Wyler, interpr. Bette Davis, Herbert Marshall (EUA/1953, 86 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)
- 19.45 - Harold Lloyd, Génio do Burlesco (série, 1º epis.)
- 20.30 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio (2ª edição)
- 23.30 - Diane Dufresung
- 00.30 - O Dinheiro (6º epis.)
- 01.25 - Boletim Meteorológico

Domingo 24

**RTP1**

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Dick Turpin (12º epis.)
- 13.40 - O Mundo Animal (4º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.25 - Desenhos Animados
- 15.35 - Primeira Matinée - «Pasternak», real. Andrei Nekrasov (GBR-URSS, 95 min.)
- 17.20 - Que Família! (21º epis.)
- 17.45 - Regresso ao Passado
- 19.00 - McGyver (39º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 21.00 - Kananga do Japão (25º epis.)
- 22.25 - Domingo Desportivo
- 23.55 - Controvérsias

**RTP2**

- 09.00 - Outras Músicas
- 10.30 - Caminhos
- 11.00 - Agarra o 2 (inclui «Quem Sai aos Seus...»)
- 11.30 - Competir
- 12.00 - Troféu
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - Ana Karenina (4º epis.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra
- 21.40 - Artes e Letras - Oscars: os candidatos deste ano
- 22.25 - Noite de Cinema - «O Amigo Americano», real. Wim Wenders (RFA-Fr/1977, 118 min.)
- 00.25 - Boletim Meteorológico

Segunda 25

**RTP1**

- 09.00 - Bom Dia
- 11.45 - A Caça ao Tesouro (concurso)
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.45 - Primeira Matinée - «Sucesso Sem Escrúpulos», real. Russel Rouse (EUA/1966, 119 min.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Super Boy (6º epis.)
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.20 - Alf, uma Coisa do Outro Mundo
- 21.45 - O Preço Certo
- 23.10 - Vagas Revoltas (8º epis.)
- 00.05 - 24 Horas
- 00.40 - Remate

**RTP2**

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - Benny e Cecil
- 12.15 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.10 - Música de África
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - África (7º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - O Livro dos Recordes
- 18.50 - Ti-Ti-Ti
- 19.30 - Circo
- 19.55 - Pelé (série, 1º epis.)
- 20.50 - Que é Feito de Si?
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.30 - Teatro - «O Clube dos Antropófagos», de Manuel de Lima
- 23.50 - Notícias
- 23.55 - Boletim Meteorológico

Filmes



- «Promessa Quebrada» - 5ª, 15.40, RTP-1
- «O Demónio dos Mares» - 5ª, 22.55, RTP-2
- «Tadpole e a Baleia» - 6ª, 15.40, RTP-1
- «Os Exploradores» - 6ª, 21.20, RTP-1
- «A Raposa Matreira» - sáb., 14.10, RTP-2
- «Em Busca da Luz» - sáb., 15.55, RTP-1
- «Uma Mulher para Dois» - sáb., 00.00, RTP-1
- «Pasternak» - dom., 15.35, RTP-1
- «O Amigo Americano» - dom., 22.25, RTP-2
- «Sucesso Sem Escrúpulos» - 2ª, 15.45, RTP-1
- «Honra e Segredo» - 3ª, 15.10, RTP-1
- «O Espírito de Zen» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «Scaramouche» - 4ª, 15.30, RTP-1
- «Doutor Jivago» - 4ª, 21.30, RTP-1

Teatro

- «O Clube dos Antropófagos» - 2ª, 22.30, RTP-2

Música

- Quinta 19.25, RTP-2: Via Rápida



- Sexta 19.25, RTP-2: Via Rápida

Sábado

- 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 14.20, RTP-1: Billy Idol
- 23.30, RTP-2: Diane Dufresung

Domingo

- 09.00, RTP-2: Outras Músicas

Segunda

- 19.45, RTP-2: Via Rápida

Terça

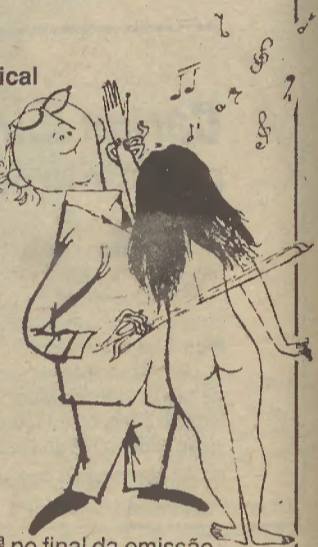
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta

- 19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, de 2ª a 6ª no final da emissão
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.25
- Troféu - RTP-2, dom., 12.00
- Basquetebol (Final da Taça dos Campeões Europeus) - RTP-2, 3ª, 19.30



# Teatro O Cartaz

LISBOA

Comuna, Pç. de Espanha. *Café Teatro* - Sáb. às 23.30: Festival da Otite II, encen. Carlos Paulo.

1º Actó, Palácio Anjos, Algés. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. *Presentimentos... Amores...* de Tchekov - espectáculo de homenagem a Tchekov com dramatização e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 22. *O Regresso dos Polícias*, de Slawmir Mrozek, encen. Helder Costa, pelo Grupo de Teatro Os Corvos.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. *Ai Cavaquinho*.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30.

dom. às 16. *Liberdade em Bremen*, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17. *Amigos*, de Alan Ayckbourn, encen. John David.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso. *Sala Estúdio* - 6ª, sáb. e dom. às 19: *A Birra do Morto*, de Vicente Sanches - 2ª às 21.30; Mário Gin Tónico Volta a Atacar - Sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16; *Três Actos de Beckett*, interpr. Carmen Dolores e Mário Viegas (encenações de Mário Viegas)

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. *D'Os Passos em Volta*, de Helberto Helder, encen. António Solmer

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. *A Grande Festa* (revista), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. *Os Bancários Também Têm Alma*, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

ESTORIL  
Teatro Municipal Mirita Casimiro, Monte Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: *A Lua Desconhecida*, de Miguel Rovisco - De 3ª a 6ª às 14.30, sáb. às 16: *Leandro, Rei de Helíria*, de Alice Vieira. Encenações de Carlos Avilez, prod. TEC.

LOURES  
Teatro da Malaposta. 3ª, 5ª e dom. às 16, 4ª, 6ª e sáb. às 21.30. *Sonho de*

Uma Noite de Verão, de William Shakespeare, trad. Augusto Sobral, encen. Rui Mendes, pelo CDIAG

PORTO  
Auditório Nacional Carlos Alberto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. *História de Um Cavalo*, de Leon Tolstói, encen. Norberto Barroca, pela Seiva Trupe.

Teatro Sá da Bandeira, R. Sá da Bandeira, 108. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e às 23, ao dom. às 16 e 21.30. *Vitória! Vitória!*, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Para crianças

ALMADA  
Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 10.30 e 14.30. *Histórias para Meninos sem Juízo*, de Jacques Prévert, pela Companhia de Teatro de Almada



# Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
<b>B</b>	O Padrinho III	—	—	★★★★★	★★★★★
<b>C</b>	Danças com Lobos	—	—	★★★	—
<b>D</b>	História de Gangsters	—	★★★	—	★★
<b>E</b>	Verdes Anos	—	★★★★	★★★★	★★★★
<b>F</b>	Não Te Mexas, Morre e Ressuscita	—	★★★	—	—

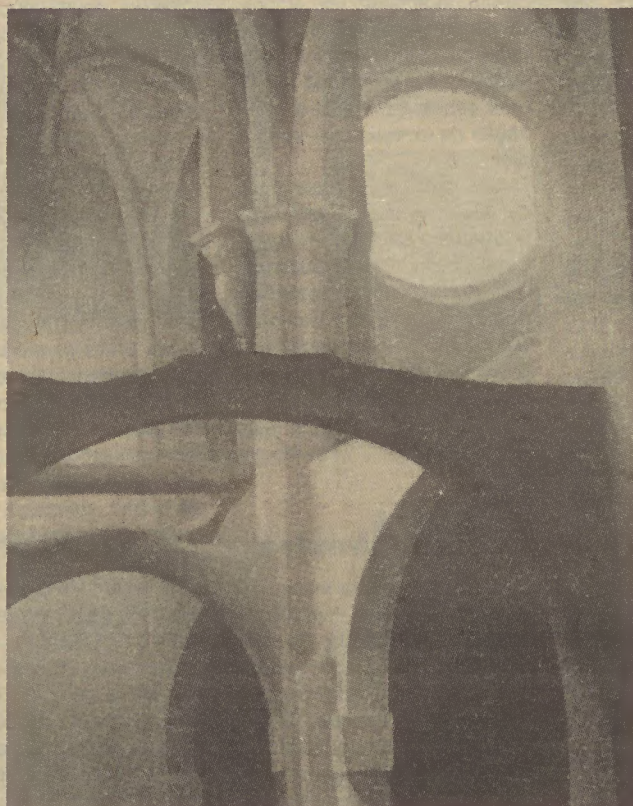
Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.  
 B — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/1 (15.00, 18.00, 21.30, 00.30), Amoreiras/1 (15.00, 18.00, 21.15, 00.15), Apolo 70 (15.00, 18.00, 21.30), Condes (14.00, 18.15, 21.15), Fonte Nova/2 (14.15, 18.45, 21.15), Império (15.30, 18.30, 21.30), Mundial/1 (15.00, 18.00, 21.30) São Jorge/1 (14.00, 18.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Kevin Costner — Alfa/3 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/6 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), Quarteto/4 (15.00, 18.30, 22.00), São Jorge/2 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.  
 D — Real. Joel Coen — Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24), Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.  
 E — Real. Paulo Rocha — Forum Picoas/1 (17.00) — Lisboa.  
 F — Real. Vitali Kanevski — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.

# Exposições

## LISBOA

**Álvoro Rosendo e Adriana Freire** - «Cães e Gatos», fotografia. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 9/4)  
**Ana Galvão** - Gravura. Clube 50, Rua de S. Mamede (ao Caldas), 9, 1º (até 10/4)  
**Arte Africana Contemporânea**. Galeria Moira, R. Nova da Piedade, 33 (até 13/4)  
**Bruno Pelletier Sequeira** - Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2º D. De 3ª a 6ª das 18.30 às 22.30 (até 26/3)  
**Carlos Martins** - Gravura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Neri, 42. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 6/4)  
**Carlos Ricardo** - «Reflexos de Veneza», fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146  
**Colectiva de pintura** («Tintas d'Água»). Galeria Arte-ia, R. Prof. João Barreira, ao Lumiar (até 31/3)  
**Colectiva de pintura** (Alfredo Luz, Kiki Lima, Rogério Amaral, Rogério de Freitas, Silva Palmeira, Vitor Belém, João Sotero). Ditec, Av. da Igreja, 46  
**Colectiva «13+2»**. Galeria L190, Av. Liberdade, 190, cv Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 2/4)  
**Gracia Coutinho** - Pintura. Galeria Gracia Fonseca, R. da Emenda, 26. De 2ª a 6ª das 15 às 22  
**Helena Liz** - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (inaugura amanhã)  
**João Hogan** - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 21/3)  
**João Paulo** - Pintura. Galeria de Sta. Justa, Rua de Sta. Justa, 93 (até 28/4)  
**João Prates** - Pintura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41 (até 30/3)  
**José Catrola** - Pintura. Galeria da Livraria Barata, Av. Roma, 11-A (até 13/4)  
**Luís França** - Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48 (até 15/4)  
**Marília Viegas** - Pintura. Galeria de S. Francisco, R. Ivens, 40 (até 30/3)  
**Mário Filipe Pires** - Fotografia. Foto-Galeria 12-A, Costa do Castelo 12-A (até 29/3)  
**Matilde Marçal** - Pintura recente. Galeria de S. Bento, R. do Machado, 1 (até 6/4)  
**Miguel Franco**



João Hogan: último dia da exposição na Nasoni

Pintura recente. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1. Das 15 às 20 (até 30/3)  
**Paulo Quintas** - Pintura. Módulo, Calc. dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 30/3)  
**Paulo Rego** - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 6/4)  
**Prix Niepce** (prémio anual de fotografia francesa) - Retrospectiva 1955/1990. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 31/3)  
**Rui Lobato** - Pintura. Galeria Novo Século, R. do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20  
**Tapacaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17  
**Teresa Silva** - pintura; **Silvia Westphalen** (esculturas em mármore). Galeria Ara, Av. Liberdade, 38 (até 15/4)  
**Vittorio Graziano** - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

## PORTO

**Ceccobelli** - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125-129. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15.30 às 19.30 (até 4/4)  
**Luis Noronha da Costa** - Pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19  
**Manuel Gantes** - Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854  
**Oscar Alves** - Pintura. Gal. Morada, R. Conde de Vizela, 137 (até 31/3)  
**Rocha de Sousa** - Pintura. Galeria Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 4/4)  
**OUTRAS LOCALIDADES**  
**Obras Gráficas** (colectiva). Até 22/4, Centro Cultural de S. Lourenço, ALMANSIL  
**Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

**Manuel Gamboa** - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA  
**Colectiva de Pequeno Formato**. Casino Estoril. Todos os dias das 15 às 24 (até 20/3) ESTORIL  
**Menez** - Pintura. Galeria Municipal, Edifício Trem (à Sê). Das 9 às 12.30 e das 14.30 às 17 (até 7/4) FARO  
**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ  
**Alvaro Lapa** - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO  
**Albertina Sousa** - Gravura. Até 28/4, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

# Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado e vento Norte moderado, por vezes forte.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



# EP

ENTRADA PERMANENTE

JÁ ESTÁ À VENDA

Nas Sedes do PCP em todo o País

# ...e ainda Música, debates, etc.

**Encontro Nacional de Jornalistas**  
 Tem início no próximo domingo o Primeiro Encontro Nacional de Jornalistas, cujos trabalhos decorrem na Fundação Calouste Gulbenkian até dia 26 do corrente. Em debate vão estar temas como a «Informação em tempo de guerra», «O espectáculo da Ética», «Formação Profissional, Privatizações e Novos Monopólios na Comunicação Social», entre outros. Este Primeiro Encontro Nacional de Jornalistas será também uma oportunidade para o

convívio da classe, estando programadas diversas actividades culturais e um «Fim de Festa» na Praça da Alegria.  
**Música**  
 Michel Corboz volta a dirigir hoje, no Grande Auditório Gulbenkian, cantores solistas e o Coro e a Orquestra Gulbenkian no segundo concerto integralmente preenchido com «O Rei David», de Honegger. As 18.30.  
 No Coliseu dos Recreios é também a Fundação Gulbenkian que promove mais um dos concer-

tos integrados no ciclo «Grandes Orquestras Mundiais». **Brahms**, de quem serão ouvidas as Sinfonias nºs 1 e 3, preenche integralmente o concerto único - na segunda-feira, às 21.30 - da **Philharmonia Orquestra**, dirigida pelo maestro **Carlo Maria Giulini**.  
**Carlos do Carmo**  
 Recuperado do grave acidente que sofreu há meses em

**Bordéus, Carlos do Carmo** volta ao palco para cantar, acompanhado por uma orquestra dirigida por Pedro Osório.  
 Serão dois espectáculos - hoje e amanhã, às 22 horas, no Casino Estoril - durante os quais cantará novas composições e alguns éxitos anteriores.  
**Cinema**  
 O ABC Cine-Clube de Lisboa programa

para a próxima terça-feira, no Auditório da Sociedade Portuguesa de Autores, a exibição de um filme raro de Godard: «A Chinesa», de 1967, apresentado com «uma provocante viagem pelos meandros do maoísmo francês pouco antes do Maio de 1968».  
 A sessão tem início às 18.30.  
 A **Cinemateca Portuguesa** tem em

curso um ciclo dedicado a **Leo McCarey**, integrando diariamente nas sessões da noite longas-metragens (nas quais dirigiu grandes estrelas do passado como Eddie Cantor, Jeanette McDonald e Gloria Swanson) e nas sessões da tarde - às 18.30, e ao sábado também às 15.30 - curtas-metragens com Stan Laurel e Oliver Hardy, popularizados entre nós como **Bucha e Estica**.

## Mário Sacramento

### Homenagem em Ílhavo

Sábado, 23  
 Às 18.00 — Inauguração da exposição sobre a sua vida e obra no Museu Marítimo.  
 Quarta-feira, 27  
 Às 17.30 — Descerramento de placa na casa onde nasceu (Rua do Oitão).  
 Às 18.00 — Sessão solene no Auditório da CM. Intervenção de Oscar Lopes.

# a TV

## Manifestações...

Estamos habituados a assistir no **Telejornal** e noutros blocos opinativos da televisão às reportagens das grandes manifestações. Uma qualquer que se realize em Moscovo ou Belgrado é repetida várias vezes na televisão, que abre com ela, às nove horas, e fecha com ela, à meia-noite. E não hesita nas avaliações. Acima dos 800 mil manifestantes, vale tudo...

As vezes até com pormenores elucidativos, talvez sem querer, talvez por se terem esquecido de cortar. Como naquela entrevista ao estudante sérvio Vuk, condutor da manifestação. Assim:

**Reporter inglês** - O que pretende com a sua luta?

**Vuk** - O que pretendo, não sei. Mas sei que vou lutar até à vitória final...

E numa televisão onde há mais comentadores do que cogumelos, não houve ninguém capaz de aproveitar o pormenor para uma reflexão...

## Manifestações, sim - mas...

Ora, em Portugal também há manifestações. Ainda há dias aconteceram várias de Norte a Sul do país.

Dada a proximidade do evento, seria muito fácil à RTP proceder à respectiva cobertura. Ai sim? Tu gostas tanto dessas coisas? Hélas!, como diz o Herman José, pois aí tens, aí as tens à mão de semear. Vamos a isso!

Ostensivamente, o **Telejornal** ignorou-as. Porque ele não gosta de todas as manifestações. Só de algumas. Se os trabalhadores portugueses protestam contra a desumanidade, a injustiça social, as medidas odiosas que participam do «pacote laboral», nesse caso o telejornal acha que não vale a pena, o prof. Cavaco podia chamá-los à pedra, desatar a castigar, a pregar multas, a mandar para a prateleira, etc. Enfim, isto é a gente a falar, todos sabem que o governo não tem a mínima acção sobre a Informação na RTP. Deus me livre pensar tal coisa!

Diga-se em abono da verdade que o **Telejornal** não ignorou todas. Não ignorou por exemplo a de Lisboa. Até lhe concedeu 1 minuto e 15 segundos de notícia. Que generosidade!

## Quem não tem vergonha...

Leitor amigo, sabe como é a gente ter vontade de se meter pelo chão abaixo? A gente tapar a cara, quando vê alguém fazer qualquer coisa mal feita? A gente sentir vergonha em lugar de alguém... que não a sente?

Aconteceu-me isso durante aquele frente-a-frente que juntou Carvalho da Silva e Torres Couto.

Este vai seguindo cada vez mais palavroso, mais superficial, tem a cabeça cheia de *cassettes*, não estuda os problemas. Não admira que, a certa altura, Carvalho da Silva, todo calma e educação, acabasse por perder a paciência e lhe dissesse:

- Não é nada disso, você está a mentir...

Penso-me no lugar dele, ouço alguém dizer-me: «você mente...». Penso, e meto-me pelo chão abaixo.

Pois o Couto, não. Pareceu com alguma perturbação, como se fosse apanhado a assaltar o boião da marmelada, e nada mais.

Já lá dizia a minha avó: quem não tem vergonha, todo o mundo é seu...

## Um «amigo»... da onça

**Encontro à Uma** teve no estúdio apenas Duarte Lima. O deputado Manuel Alegre protestou, por telefone, contra a ausência do PS. Sem razão. Primeiro, porque se alguém tem razões de queixa não é o PS - veja-se a **Primeira Página**, as **Controvérsias**, os telejornais. Depois porque é costume o **Encontro à Uma** dedicar a emissão a um só partido, quando este realiza as suas jornadas parlamentares.

Agora o Duarte Lima...

Uma lástima. Uma dor de alma. Uma total incapacidade para esclarecer com um mínimo de credibilidade e de simpatia. Quem não é capaz de mais nada, torna-se agressivo. A psicologia explica isso.

Só um pormenor. A certa altura, um telespectador colocou a seguinte questão: muitos deputados do PSD mais faltosos pertencem ao círculo de Lisboa e faltam às sessões porquê? Porque têm outros empregos, outros afazeres...

Que faz Duarte Lima? Ele, que está ali para comentar, que faz ele? Pois recusa-se a comentar, não quer falar do assunto!

Não nega - e ao não negar, aceita. Não comenta - e ao não comentar, confirma. Entra em pânico - e enterra o PSD...

Acho que Duarte Lima deve entrar em mais debates: tem uma rara sabedoria de ajudar Cavaco - a fazer a trouxa...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Schiu!...

### Não, obrigado!

«A maioria dos portugueses, mais de 52 por cento, acha que o Estado não deve ter segredos. Esta a principal conclusão de uma sondagem «Norma», encomendada pelo programa «Já agora», uma co-produção da Rádio Renascença e da agência Lusa, ontem divulgada.

Apenas nove por cento dos 300 inquiridos em Lisboa e no Porto não soube responder e dos 38 por cento que considerou que o Estado deveria ter segredos, 56,1 por cento apontou a defesa e a segurança como áreas susceptíveis de segredo.

A política externa, com 14,9 por cento, surge como segunda área, seguida da emissão de moeda (4,38 por cento), os aumentos de preços e de impostos e as negociações de empréstimos (5,5 por cento).

A sondagem «Norma» foi realizada no dia 14 de Março a 300 pessoas maiores de 18 anos em Lisboa e no Porto com telefone.

A entrevista foi telefónica usando um questionário estruturado, sendo a amostra proporcional ao nível de cada cidade utilizando o método de quotas com as variáveis de controlo de sexo, idade e ocupação.»

(«Correio da Manhã», 17 de Março)

### Não me diga?!

«Quando, há quase um ano, subscreveram «de cruz» o projecto de lei sobre segredo de Estado, Montalvão Machado, Carlos Coelho, Luís Filipe Menezes e Adérito Campos estavam longe de imaginar a controvérsia agora gerada em torno da iniciativa social-democrata. Hoje, face à contestação do projecto, confessam, sem falsos pudores, que assinaram a lei «sem conhecer o seu conteúdo» como, aliás, fazem frequentemente. Limitaram-se a cumprir a tradição, segundo a qual os projectos importantes são habitualmente assinados pela direcção do respectivo grupo parlamentar, daqui resultando que nem sempre os deputados que tutelam uma iniciativa de lei são os seus autores.

Luís Filipe Menezes, Carlos Coelho e Adérito Campos acrescentam mesmo não ser esta a área da sua especialidade, embora partilhem da convicção — generalizada na direcção do grupo parlamentar — que o texto será «devidamente aperfeiçoado na especialidade». Montalvão Machado, o primeiro signatário do projecto de lei, na qualidade de líder da bancada, não quis, por seu turno, acrescentar «mais nada ao que já foi dito», limitando-se a realçar o contributo do penalista Costa Andrade na elaboração do articulado. Não fora a tradição parlamentar e mal se explicaria a ausência do seu nome no projecto que ajudou a criar.»

(«Expresso», 16 de Março)

### Não é verdade?...

«Os custos da energia portuguesa serão sempre dos mais caros da Comunidade Económica Europeia, dado que em Portugal os combustíveis são um bem escasso, disse ontem o ministro das Finanças, Miguel Beleza.

«A factura energética continuará a ser para Portugal das mais pesadas da Europa, dado que, para além de sermos o país mais dependente do petróleo, não possuímos fontes alternativas de energia», referiu Miguel Beleza.

O ministro das Finanças, que falava num encontro organizado pela Câmara de Comércio Luso-Britânica, assegurou, no entanto, aos empresários presentes que a economia portuguesa «goza de boa saúde», apresentando «óptimas condições» para a realização de investimento estrangeiro.

«De facto as perspectivas de evolução para a economia portuguesa são de um modo geral positivas e acreditamos que o crescimento acelerado que se registou nos últimos 3 ou 4 anos vai continuar nos próximos anos», referiu o responsável pelas Finanças.»

(«Jornal de O Dia», 16 de Março)

### Quando não há ministro

«Estendido numa maca, arremado num canto livre de um corredor superlotado, um heróico de 17 anos recusa que a agulha lhe entre no braço para extrair sangue. «Só na presença do meu advogado», afirma ao mesmo tempo que os braços efectuam gestos incontinentes. Entrou no hospital por volta das 19 e 30 de

(«A Capital», 18 de Março)

sexta-feira, eram sete e meia da manhã de sábado e ainda esperava o resultado de uma análise «tirada a ferros», por volta das duas da madrugada. Noutro corredor, mais à frente, 83 doentes ocupam o espaço que a teoria académica reservara para 24. É este o milagre da contracção dos corpos, ou melhor dizendo do seu amontoar, que permite todas as lotações no banco de São José.

Uma equipa de reportagem de «A Capital» desceu na noite de sexta-feira ao «inferno» das urgências do Hospital de São José. Durante oito horas circulámos por entre os cenários dantescos do banco hospitalar português mais congestionado, «a Santa Apolónia dos hospitais», nas palavras de um médico. É «o outro lado da trincheira», como afirma o chefe da equipa médica de serviço, professor José Martins, que nos escancarou uma realidade que ninguém tem prazer em conhecer.

Amanhã é o dia de São José, o patrono do hospital. Uma visita ministerial de Arlindo de Carvalho à unidade clínica vai marcar a data que muitos pretendem ser de festa com a inauguração de um novo pavilhão de consultas externas. Segundo o pessoal médico e de enfermagem por nós contactado ao longo da noite de reportagem, o banco amanhã vai estar muito mais descongestionado do que é costume. «É o que sempre acontece quando cá vem um ministro», confessam.

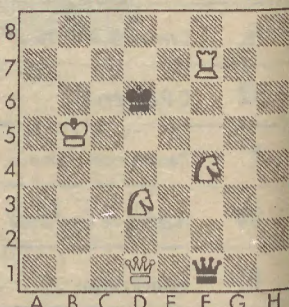
«Não sei como é que eles fazem, mas quando cá vem um ministro ou a televisão, o SO (serviço de observações) está sempre com menos de metade dos doentes que normalmente enchem os corredores. Uma vez até chegaram a colocar doentes nos serviços do otorrino e oftalmologia e nos elevadores, para que o senhor ministro visse um banco que nada tinha a ver com o dia-a-dia», desabafa um elemento da equipa médica a «A Capital».

No entanto, e apesar da madrugada de sexta-feira para sábado ter sido «uma das mais calmas dos últimos tempos», de acordo com os responsáveis, o corredor do SO encontrava-se repleto de macas com doentes a aguardar transferência para outros serviços.»

# XADREZ

CCXCV - 21 de Março de 1991  
Proposição nº 295/A  
Por: A. Barbareau  
L'Aube, 1948

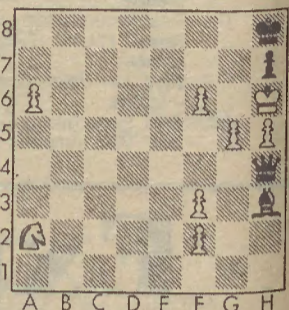
Pr.: [2]: Df1-Rd6  
Br.: [5]: Csd3,f4-Tf7-Dd1-Rb5



Mate em 3 lances

Proposição nº 295/B  
Por: L. Issayeff & S. Lewmann  
1º Prémio: Magyar Sakkvilág, 1926

Pr.: [4]: Ph7-Bh3-Dh4-Rh8  
Br.: [8]: Ps.a6,f2,f3,f6,g5,h5-Ca2-Rh6



Branças jogam e ganham

### Solução do nº CCXCV

Nº 295/A (A.B.):

1. Dd2! [Ameaça: 2. Db4]

1. ....Db1+; 2. (Cb2+!!Dd3+; 3. Cc4++ 1. ....D:f4; 2. C:f4+Rf5; 3. Dd5++

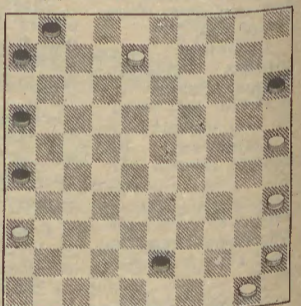
Nº 295/B (L.I. & S.L.): 1. a7,Da4; 2. f7,Da3; 3. Cb4l,D:f3; 4. Cd5,Da3; 5. C67,Df3; 6. Cg6+ e.g.

A. de M. M.

# DAMAS

CCXCV - 21 de Março de 1991  
Proposição nº 295  
in De Baadseleer der Symmetrien, 1952

Pr.: [6]: 1-6-15-16-26-43  
Br.: [6]: 8-25-35-36-45-50

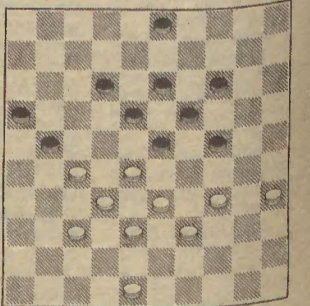


Branças jogam e ganham  
Pretas jogam e ganham

### Golpe nº 295

Por: A. Dassaut - 1900

Pr.: [10]: 3-12-13-14-16-18-19-21-23-24  
Br.: [10]: 26-27-32-33-34-35-37-38-39-48



Branças jogam e ganham

### Soluções do nº CCXCV

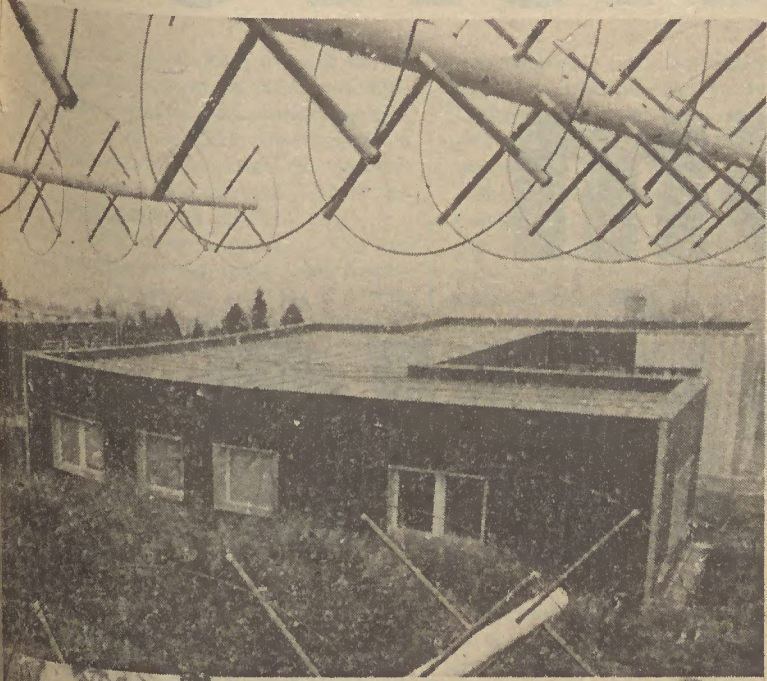
Nº 295 (F.R.): 1. 25-20, (15x24); 2. 35-30, (24x35); 3. 45-40, (35x44); 4. 50x48, (26-31); 5. 36x27, (16-21); 6. 27x16 (6-11); 7. 16x7, (1x3) e brancas ganham por oposição. As pretas ganham, jogando primeiro, seguindo a mesma via!

Golpe Nº 295 (A.D.): 1. 27-22, (18x27); 2. 35-30, (24x35); 3. 33-29! (12/13-18); 4. 29-24, (19x30); 5. 28x10 +

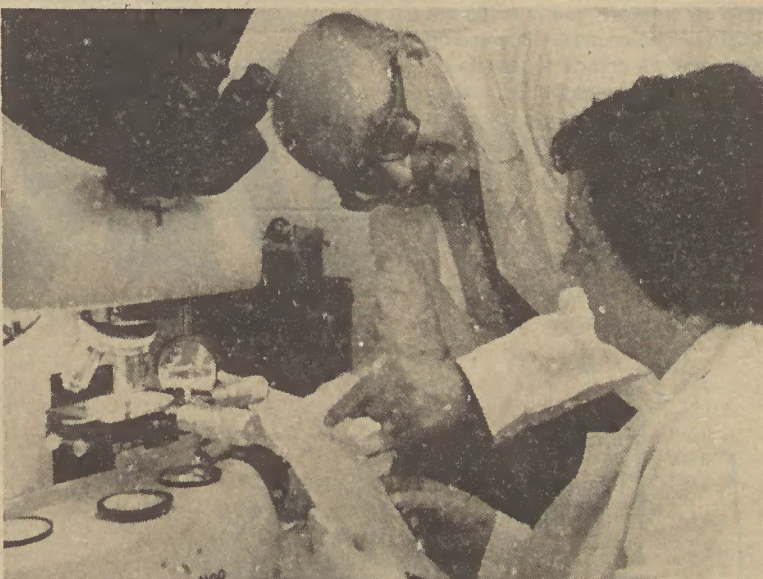
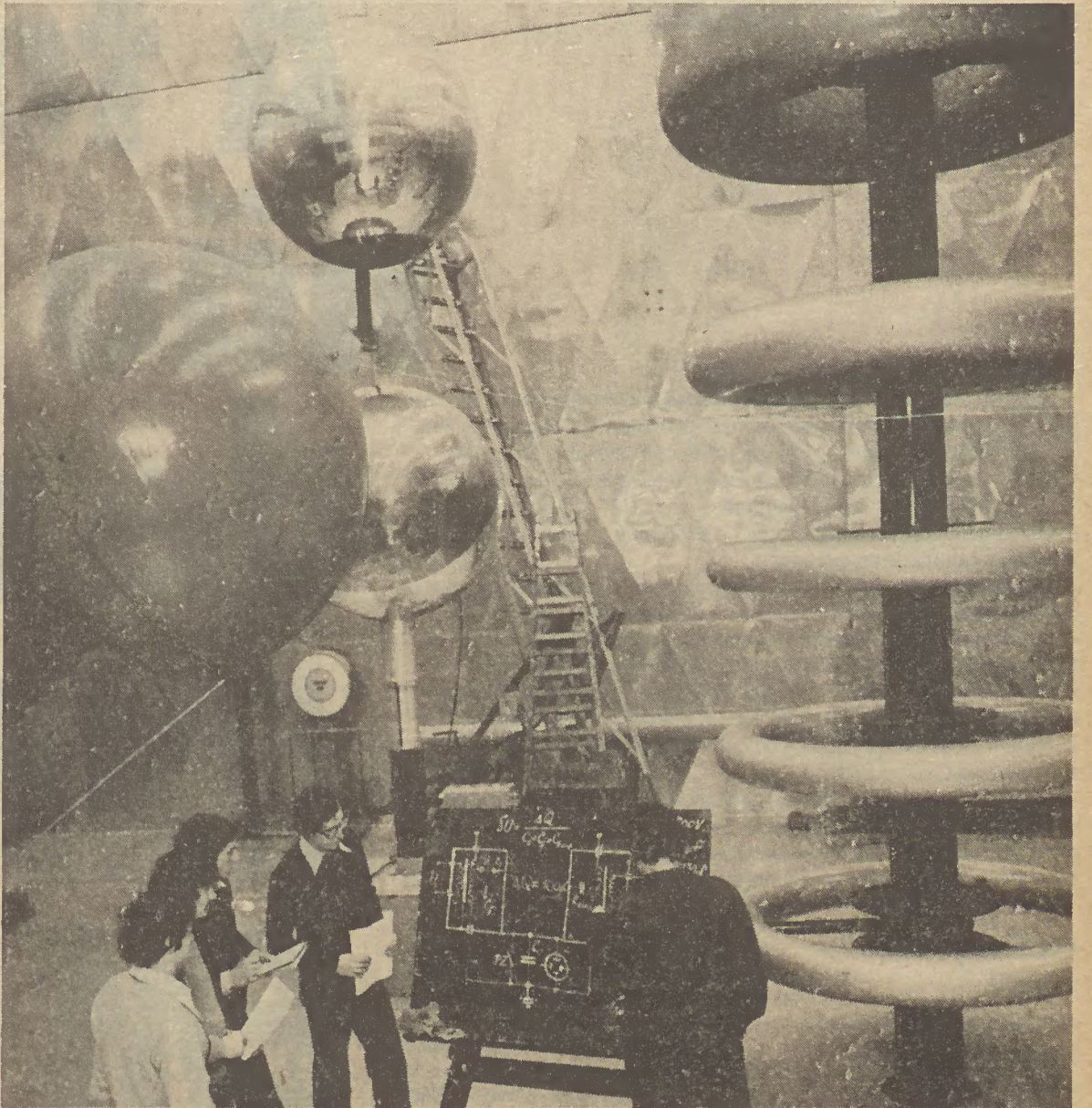
A. de M. M.

**DOSSIER**  
*relatores*  
*CLIPPING*  
**segunda guerra mundial**

ica



Vitor Costa, deputado do PCP, Zilda Carvalho, investigadora no Instituto Gulbenkian de Ciência, Edgar Correia, membro da Comissão Política, e Nuno Pinhão, assistente de investigação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), foram os responsáveis pela conferência de imprensa que divulgou a posição do PCP sobre a investigação científica no nosso país e a aplicação do projecto CIÊNCIA.



1990 e 1991 o financiamento por fundos públicos dos organismos de I&DE do Estado se apresenta estagnado ou retroceda mesmo em termos reais e que o Programa Mobilizador de C&T, lançado em 1987, seja substituído em 1991 por um conjunto de programas cuja dotação global será apenas cerca de metade da que foi a do Programa Mobilizador.

Importa assinalar, também, que sendo a formação de cientistas e tecnólogos outro dos grandes objectivos do CIÊNCIA, esse objectivo aparece desligado do financiamento das infra-estruturas.

É assim legítima a suspeita que o pomposo propósito de «encerrar o primeiro ciclo de formação de recursos científicos quase exclusivamente orientado para as Universidades e os Laboratórios», corporizado no objectivo do CIÊNCIA de formar 2600 novos investigadores e técnicos com formação avançada e sem vínculo ao Estado, signifique, afinal, que o Governo ou não tem qualquer ideia quanto ao aproveitamento de tal potencial ou não assume qualquer compromisso nem cria quaisquer condições que assegurem o futuro profissional desses elementos.

Estas questões são particularmente graves uma vez que a afectação de recursos ao programa CIÊNCIA vem sendo acompanhada pela redução drástica das actividades iniciadas com o Programa Mobilizador de C&T e pela redução das dotações para assegurar o funcionamento dos organismos de I&DE do Estado.

O programa CIÊNCIA arrisca-se assim a estar a construir um «elefante

branco» em meios humanos e materiais sobre «terra queimada».

Também não se compreende de que forma pode ser realizado o objectivo proclamado no CIÊNCIA de correcção das assimetrias regionais nas actividades de I&DE, quando as exigências relativamente à dimensão dos projectos e a ausência de claros e corajosos vectores de descentralização, em absoluto negam tal propósito.

As críticas ao CIÊNCIA não significam que se defenda a paralisação do programa, mas sim que se assumam corajosamente a sua correcção, com a eventual (e sempre possível) renegociação com a Comunidade Europeia, e se alterem a orientação e metodologia seguidas pelo Governo e pela estrutura burocrática em que este se apoia.

Do debate em torno do CIÊNCIA em que tem estado envolvida a comunidade científica e que se alargou já a sectores mais amplos da vida nacional, parece possível chamar particularmente a atenção para a consideração de cinco pontos fundamentais:

1º - o reforço da componente das ciências exactas e naturais e a obrigatória consideração no CIÊNCIA das ciências sociais e humanas, dado o seu interesse específico e a sua repercussão nas outras áreas;

2º - o ajustamento dos regulamentos, com prévia e obrigatória audição das instituições científicas e a abertura às críticas e propostas dos cientistas e investigadores;

3º - a completa transparência nos mecanismos de avaliação e decisão dos projectos apresentados a concurso, o que deverá significar que eles sejam o mais possível do domínio público e que seja realizada uma política científica aberta;

4º - o financiamento adequado dos projectos de investigação em curso;

5º - e o planeamento plurianual das actividades de I&DE que se colocam a jusante da execução do programa CIÊNCIA, com a respectiva previsão orçamental.

## Autonomia e intervenção dos cientistas

4. Ao pessimismo e ao fatalismo, o PCP contrapõe a perspectiva e a possibilidade de ser modificada a política que tem vindo a ser realizada pelo Governo do PSD.

A crescente intervenção dos próprios cientistas e investigadores portugueses em defesa de uma verdadeira política científica nacional é um facto que importa assinalar e que assume uma importância e um alcance muito grandes.

Urge ultrapassar estrangulamentos estruturais que tolhem a actividade e a iniciativa própria da comunidade científica, na multiplicidade das suas instituições e organizações e diversidade e riqueza dos valores individuais que a enriquecem.

A defesa da autonomia de gestão das instituições e unidades que desenvolvem actividades de I&DE, acompanhada pela desburocratização dos princípios e regras de gestão, a dotação com meios financeiros que lhes permitam cumprir as importantes funções sociais que lhes estão atribuídas, a reestruturação democrática e participativa dos órgãos que superintendem à definição e acompanhamento da política científica por forma a que a opinião da comunidade científica nacional neles esteja representada, constituem questões que se colocam hoje na primeira linha da intervenção necessária.

Finalmente, importa sublinhar a importância de se conseguir avançar no sentido da elaboração de uma política científica ajustada aos problemas específicos do desenvolvimento nacional nos seus multifacetados aspectos, em cuja discussão participem também os agentes económicos e sociais, enquanto definição de objectivos fundamentais, prioridades, meios e recursos necessários, mas também enquanto vontade nacional politicamente assumida e democraticamente consagrada pelo povo português.

É este o sentido fundamental que norteia a actividade do PCP.

Lisboa, 14 de Março de 1991.

■ Miguel Urbano Rodrigues

# A face não visível de um IMPÉRIO EM DECLÍNIO

São nebulosos os contornos da crise económica nos EUA. Para muitos observadores a actual recessão será a mais curta na história do país. O manancial de contratos que brota das destruições da guerra do Golfo, realizadas no fundamental pelas próprias forças armadas dos EUA, contribuiria decisivamente para a recuperação da economia norte-americana, levando à retomada da expansão.

A opinião, contudo, é polémica. Alguns dos mais respeitados analistas de Wall Street são menos optimistas e desaconselham respostas categóricas sobre a evolução do processo recessivo em curso. São múltiplos e contraditórios os factores anómalos que podem influenciar a conjuntura. Entre eles emergem os chamados **negócios do Golfo**, que já principiaram a criar problemas à Administração. Iluminam a natureza e a lógica do capitalismo e esvaziam o discurso moralista de George Bush.

As grandes revistas e os diários tradicionais, como o **Washington Post** e o **New York Times**, não se deixam impressionar pelas primeiras reacções dos consumidores e da Bolsa. Sabem distinguir entre o que na crise é permanente e o circunstancial.

Got any small change?, ou liberalmente traduzido, *Uma esmolinha, por favor!*. «Mais de 32 milhões de norte-americanos vivem abaixo do nível de pobreza», lembra Miguel Urbano Rodrigues.

Parece-me útil principiar pelo imediato, inseparável da euforia da vitória militar, mas também dos mais sórdidos negócios, cimentados sobre cadáveres e ruínas.

No seu número de 18 de Fevereiro, portanto anterior ao início da fase final da guerra, a revista «**Business Week**» levantou uma ponta do véu que escondia as pressões que já então encobriam a intervenção do Governo de Washington na corrida à cascata de milhões da **reconstrução**. As malhas da rede de ligações entre o complexo militar industrial e a Administração



aparecem à luz do dia cada vez que se apresenta um conflito de interesses.

**Nada de concursos!** foi a directiva que de Washington chegou às capitais do Golfo onde começam a ser tomadas decisões que envolvem dezenas de milhares de milhões de dólares.

Não é já segredo que o futuro sistema de protecção electrónica das Arábias Sauditas seria possivelmente instalado pelos franceses se houvesse concorrência. Mas não vai haver. Do Pentágono chegou uma sugestão com força de ordem: o nome da E. Systems, de Dallas, Texas, como a empresa ideal para tão delicada tarefa...

Foi dito também que os suecos estavam a oferecer óptimas condições para modernizar os telefones sauditas. Mas o secretário do Comércio dos EUA interveio e o contrato irá parar às mãos, ao que parece, de ATT e da Motorola, ambas americanas...

A corrida já foi qualificada de repugnante por destacados políticos europeus. Sabe-se que a McDonald Douglas, a Bechtle, a General Dynamics (cujo conselho de administração tem sido fonte de subsecretários de Estado) vão abocanhar contratos multimilionários no Koweit. O volume de dinheiro previsto para a **reconstrução** é tão elevado que **Le Monde Diplomatique**, de Paris, pergunta onde irá o Koweit encontrá-lo. Os seus 100 mil milhões de dólares de investimentos no Estrangeiro vão «derreter-se como neve exposta ao sol» e o emirado passará rapidamente de país credor a país pesadamente endividado. São as regras do sistema.

Significativamente, o Corpo de Engenharia da US Army está a trabalhar em íntima cooperação com grandes empresas norte-americanas cujos **managers** e técnicos começaram a desembarcar em Koweit City (!).

As últimas flutuações do dólar, para baixo e para cima, são especulativas. Não facilitam o entendimento da actual recessão, nem lhe alteram o rumo.

Apesar do seu gigantismo, a economia norte-americana é vulnerável. Está doente e as raízes da crise são estruturais. Nem a cotação diária do bilhete verde nem as oscilações da Bolsa podem curá-la, porque são fenómenos circunstanciais.

Muito mais importante como referência é a taxa de desemprego. No segundo semestre de 1990 foram suprimidos 780 000 postos de trabalho; e 5,5 milhões de pessoas trabalham em regime de meio tempo. Mais de 32 milhões de norte-americanos vivem abaixo do nível de pobreza, de acordo com as estimativas oficiais. Aproximadamente 40 milhões não têm acesso a qualquer tipo de serviço de saúde (?).

A quebra do investimento público está também a suscitar reparos, mesmo em meios conservadores. Naturalmente aumenta o descrédito da tese reaganiana do Estado mínimo que em Portugal apareceu expressada na fórmula cavaquista do «menos Estado, melhor Estado»...

A crise é global nos EUA. E um dos seus indícios mais preocupantes é a inferioridade evidente das empresas norte-americanas na concorrência com as japonesas e as europeias. Perdem em quase todas as frentes. O acréscimo da produtividade é, em média, nos EUA, cinco vezes inferior ao registado no Japão.

O mito da superioridade dos EUA nas indústrias de ponta agoniza. Já não se fala nos êxitos dos **yuppies** de Silicon Valley, na Califórnia. No tocante às altas tecnologias, os EUA em 1980 controlavam 73% do mercado mundial; transcorridos oito anos restavam-lhes somente 42%. Desde então o recuo prosseguiu. No ramo

dos semicondutores a queda foi, no mesmo período, de 60% para 36%. Nas indústrias tradicionais o panorama é desalentador. Um exemplo: a fatia norte-americana no mercado mundial de máquinas-ferramentas está reduzida a 7% (2).

A banca atravessa uma crise que assusta por não haver saída previsível. O ritmo de falências é o mais elevado nos países industrializados. Vão longe os tempos em que os dez primeiros bancos do mundo eram americanos. Hoje os EUA não contam com um só banco nos lugares cimeiros da lista.

A poupança diminuiu. É três vezes inferior à dos franceses e quatro vezes menor que a japonesa (4).

Os défices do Orçamento Federal (assim como o de transações correntes e o comercial) assume proporções alarmantes. Reagan previra para 1991 um tecto máximo de 79,3 mil milhões de dólares. Entretanto, segundo estimativas da Casa Branca, segundo o défice atingirá este ano 318 mil milhões. Isso não obstante os EUA terem recebido dos seus aliados, para financiamento da guerra do Golfo, nada menos de 45 mil milhões.

Credores do resto do mundo desde 1914, os EUA tornaram-se o maior devedor. A mudança foi rapidíssima. Em 1980 eram ainda credores de 181 mil milhões de dólares. Agora ultrapassaram largamente o Brasil e o México como devedores. Em 1988 a di-

vida externa do país ultrapassava os 500 mil milhões de dólares. No final do primeiro trimestre do ano corrente será superior a 800 mil milhões de dólares (2).

Afirmar que essa dívida não afecta a estabilidade financeira do país é uma insensatez. A dependência do capital estrangeiro está a gerar inquietação crescente que aflora nas colunas editoriais do Wall Street Journal, em ensaios publicados nas revistas financeiras, em simpósios e conferências promovidos pelas grandes universidades. Até como país investidor os EUA recuam; caíram para o terceiro lugar, superados pelo Japão e pela Alemanha.

A rivalidade com o Japão extravasava dos círculos financeiros para os comentários de rua. O cidadão comum, que pouco entende dos mecanismos económicos, volta a falar do perigo amarelo como nos anos 30, com as mesmas conotações racistas, mas num contexto histórico muito diferente.

A pujança do Japão, o dinamismo

da sua economia, a superioridade da sua tecnologia, o seu crescimento económico sustentado inspiram medo e inveja. A compra pelos japoneses de parte do Rockefeller Center teve na consciência social o efeito de um trauma. Tratava-se, afinal, de um símbolo do poderio do capitalismo norte-americano. E, contudo, a conquista do miolo do império dos Rockefeller foi apenas um episódio na grande invasão do capital nipónico. As grandes empresas do Japão investem em Hollywood, adquirem sectores inteiros da grande indústria norte-americana.

Nem o ramo automóvel escapa. A Ford e a General Motors atravessam uma crise e despedem milhares de trabalhadores. Entretanto, a Toyota, a Nissan e a Honda ampliam as suas estruturas produtivas nos EUA. Os gigantes americanos recuam, perdem dinheiro; os japoneses, instalados através de joint ventures avançam, ganham cada vez mais dinheiro. Em 1989 tinham uma fatia de 17% do mercado automóvel dos EUA; este ano a percentagem subiu para 22%.

Os discursos do primeiro-ministro nipónico, Kaifu, podem levar a crer que os seus sentimentos de solidarie-

dade para com a política de George Bush são partilhados pela generalidade do povo; mas essa seria uma conclusão apressada e falsa. A líder da oposição, a senhora Tataka Doi, tem formulado as mais duras críticas ao alinhamento do seu país com a estratégia imperial dos EUA. O mensário Le Monde Diplomatique (Março de 91) sintetiza a atitude de muitos milhões de japoneses ao transcrever palavras da sr. Doi sobre o conflito do Golfo: «Esta guerra é uma guerra Norte-Sul, com evidentes conotações racistas, culturais e religiosas (...). O que é essa Nova Ordem Internacional de que fala Washington e quem pagará?» (2)

Esse desabafo expressa uma realidade desconhecida em Portugal por grande parte da população: a crise do Golfo, em vez de atenuar o antagonismo nipo-americano, acentuou-o ainda mais. Grandes empresários japoneses declaram publicamente que o capitalismo norte-americano funciona hoje de maneira «inconsequente e até irracional». E a crítica sobe de tom, devastadora, acutilante.

Poderosas empresas dos EUA preparam-se para ganhar milhares de milhões de dólares na reconstrução de regiões arrasadas durante a guerra do Golfo — a guerra que poderia ter sido evitada, mas que o imperialismo norte-americano impôs.

Mas, tendo alcançado uma fácil vitória na sua guerra, os EUA podem não ganhar a paz.

Os EUA estão em condições, no momento, de instrumentalizar o próprio Conselho de Segurança da ONU. Aparentemente encontram-se no zénite do seu poderio. Os recursos humanos, materiais e científicos do país são colossais. Subestimá-los seria pouco sensato. Apesar disso, o tecido social e económico da grande nação perdeu a saúde. A decadência do império norte-americano é uma realidade inocultável.

No dizer do historiador Arthur Schlesinger, os norte-americanos correm o risco de se transformarem «nos escravos brancos dos seus antigos clientes». A afirmativa é sarcástica, mas envolve um convite sério à reflexão. Alerta para a extrema gravidade e complexidade da crise do país cujo governo pretende impor ao mundo uma Nova Ordem por ele definida e fiscalizada. ■

(1) in «Financial Times», 11.2.91; Business Week, 18.2.91; e Fortune, 25.2.91.

(2) in International Herald Tribune, 10.10.90 e «The Politics of Rich and Poor», de Kevin Phillips, Random House, NY, 90.

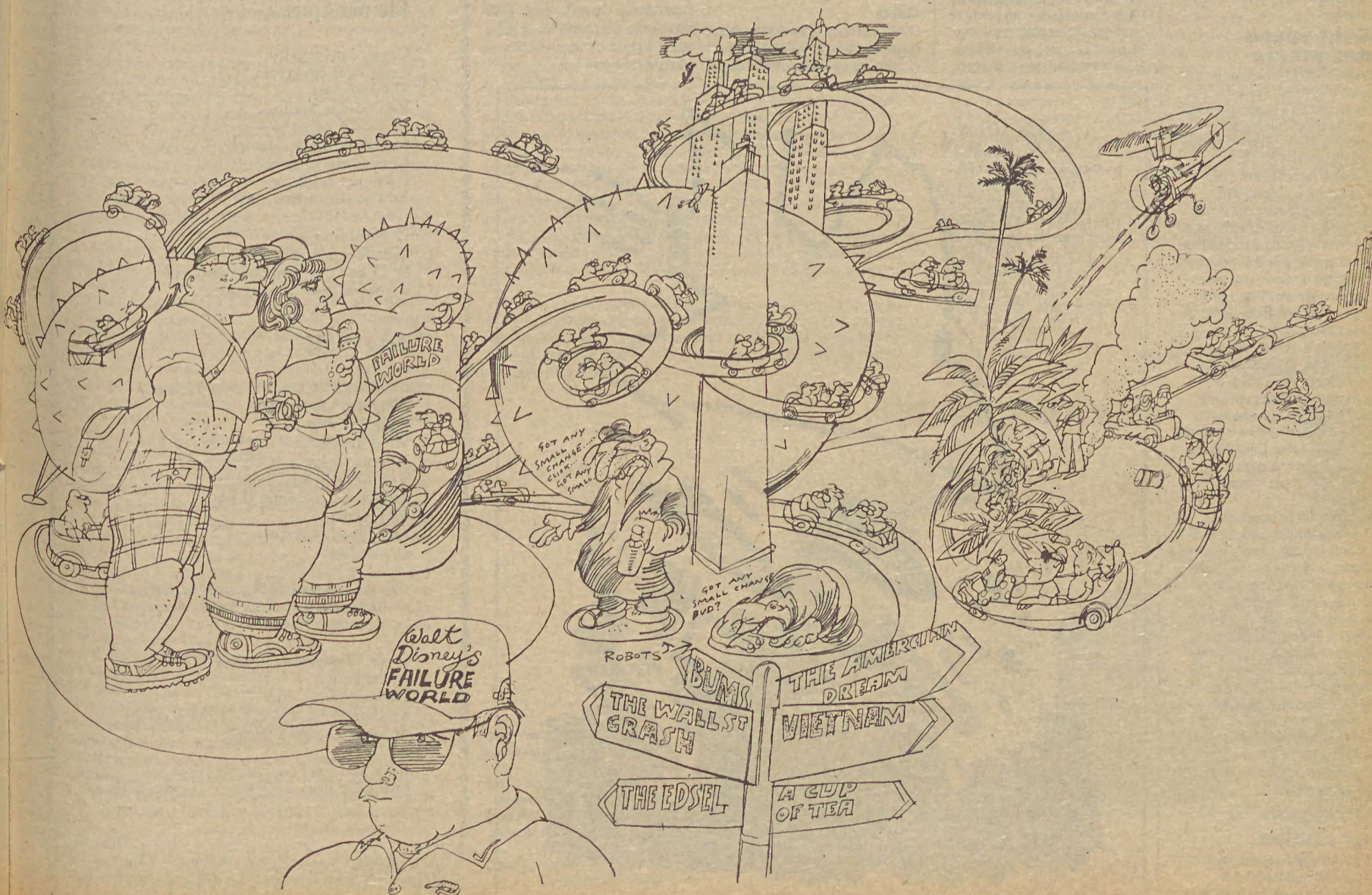
(3) in «Journal of Monetary Economics», NY e «Wall Street Journal», NY, 28.1.90.

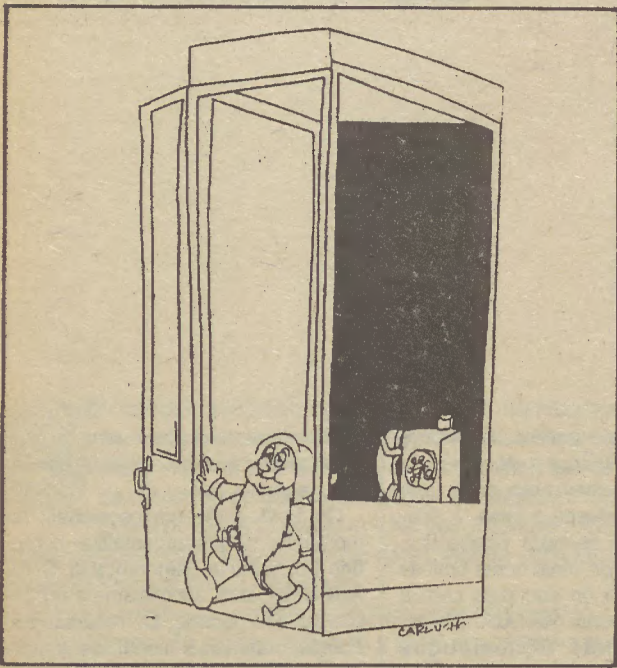
(4) in «The New York Times» e «The Wall Street Journal», citados por «Le Monde Diplomatique», Paris, Março de 90.

(5) in «Le déficit extérieur américain», de Michael Burda, «Lettre de l'OFCE», Paris, 23.2.90.

(6) «Entre Tokyo et Washington, une autre guerre», de Frederic Clairmonte, in «Le Monde Diplomatique», Março de 91, Paris.

### Suggested project after Disney World. Uma sugestão para uma nova Disneylândia, sob o signo de um mundo falhado (failure world). Cartoons de Michael Heath.





**Dez anos de Estado sobrevalorizado**

O ministro Dias Loureiro começou o fim-de-semana cedo, na sexta-feira, em Portalegre. A imprensa que cobriu o acontecimento informa que ele se encontrou com individualidades do distrito, a quem fez um balanço da actividade do Governo, detendo-se em particular na revisão da Constituição e no processo das privatizações. Entre outras coisas, o ministro queixou-se de que a Lei fundamental «deforma o papel do indivíduo» e disse que nos últimos dez anos o sector público teve perdas no valor de mil milhões de contos por causa da «sobrevalorização do papel do Estado».

Depois do ministerial discurso, teve lugar um debate em que cerca de 70 individualidades apresentaram queixas e críticas. O pormenor das notícias não vai ao ponto de revelar se alguém lembrou ao ministro Dias Loureiro que foi o PSD o partido que ocupou nestes dez anos as pastas fundamentais no Governo e os postos-chave do aparelho estatal, e que, portanto, nestes dez anos o que foi sobrevalorizado foi o «Estadolaranja».

**Seis vezes dezasseis**

Seis irlandeses passaram 16 anos na prisão. Foram condenados a prisão perpétua depois de um atentado do IRA em dois pubs de Birmingham, em Novembro de 1975. Sempre reclamaram a sua inocência, o próprio IRA declarou que nenhum deles pertencia à organização. Mas havia confissões e o resultado de exames periciais mostrava sinais de que dois dos seis homens teriam manuseado explosivos antes do atentado. Já detidos, apelaram e voltaram a apelar contra as sentenças. Os apelos são recusados. Há 5 anos, um jornalista publicou um livro afirmando que os atentados tinham sido cometidos por três outros homens. Em 1990 sai uma edição actualizada do livro e inicia-se um novo inquérito.

Na semana passada o Tribunal de Apelação britânico decide libertar os seis homens. Agora, além de ganhar mais força a afirmação de que as confissões tinham sido obtidas sob coacção, sabe-se ainda que há especialistas a dizer que o resultado dos exames periciais podia indicar simplesmente que as mãos tinham sido lavadas com sabão.

Enfim, fez-se justiça. Só que, entretanto, seis homens inocentes passaram dezasseis anos na prisão...

**Coragem às dúzias**

Fez doze anos anteontem o «Correio da Manhã». A assinalar o evento, mandou

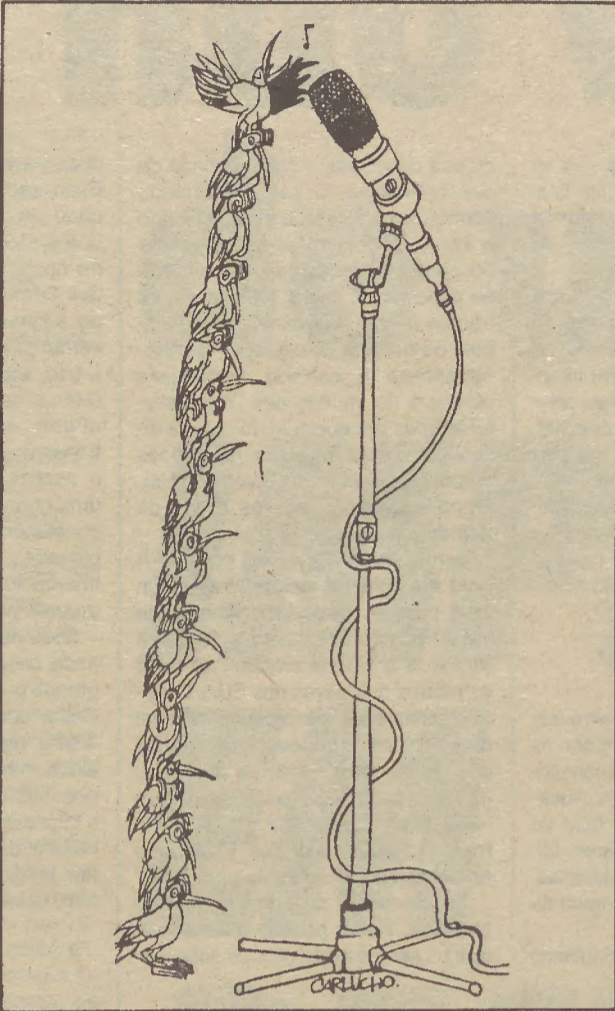
aos leitores, junto com a edição do dia, um suplemento de aniversário onde metem umas dúzias de várias coisas importantes lá para os senhores da casa; dúzias que eram, e dúzias que não eram; até «dúzias de entusiasmos e força de vontade para vencer!» (Ó vizinha, a como é que estava o entusiasmo hoje na praça? Só 75 escudos a dúzia?!)

O sr. Agostinho de Azevedo explica que isto das dúzias no suplemento de aniversário «não é por ser mais barato». Claro, pois se o «CM» até foi o único jornal que na AID votou a favor do aumento do preço de capa dos diários para cem paus! Baratas, lá, nem as carochas!

A dúzia que abre o suplemento é de *manchetes*. Muito modestamente, inclui uma prosa de José Pereira Pacheco onde apenas se diz que «o nosso jornal descobriu novos mundos... ao mundo da imprensa portuguesa» e que «tínhamos nascido para fazer história». Já que os outros não o gabam...

As *manchetes* são todas «com coragem». É com coragem que o «CM» recorda espertezas como «Vamos votar no primeiro» (no primeiro escrutínio das presidenciais de 1980, mas também no primeiro candidato dos boletins de voto, Soares Carneiro), ou «Votar AD é um dever» (combinação

**Pontos Cardeais**



de «Votar é um dever» e «AD - Governo há nove meses»). Boa, boa, é a manchete da «Contradição». Para o «CM», a unidade dos contrários revela-se nítida e escandalosamente no facto de os preços *subirem*, enquanto *descem* os doentes mentais. Percebem? É chalaça. Pena que a coragem não chegue para mais (nem a imaginação).

**O dono e o seu cão**

Diz quem sabe que, depois de noventa anos de serviço, o cão da famosa etiqueta «A Voz do

Dono», vai sair de circulação. Será substituído por um logotipo. Os amadores de música e os protectores dos animais vão ficar muito tristes. Mas o presidente da editora que há quase um século deu à voz do dono um obediente ouvinte que pudesse seduzir um ouvinte humano, diz que o símbolo perdeu a importância. Ficamos sem saber se foi a voz do dono que perdeu a importância. Ou se foi o cão. Na dúvida, suspeitamos de que o dono já não precisa de cão para ser ouvido...



**Gazetilha**

por Ignotus Sum

**Querias**

PSD a faca afia para cortar a fruta. Diz que quer a maioria sim, mas absoluta...

O PS — quem diria! — logo entra na disputa: Convém-lhe a maioria, sim, mas absoluta...

Maioria absoluta... Eu, louco e fero, logo retiro o sonho do baú: Maioria absoluta? eu também quero...

(E tu?...)

**A imagem**

Diz Montalvão — acabo de saber — que é dever dos seus colegas, promover a imagem de Cavaco, que está baça. Pensa de certo na televisão.

Ai este Montalvão! Eu acho-lhe uma graça...

**Epigrama**

Entrou em complicações fraudes, roubos e maus ventos. Depois foram os julgamentos as chatices, as prisões...

Sabendo o que fez o traste diz-lhe um amigo, mal o vê: — Por que não te filiaste, trouxa, no PSD?...

**Ele não quer...**

Cavaco, insatisfeito, é contra as coligações. São opiniões. Está no seu direito...

São contra ele as adesões? Cavaco não se ajeita? Não quer coligações? Está na sua direita...

O poeta firme corta quando a pergunta desfere: — O que é que ao povo importa o que ele quer ou não quer?...

**Não pega!**

Ministro do Comércio e do Turismo? Ninguém sabe quem é. Ninguém dele dá fé. Se eu dissesse que traz desde o baptismo o nome da Faria de Oliveira a informação seria frioleira: anónimo é, anónimo lá fica. Mas a falar meu Deus!, a discursar é coisa rica!

Diz-lhe Belmiro de Azevedo na refrega: — Ministro, esse discurso já não pega...

Faria. O governo que faria sem o Faria? Pois o governo faria a mesma coisa. Há sempre outro colega de Faria, pronto a sair já.

Não, não é o Faria que não pega quem não pega é o governo que o tem lá...

## Comunicado da Comissão Política do CC

# «As concepções arbitrarias governamentalizadoras e eleitoralistas do Governo de Cavaco Silva»

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida em 18 de Março, apreciou os últimos desenvolvimentos da situação nacional e o andamento da actividade do Partido.

A Comissão Política deu especial atenção à evolução da situação política, onde avultam as actuações arbitrarias, governamentalizadoras e eleitoralistas do Governo de Cavaco Silva, e à situação social, com destaque para a luta dos trabalhadores contra o «pacote laboral» e a situação na indústria têxtil, que será aprofundada nas Jornadas sobre o Sector Têxtil a realizar pelo PCP no próximo mês de Abril.

A Comissão Política apreciou detidamente a actividade partidária designadamente em torno das comemorações do 70º aniversário do Partido e da preparação das eleições para a Assembleia da República, adoptando medidas e iniciativas correspondentes.

**1.** A Comissão Política chama especialmente a atenção para as concepções autoritárias e governamentalizadoras e as práticas de abuso do poder que crescentemente caracterizam a actuação do Governo Cavaco Silva e da sua maioria parlamentar, bem como para o frenético eleitoralismo a que reduzem a actividade governamental, instrumentalizando para o efeito os meios de comunicação social sob o seu controlo, com destaque para a Televisão.

O diploma sobre o Segredo de Estado, apresentado como iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, mas identificado depois como obra efectiva do Governo, constitui um exemplo paradigmático daquelas concepções e práticas antidemocráticas.

É quase certo que o Governo e o PSD vão recuar (já estão a recuar) ante a viva repulsa que o diploma suscitou aos partidos da oposição, à comunicação social e à opinião democrática do País.

Mas é sobretudo significativo que o Governo e a maioria não hesitem em apresentar uma Lei de Segredo de Estado que alarga o âmbito das matérias classificadas como tal a praticamente tudo o que o Governo quiser, que confia o poder de classificar essas matérias a uma legião de entidades onde se incluem todos os membros do Governo, os Presidentes dos Governos Regionais, as Chefias Militares, os directores de serviços de informação e até o Governador do Banco de Portugal e que, por fim, estabelece pesadas penas não só para quem divulgue, mas até para quem «ilegitimamente tomar conhecimento» de matérias sob o Segredo de Estado. Como controlo redutor das liberdades de expressão e informação era difícil conceber peça mais acabada.

Paralelamente, o Governo insiste na tendência para governamentalizar toda a actividade do Estado, sobrepondo-se inconstitucionalmente aos outros órgãos de soberania e instituições, incluindo o Presidente da República que persiste em afastar do papel que constitucionalmente lhe cabe em relação à política externa, como mais uma vez ficou demonstrado com o episódio da anulação da apazada visita a Belém do Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, sem prévio conhecimento do Presidente.

Os abusos do poder de tão frequentes tendem a tornar-se numa prática corrente da actuação do Governo Cavaco Silva e da sua maioria. O Governo e a maioria não se dão sequer ao trabalho de discutir, combater e derrotar pelo voto as matérias a que se opõem ou de que discordam. Usam e abusam, cada vez mais da prática de obstrução e do congelamento em relação a tudo que não lhe é favorável ou merece a sua oposição. Congelam através da obstrução a regionalização, a amnistia às FP 25, os inquéritos parlamentares mesmo (ou sobretudo) quando incidem sobre escândalos onde aparecem envolvidos figuras gradas da governação cavaquista.

O Governo e principalmente o Primeiro-Ministro Cavaco Silva não só se furta à constitucionalmente obrigatória fiscalização parlamentar (a recusa em participar em qualquer debate sobre a recente Guerra no Golfo é uma vergonha não só para o Governo, mas para o regime e o País), como pretende ser ele a fiscalizar e impor regras à Assembleia da República.

O triste espectáculo das recentes Jornadas Parlamentares do PSD em que os deputados laranja foram levados a reconhecerem-se como faltosos, incompetentes e irresponsáveis e por isso merecedores de multas e castigos para maior glória do chefe Cavaco Silva, traduz também de forma significativa não só as concepções que prevalecem na vida interna do partido do Governo, mas a maneira como por ele é entendida a relação entre o Governo e a Assembleia da República. Não se pode deixar de observar, no entanto, se com isto se quer fazer à rúbula eleitoralista da educação moralizadora do deputado é curioso que só se tenham lembrado de o fazer no fim do mandato e com eleições à vista.

O que com legitimidade se pergunta é quem pode dar a sua confiança a tais deputados nas próximas eleições legislativas?

A estabilidade que Cavaco Silva proclama como bandeira eleitoral da sua governação, é na realidade o amontoado de arbitrariedades e atropelos que se deixa descrito no plano institucional; é, no plano social, o agravamento das desigualdades sociais, o «pacote laboral» e os tectos salariais contra os quais, os trabalhadores justamente intensificam e generalizam a luta; é, no plano económico, o programa das privatizações que visa concretizar uma colossal transferência dos meios de produção e empresas públicas para o grande capital, com a crescente penetração do capital estrangeiro em sectores estratégicos da economia nacional.

A Comissão Política do CC do PCP aponta por tudo isto com grande necessidade para o País e o objectivo central das forças

democráticas nas próximas eleições para a Assembleia da República a derrota e a substituição do Governo PSD/Cavaco Silva por um Governo verdadeiramente democrático.

A Comissão Política salienta também que a melhor resposta à propaganda de Cavaco Silva sobre a alegada inexistência de alternativa ao seu Governo e a negação de que as coligações possam representar soluções governativas estáveis para o País, é as forças democráticas intensificarem o diálogo, a aproximação e o entendimento fazendo desta forma a demonstração de que podem, após as eleições, uma vez reduzida a direita a uma situação minoritária, assegurar uma política alternativa e uma alternativa de governo.

O PCP volta a declarar que não será por falta de consenso seu que não se fará o entendimento necessário entre os partidos com representação parlamentar com vista a introduzir na Lei Eleitoral a alteração necessária a que as eleições se possam realizar antes do Verão, em finais de Junho, designadamente.

O PCP entende, no entanto, que em face da recusa do PSD já anunciada essa iniciativa está praticamente prejudicada e há múltiplos atentados por parte do Governo contra a democraticidade das eleições em que importa centrar o desmascaramento e o combate do conjunto das forças oposicionistas.

O PCP discorda que se insista no argumento da preparação da presidência portuguesa da CEE, a começar a 1 de Janeiro de 1992, para justificar a antecipação das eleições. Um governo democrático resultante das eleições legislativas, realizem-se elas em Outubro ou antes, deverá estar plenamente preparado para assumir essas responsabilidades comunitárias. Além disso, o actual Governo tem a obrigação política e institucional de informar e debater com os partidos representados na Assembleia da República a marcha dos mais importantes dossiers comunitários e aqueles que devam ter uma atenção privilegiada de Portugal seja qual for a constituição político-partidária do novo governo.

Neste sentido, o PCP propõe aos outros partidos da oposição que se considere uma diligência comum, ou diligências coincidentes, junto do Governo para que nos poucos meses que medeiam até às eleições se realizem reuniões entre o Governo e a oposição com aquele objectivo.

**2.** A Comissão Política do CC do PCP constata que a actividade do Governo, do patronado e da UGT em torno do acordo económico-social confirma a justeza da enérgica reprovação com que o PCP o tem apreciado.

A recente reunião, chamada de acompanhamento, presidida pelo Primeiro-Ministro e de que houve o cuidado de excluir a CGTP, mostra que os signatários do acordo receiam ver nos seus conciliábulos a presença dos que defendem consequentemente os interesses dos trabalhadores. O balanço da execução do acordo confirma inquestionavelmente, como o PCP previu, que do acordo só é concretizada a parte que mais afecta os interesses dos trabalhadores: o «pacote laboral» e os tectos salariais.

A Comissão Política do PCP saúda a Jornada de 16 de Março, convocada pela CGTP no quadro da luta contra o «pacote laboral», por melhores salários, pela redução do período semanal de trabalho.

A larga participação dos trabalhadores, as orientações e as palavras de ordem da Jornada confirmaram-na como um positivo desenvolvimento da resistência contra a ofensiva da política governamental e pela intensificação das acções de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

**3.** A Comissão Política apreciou as medidas agora propagandeadas pelo governo em relação à crise da indústria têxtil e à situação crítica do Vale do Ave. As medidas em causa retomam em parte orientações e vectores de ataque aos problemas da indústria têxtil e do vestuário há muito avançadas pelo PCP e pelo movimento sindical unitário e constituem um reconhecimento das fragilidades e insuficiências das acções até agora desenvolvidas pelo governo.

São no entanto, medidas tardias e sem a devida garantia da sua efectivação. A necessária reestruturação e modernização do sector devia há muito ter sido iniciada, dado o anunciado fim do Acordo Multifibras, em Julho do corrente ano.

Além disso, muitas destas medidas estão encerradas nos estreitos limites das condicionantes técnicas e económicas dos problemas. É esquecida a vertente social, em parte significativa responsável pela situação crítica em que o sector se encontra, designadamente, níveis salariais, estabilidade e dignificação do trabalho e do trabalhador, qualificação e requalificação profissional, participação dos trabalhadores e das suas organizações nas orientações e execução das medidas de ataque à crise.

O Partido Comunista Português de há muito vem alertando para a necessidade de medidas de defesa do sector têxtil. Na sua acção política geral, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, o PCP tem apresentado propostas para a reestruturação e modernização do sector têxtil, em que sempre se considerou como parte integrante e essencial a protecção social e a melhoria das condições de vida e do trabalho, questão central das reivindicações dos trabalhadores do sector.

É na continuidade dessa articulada intervenção que o PCP decide agora realizar as Jornadas sobre o Sector do Têxtil, em 7 de Abril, centrado em Guimarães.

**4.** A Comissão Política fez uma primeira apreciação do programa comemorativo do 70º aniversário do Partido, embora este esteja ainda a decorrer, concluindo que o número e a diversidade das iniciativas e a participação que tem suscitado confirmam o dinamismo do Partido e a sua grande projecção na vida nacional.

A Comissão Política chama a atenção para as realizações que o PCP tem programadas para os finais de Março e o próximo mês de Abril e onde se destacam: o comício do Porto, em 23 de Março, ainda no quadro do 70º aniversário; as Jornadas Parlamentares do PCP, em 5 e 6 de Abril em Coimbra; o Encontro sobre os problemas dos reformados, em 6 de Abril, no Seixal; o Encontro Nacional do PCP sobre os problemas da Saúde, em 13 e 14 de Abril, em Lisboa.

A 9 de Abril terá lugar na Assembleia da República um debate de dia inteiro sobre a interpelação que o PCP apresentou ao Governo centrado nas questões do crescimento e do desenvolvimento económico.

Lembramos, finalmente, que, no próximo dia 22 de Março, se efectua o acto formal da assinatura do acordo de constituição da CDU para concorrer às eleições à Assembleia da República de 1991.

Lisboa, 19 de Março de 1991

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República e Luís Corcello, do gabinete de imprensa do Partido, estiveram na conferência de imprensa que divulgou as conclusões da reunião da Comissão Política

**Assembleia da República**

# O escândalo do Hospital de Faro

A situação que se vive no Hospital de Faro, considerada como estando no limiar da ruptura, quer do ponto de vista financeiro quer dos recursos humanos, esteve em foco na passada semana, no decorrer da habitual sessão de perguntas ao Governo que habitualmente preenche a agenda das sextas-feiras.

A iniciativa de trazer esta questão para primeiro plano, depois de duas tentativas anteriores que esbararam com o silêncio governamental, pertenceu ao deputado Carlos Brito, com ela pretendendo escl-

recer, nomeadamente, o «escândalo de grandes proporções» — as palavras são suas — que vem minando estruturas essenciais daquela unidade de Saúde no qual aparece envolvido, como figura central, um ex-deputado do PSD e seu fundador, designado pelo Governo para funções de mais alta responsabilidade na referida unidade hospitalar.

Remontando a 1987, data em que a Tesouraria começou a estar sob averiguações da Inspeção Geral por se desconhecer o paradeiro de 34 milhões de contos, a situação escandalosa que rodeia o Hospital de Faro, em síntese, foi descrita pelo líder parlamentar do PCP nos seguintes termos:

«Os contratos de pessoal quer na área administrativa, quer no sector médico e dos técnicos auxiliares de diagnóstico «seguem regras obscuras» para usar o eufemismo de um relatório oficial. As assessorias, em que se gastou

milhares de contos anuais, não se regem por quaisquer normas legais, nem correspondem a efectivas necessidades.

O pagamento de ajudas de custo e transportes a alguns assessores indevidamente contratados, ascendem igualmente a milhares de contos. Obras várias de significativa envergadura e orçadas em muitos milhares de contos foram feitas, ao longo dos últimos três anos, sem concurso, nem autorização do Tribunal de Contas. Igualmente sem concurso foi feita a aquisição de equipamento e acessórios para o bloco operatório, reagentes para os laboratórios e diversa outra aparelhagem e equipamentos orçados em muitos milhares de contos. Uma verdadeira orgia de irregularidades e atropelos!»

Irregularidades para as quais faltou um cabal esclarecimento por parte do secretário de Estado da Administração da Saúde, como se desejava e

esperava, o qual acabou também por nada adiantar quanto à redução drástica das equipas de urgência no Hospital de Faro decidida no início do ano corrente — outra das questões levantada por Carlos Brito —, e, bem assim, quanto ao atraso inexplicável do Ministério da Saúde em proceder a uma auditoria, como lhe foi pedido por três administradores (incluindo o Director do Hospital), ao sector administrativo da responsabilidade do engenheiro Manuel Malaquias.

Por aclarar, ficaram assim as palavras de Carlos Brito quando no final da sua interpegação afirmou ser «voz corrente que o que aconteceu foi dar tempo para se destruírem documentos e se eliminarem provas de responsabilidade», o que a confirmar-se, constitui sem dúvida um bom exemplo da «idoneidade e competência» de que o Governo e o Ministério tantas vezes se reclamam.



## Jornadas legislativas de Beja

As conclusões das Jornadas Legislativas do PCP no distrito de Beja, realizadas entre os dias 14 e 16, foram apresentadas publicamente em Lisboa numa conferência de imprensa em que estiveram presentes António Murteira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC e Coordenador da Organização Regional de Beja, Miguel Ramalho, da Direcção da Organização Regional, e os deputados Lourdes Hespanhol, Miguel Urbano Rodrigues e Manuel Filipe. Consideradas como da maior importância para o aprofundamento do conhecimento das realidades no Alentejo de hoje, estas Jornadas analisaram, designadamente, as questões relativas ao desenvolvimento regional, à agricultura, à área florestal, à caça e à defesa do meio ambiente tendo igualmente sido objecto de atenção particular o campo da Segurança Social e da saúde, a área do ensino, educação e do poder local. Em breve trataremos desenvolvidamente estas conclusões.

**PCP**

# A «festa!» já mexe

Está já em adiantado estado de preparação a próxima edição da Festa do «Avante!», pela segunda vez no terreno da Atalaia, palco definitivo de muitas «festas!», desde o ano passado realizadas ali mesmo, em frente ao Tejo. A segunda reunião da Comissão Nacional da Festa do «Avante!» já se realizou e podemos adiantar que, entre as várias modificações que este ano irão ser introduzidas no cenário desta organização político-cultural, será a maior aproximação ao rio o que, em termos de cenário, marcará a «festa!» de 1991.

A colocação de plataformas que poderão suportar esplanadas e/ou restaurantes em zonas junto ao Tejo, anteriormente fechadas ao público, será uma das inovações previstas para a Festa do «Avante!» deste ano.

Embora a «festa!» mantenha as características essenciais do ordenamento anterior, vai aproximar-se mais do limite do terreno sobranceiro ao rio. Com efeito, mantém-se a alameda principal — desde a entrada da Cruz de Pau, desembocando no recinto do Palco 25 de Abril —, a alameda que nasce na entrada da Medideira e que igualmente termina neste recinto mas haverá uma terceira alameda a ligar a zona do Desporto e do Arraial ao recinto do palco principal da «festa!» e que servirá as organizações e estruturas a implantar na zona, actualmente ocupada pelo depósito de águas e por ruínas.

Será uma oportunidade para todos nós podermos disfrutar de panoramas antes desconhecidos, quer da própria «festa!», quer do rio Tejo.

A realização da 7ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» está desde já confirmada. A Bienal funcionará nos moldes anteriores, isto é, em forma de completa abertura às mais diferentes técnicas, processos e correntes estéticas das artes plásticas nacionais. A Bienal será, mais uma vez, uma das mais importantes

da «festa!» começaram já a ser trabalhados, designadamente com a elaboração da tarja que promoverá a EP, e que no início de Abril já estará à disposição das organizações, enquanto se completou a distribuição da primeira remessa de EP's. Essa primeira distribuição foi feita por alturas do aniversário do Partido e verifica-se a necessidade de as organizações



Atalaia • Amora • Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91

componentes culturais do Pavilhão Central da «festa!».

Em termos de realizações culturais, outra novidade importante diz respeito à construção, para a «festa!» deste ano, de um espaço próprio, tecnicamente mais adequado, para o funcionamento do Avanteatro.

### Outras modificações

Também o Centro do Livro e do Disco vai beneficiar de uma estrutura mais consentânea com as tradições que implantou na Festa do «Avante!», enquanto é de assinalar que, igualmente, a zona desportiva vai beneficiar de obras que permitam um mais adequado desenvolvimento das diferentes modalidades, em terreno mais apropriado.

Os aspectos de divulgação

agarrarem com determinação e empenho a venda desse ingresso na «festa!». É que só assim serão facultados os meios necessários à concretização dos trabalhos preparatórios da Festa do «Avante!», quer os que dizem respeito à organização central, quer os que dizem respeito às organizações regionais.

Em foco estão também as necessidades em meios humanos para a construção da «festa!» do ano de 1991.

Um apelo a todas as organizações do Partido para que façam chegar propostas de camaradas a enviar para o terreno (nomeadamente montadores de estruturas, carpinteiros, electricistas, pedreiros e outros), foi feito pela Comissão nacional da Festa do «Avante!» que marcou a sua próxima reunião para 18 de Abril.

# Problemas de Santarém levados ao Parlamento

A manter-se a actual situação na Estação Zootécnica Nacional de Fonte Boa, situada no distrito de Santarém, a viver desde 1987 sem qualquer aumento de verbas do Orçamento de Estado relativas a despesas com bens e serviços, a investigação científica e o apoio à divulgação e extensão do sector animal está em risco de a muito curto prazo sofrer um rude golpe.

O alerta foi recentemente dado na Assembleia da República pelo deputado comunista Álvaro Brasileiro que a propósito da situação criada àquele organismo citou o facto de este ter sido forçado a alienar durante o ano passado a quase totalidade do seu património móvel, constituído por milhares de cabeças de gado bovino, ovino e suíno, para satisfazer os compromissos assumidos com fornecedores de bens correntes.

Em resultado da mesma situação, por outro lado, propriedades há cuja exploração foi entregue a particulares — casos da «Esfola Vacas» e «Paul da Asséca» —, falando-se ainda de outras instalações, nomeadamente a fábrica de rações, segundo a informação prestada por Álvaro Brasileiro, que poderão vir a ser exploradas por privados.

Sendo apenas um exemplo,

nem por isso ele deixa de ser significativo da evolução do apoio que tem sido prestada pelo Governo ao sector e às suas infra-estruturas, de acordo com a opinião de Álvaro Brasileiro, para quem se trata ainda de um caso que reflecte bem a crise que se vive na agricultura, crise resultante das incorrectas orientações que têm norteado a política do Governo.

Uma política cujas incidências negativas se fazem sentir nos mais variados sectores, como tratou de demonstrar o deputado do PCP ao trazer à colação alguns exemplos concretos relativos ao distrito de Santarém, círculo eleitoral pelo qual foi eleito.

É o caso, nomeadamente, do que se passa no domínio da Saúde, área onde desde o subaproveitamento e carência de pessoal do Hospital de Santarém, ao subdimensiona-

mento do Hospital de Torres Novas, passando pela pouca atenção prestada pelo Governo aos Centros de Saúde, existe um rol enorme de problemas por resolver.

Em larga medida, o mesmo sucede no sector da educação, com instalações impróprias para a actividade escolar, tal a degradação atingida, como sucede na Escola Secundária n.º 1 de Abrantes, a funcionar em pavilhões pré-fabricados há cerca de 20 anos e onde não há sequer iluminação nem aquecimento.

No campo do ambiente, a avaliar pelas palavras de Álvaro Brasileiro, o panorama que se vive no distrito não é melhor, sendo disto testemunho o caso do rio Alviela, cujas águas, especialmente no Verão, observou, «apresentam tonalidades quase negras e um cheiro fétido que dificilmente se suporta».

Na sua intervenção, Álvaro Brasileiro prestou ainda homenagem a Joaquim Jorge Duarte, conhecido pela alcunha de «Diabo», militante comunista, recentemente falecido, cuja vida foi em grande parte dedicada à luta antipoluição no Alviela.

# Baía de S. Martinho do Porto Urge travar a poluição

O preocupante nível de poluição atingido na Baía de S. Martinho do Porto, sem que tenha havido das entidades responsáveis qualquer tipo de acção tendente a debelar a situação, levaram o Grupo Parlamentar do PCP a propor na passada semana a realização de uma audição parlamentar sobre o caso.

Elaborado no sentido de que sejam ouvidas todas as entidades de algum modo ligadas ao

problema (Associação de Defesa do Ambiente de S. Martinho do Porto, autarquias locais e ministro do Ambiente esta proposta de audição visa desde já proceder a um ponto da situação que abra caminho à sensibilização das várias entidades interessadas com vista à adopção das medidas que permitam contribuir para resolver este grave caso de poluição.

É que, assinala-se, os índices de poluição atingidos, re-

sultado nomeadamente, do que se conhece, das múltiplas explorações suínícolas que lançam detritos da sua actividade nos cursos de água que desaguardam na Baía, além de resíduos das fábricas de cerâmica e de produtos alimentares, poderão num futuro próximo pôr em perigo as condições de utilização da praia, como é sabido uma das mais interessantes e importantes zonas de lazer do centro do País.



Assembleia da República

Actos administrativos na Saúde

# Oposição promove novo inquérito

Deputados dos partidos da oposição requereram a constituição de uma nova Comissão de Inquérito a actos administrativos praticados na área do Ministério da Saúde, iniciativa parlamentar que constitui uma resposta unânime à forma abrupta e arbitraria como o PSD impôs o termo das averiguações que estavam em curso na anterior Comissão designada em 1989 para o mesmo efeito.

Ao tomar esta decisão, recorde-se, a maioria governamental impediu a realização de audiências já programadas bem como o conhecimento de documentos já requeridos em decisões tomadas por consenso na Comissão.

Ao impor a nomeação de um único relator que integra os seus representantes na referida Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD violou ainda decisões nela unanimesmente tomadas, de acordo com a opinião expressa em conferência de imprensa realizada na passada semana por deputados da oposição, que fizeram questão de sublinhar estarem esgotadas, neste contexto, as condições para que a Comissão cumprisse o objectivo para que foi criada.

Entre os fundamentos do pedido de inquérito agora apresentado, consta ainda a coincidência no tempo entre o termo das averiguações atrás referidas e a divulgação pública pela comunicação social de declarações do advogado de defesa do ex-secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, que «desvendam novos factos relevantes para a apreciação política das matérias e das responsabilidades a apurar neste inquérito».

A revelação pública de graves irregularidades em outros estabelecimentos de Saúde dependentes do Ministério, ocorrida no mesmo período a que se refere o inquérito, mas nele não previstos nem investigados, constitui outro dos fundamentos que justifica plenamente, segundo os partidos da oposição, esta sua iniciativa.

Para além de apreciar toda a documentação já recebida ou requerida pelo anterior grupo de trabalho designado pela Assembleia, a Comissão agora a criar propõe-se também ouvir um numeroso grupo de individualidades e entidades, entre



Os partidos da oposição responderam de forma unânime à atitude arbitraria do PSD, requerendo a constituição de uma nova Comissão de Inquérito a actos praticados na área do Ministério da Saúde. Na foto, Narana Coissoró (CDS), Carlos Brito (PCP), António Guterres (PS) e Carlos Lillala (PRD) explicam as razões da sua iniciativa aos jornalistas

os quais se encontram o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, Leonor Beleza, Costa Freire, o ex-chefe de gabinete da ex-ministra da Saúde e o Inspector Superior do Ministério das Finanças, José Martins de Sá. Para um real apuramento de

todos as responsabilidades, na perspectiva dos partidos da oposição, importa também que esta iniciativa parlamentar averigue da isenção e legalidade dos processos relativos à realização de obras, aquisição de equipamentos, nomeações

e contratos de pessoal, bem como remunerações e benefícios atribuídos no Hospital de Faro e da eventual responsabilidade dos membros do Governo nas ilegalidades e irregularidades verificadas desde 1987.

## Direitos dos cidadãos perante a Administração Pública

Uma importante matéria relacionada com os direitos do cidadão perante a Administração Pública foi analisada na Assembleia da República numas das sessões plenárias da passada semana. Trata-se da consagração em lei de um conjunto de direitos neste domínio (direito de atendimento, de informação, de participação e de oposição) cuja aplicação, como sublinhou no debate a deputada Odete Santos, permitirá alcançar uma Administração transparente «subtraída à arbitrariedade, ao favoritismo e à clientela», favorecendo simultaneamente a participação dos cidadãos e o seu empenhamento na resolução dos interesses gerais, da comunidade.

Pressupostos que presidiram, aliás, à elaboração do projecto de lei do PCP sobre esta questão (analisado conjuntamente com um outro, do PS), iniciativa legislativa que pretende romper com a actual situação, caracterizada no fundamental por ser não uma Administração Aberta, como a Constituição estipula, mas sim a de uma máquina dominada pela opacidade, perante a qual, lembrou-o Odete Santos, «nada mais restará ao cidadão peticionante do que pedir desculpa por ter pretendido exercer o direito de ser informado».

Daí que o diploma apresentado pelo PCP, ao densificar os direitos dos administrados perante a Administração Pública, procure que do seu exercí-

cio resulte, nomeadamente, um contacto permanente entre cidadão e Administração Pública, uma Administração Aberta como Serviço e não como Administração Autoridade, con-

Hoje em debate

# Lei Quadro das Áreas Protegidas

Entre as matérias que ocupam a agenda da sessão plenária de hoje conta-se a «Lei Quadro das Áreas Protegidas», projecto de lei da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Este agendamento, no Dia Mundial da Floresta, assume particular importância tendo em conta a degradação acentuada da generalidade das áreas protegidas, designadamente do Parque Nacional de Peneda-Gerês e do Parque Natural da Serra da Estrela, resultado das carências em meios financeiros e técnicos, da gestão centralizada e desligada dos problemas das populações que aí vivem e trabalham e dos enormes prejuízos causados pelos fogos florestais que nos últimos anos destruíram cerca de 30 mil hectares das áreas protegidas.

Ao definir uma Lei Quadro das Áreas Protegidas, dando cumprimento à Lei de Bases do Ambiente, o Projecto de Lei estabelece as diversas categorias de áreas protegidas de âmbito nacional, regional ou local e das regras para a sua

criação, procurando simultaneamente ultrapassar outras limitações e lacunas da actual legislação.

E o que faz ao estabelecer a composição e competências dos órgãos próprios das áreas protegidas, definindo o respectivo quadro de gestão e o regime financeiro e ao estabelecer algumas regras para o ordenamento territorial e respectiva articulação com os planos da competência das autarquias.

No seu articulado, o projecto de lei promove por outro lado a participação das autarquias nos órgãos próprios das áreas protegidas (procurando assim ultrapassar atritos que actualmente existem devido a conflitos de competências em determinadas áreas) possibilita de acordo com a própria Lei de Bases que os particulares ou as associações, em especial as associações de defesa do ambiente, criem áreas protegidas de carácter local, e promove a participação das referidas associações nos órgãos de gestão das áreas protegidas, tanto de interesse nacional como local.

O diploma cria ainda um conjunto de mecanismos que visam proporcionar eficácia às áreas protegidas, dando aos respectivos órgãos alguns importantes instrumentos de acção como a previsão de compensações aos proprietários de terrenos integrados em reservas integrais, a possibilidade de intervenção de renaturalização de determinados elementos ou áreas e a possibilidade de afectação de bens do domínio público do Estado às áreas protegidas.

## Solidariedade com os profissionais do S. Carlos

Reagindo às ameaças públicas dirigidas pelo secretário de Estado da Cultura aos profissionais do Teatro Nacional de S. Carlos, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a expressar a sua total solidariedade para com a luta desenvolvida por estes trabalhadores, disponibilizando-se simultaneamente, no âmbito do seu campo de acção, para encetar as diligências necessárias que permitam ultrapassar a actual situação.

Esta posição dos deputados comunistas; contida numa mensagem de saudação assinada pelo seu líder parlamentar, Carlos Brito, surge na sequência de múltiplas propostas da Organização dos trabalhadores bailarinos com vista à ultrapassagem da actual situação, propostas estas que não têm merecido qualquer resposta objectiva da Adminis-

tração do Teatro de S. Carlos e da respectiva tutela.

Esta incapacidade de diálogo e total indiferença perante as justas reclamações dos profissionais, como se observa na mensagem de saudação, faz chamar a atenção para os riscos que uma tal atitude comporta para o futuro funcionamento da que é a nossa primeira sala de espectáculos, relevante para o desenvolvimento da política cultural de que o país carece.

Acresce ainda, como refere o texto, que o Teatro de Ópera em Portugal não pode continuar na indefinição a que o tem conduzido, com graves prejuízos culturais, o Governo do PSD, pelo que urge a implementação de medidas de «estabilização da orquestra residente, do corpo da bailado e da estrutura funcional do S. Carlos».

## Eleitos do PCP visitam a Maia

Os deputados do PCP eleitos pelo distrito do Porto, António Mota, Júlio Antunes e Ilda Figueiredo, acompanhados por eleitos do PCP nas autarquias da região e elementos da comissão concelhia do Partido, efectuaram uma visita durante a semana passada ao concelho da Maia, com a finalidade de se inteirarem das reali-

zações, das dificuldades e das linhas de desenvolvimento futuro do concelho. O objectivo era o seguinte: cada um dos eleitos do PCP, no seu campo de acção, poder unir esforços para o progresso e desenvolvimento de todo o concelho da Maia e para o bem estar económico, social e cultural do seu povo.

Reuniões com autarquias locais, associações desportivas, de beneficência e profissionais constituíram parte do programa desta visita, de onde se destacou uma ao Jardim Zoológico da Maia, para o qual o PCP reivindica um maior apoio do Poder Central.

# Vila Franca: PS rompe acordo com CDU

O rompimento do acordo autárquico com a CDU, por parte do Partido Socialista de Vila Franca de Xira, esteve na base de um comunicado divulgado a semana passada pela comissão permanente da concelhia local do PCP onde se informa que tendo em conta os factos, os eleitos da CDU nos diversos órgãos autárquicos vão proceder às modificações que forem consideradas oportunas na distribuição de funções nas autarquias tendo em conta o trabalho desenvolvido por cada um dos eleitos individualmente considerados e independentemente das forças políticas por que foram eleitos. O comunicado, cujo conteúdo divulgamos na íntegra, sublinha no entanto manter o PCP de Vila Franca «disponibilidade total» para trabalhar em conjunto com todos os que pretendam impulsionar o desenvolvimento local.

1. Na sequência de situações de relacionamento conflituoso originadas pelo PS em diversos órgãos autárquicos do Concelho, nomeadamente na Assembleia e Câmara Municipais, a CDU solicitou ao PS que esclarecesse com urgência a sua posição quanto ao cumprimento do acordo negociado entre as duas forças políticas em 1990.

2. Na resposta que nos enviou, o PS confirma a realização de negociações, mas limita-as apenas a entendimentos quanto à distribuição de pelouros na Câmara Municipal, afirmando, com prepotência e textualmente, que «não se verificou de facto nenhum acordo de gestão autárquica», após o que pretende ordenar à CDU «que é bom que, de uma vez por todas, deixem de invocar a existência de um acordo entre os nossos dois partidos».

3. É óbvio que o Partido Socialista mente. Foram realizadas negociações no início do presente

mandato; essas negociações incidiram sobre um projecto autárquico a promover no Concelho, na base de um Plano para o Mandato a acordar; na decorrência destas negociações foi estabelecida a distribuição de funções entre eleitos e acordado que a CDU e o PS continuassem a manter contactos e a promoverem reuniões periódicas para análise conjunta do trabalho autárquico.

4. A CDU sempre cumpriu o acordo estabelecido.

Quer quanto à distribuição de cargos, funções e pelouros quer quanto ao interesse, reiteradas vezes manifestado, em se realizarem as reuniões periódicas previstas.

O PS desde início que procurou tirar do acordo benefícios, sem assumir os compromissos estabelecidos. Foi assim logo no triste episódio da eleição da mesa da Assembleia Municipal, assim continuou a ser no decurso do tempo já decorrido, sem que ti-

vessem manifestado disponibilidade para concretizarem as reuniões solicitadas.

5. É tempo de chamar as coisas pelos nomes e de dizer basta!

Se não tivesse existido acordo entre a CDU e o PS, como se compreendia que o vereador Acácio Barreiros, que é de todos os membros da Câmara o que mais ignora a realidade local, o que nunca esteve ligado à vida do Concelho no passado e nada o credencia particularmente no presente, tenha sido nomeado vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira?

Quem é que o PS pretende enganar ao fazer crer que a CDU, sendo maioritária no Concelho e disposta na Câmara Municipal de uma equipa comprovadamente experiente e competente, entregaria responsabilidades a um eleito do PS que totalmente desconhecia, sem que houvesse sido obtido um acordo que garantisse o comprometimento do PS na gestão autárquica?

6. Infelizmente o Partido Socialista já nos habituou a uma prática que se caracteriza por comportamento pouco sério, querendo estar ao mesmo tempo no poder e na oposição, com uma permanente duplicidade de posições que os leva a recusar hoje aquilo que acordaram ontem.

7. Ao negar, e da forma grosseira como o fez, a existência do acordo que foi de facto estabelecido entre a CDU e o PS, em Janeiro de

1990, para a gestão autárquica no Concelho de Vila Franca de Xira para o mandato de 1990/93, o Partido Socialista desvincula-se das suas obrigações, o que, em coerência, desobriga a CDU de continuar a respeitar os compromissos assumidos.

8. O PS, ao originar, manter e agravar a presente situação, sem dar qualquer passo para a sua superação, manifestando antes uma soberberia e grosseria nunca justificáveis em relacionamento democrático e não condizentes com a sua posição no panorama político do Concelho, é o único responsável pela inviabilização de um esforço convergente num projecto autárquico comum ao serviço da população do Concelho.

9. Retirando dos factos as suas naturais consequências e mantendo a dispobibilidade total para trabalharem em conjunto com quantos pretendam impulsionar o desenvolvimento e o progresso das nossas terras, os eleitos da CDU nos diversos órgãos autárquicos procederão à revisão e às modificações que forem consideradas oportunas na distribuição de funções e tarefas nos órgãos.

Na base das modificações a introduzir serão tidas em conta, não as indicações das estruturas locais do PS, mas sim as provas dadas, o empenho e a honestidade demonstrados por cada um dos eleitos individualmente considerados e independentemente das forças políticas por que foram eleitos.

## Contra a poluição Municípios do Sul do Tejo mostram obra feita

Os municípios ribeirinhos da margem Sul do Tejo, integrados na Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, convidaram o secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, para uma visita a obras realizadas pelas câmaras municipais com o objectivo de despoluir o rio.

Os participantes na reunião concluíram que, «apesar das dificuldades financeiras que as autarquias vêm enfrentando devido à política que o Governo tem seguido, os municípios têm sabido enfrentar as dificuldades e por via de uma correcta gestão financeira aumentou de forma significativa o número e o valor dos projectos candidatados à OI/PS».

Autarcas e técnicos valorizam o facto de o «valor global dos projectos apresentados pelos municípios, com a reprogramação, passar de 15 milhões para cerca de 25 milhões de contos».

Os responsáveis camarários queixam-se de dificuldades financeiras impostas pelo Governo de que destacam a limitação na transferência de verbas do Orçamento de Estado para os municípios devido à consecutiva subavaliação do IVA, a redução significativa de impostos municipais determinada por isenções decretadas pelo Governo e transferência para as autarquias de competências da administração central sem qualquer contrapartida financeira, tal como a lei das finanças locais obriga.

As autarquias decidiram convidar o secretário de Estado na sequência de declarações prestadas ao semanário «Expresso» de 2 de Março de 1991, nas quais o responsável do Ambiente acusa os municípios ribeirinhos do Tejo de não fazerem nada para despoluir o rio.

Os responsáveis autárquicos consideram que as declarações do secretário de Estado se devem ao facto de «Macário Correia não ter informação suficiente e por isso desconhecer a realidade».

O programa da visita, disseram responsáveis camarários, já está a ser preparado e deverá mostrar «o âmbito e a grandeza dos projectos municipais para a despoluição do Tejo».

A decisão de convidar o secretário de Estado do Ambiente foi tomada numa reunião promovida pela AMDS em 4 de Março, na Moita, para fazer, em conjunto com técnicos e eleitos das autarquias da península de Setúbal, um balanço da reprogramação financeira apresentada pelas câmaras municipais no âmbito da OI/PS.

## Paisagem protegida Sintra/Cascais

# CDU defende o verde contra o cimento

A contestação ao Plano de Macrozonamento para a Área Protegida de Sintra/Cascais, já aprovado na generalidade pela comissão instaladora, foi apresentada na sexta-feira pela CDU de Cascais que se manifesta contra o seu conteúdo, por possibilitar práticas de especulação imobiliária em mais de um terço do concelho, favorecendo interesses de grandes grupos económicos com prejuízo para uma área protegida que poderá ver o seu património ambiental e paisagístico destruído.

Diz a CDU de Cascais que se esta versão do Plano de Macrozonamento for sancionada, dar-se-á imediata cobertura ao loteamento de cinco milhões e 300 mil metros quadrados da responsabilidade de apenas dois investidores imobiliários, nacionais e estrangeiros.

«Põe-se em causa a qualidade de vida de cerca de dois milhões de habitantes da área metropolitana de Lisboa», dizem os vereadores da CDU em Cascais, Vítor Carvalho Silva e Carlos Rosa Sota, que apresentaram com o eleito CDU na Assembleia Municipal local, João Fragoso, um documento onde se faz o historial do processo de elaboração e aprovação do plano para a área protegida Sintra/Cascais e onde a CDU defende um desenvolvimento integrado do concelho, «incompatível com a eleição do lucro e do negociismo como valores supremos».

Conforme se refere na introdução a este documento, Cascais, pelas suas características ímpares, tem sido sujeita a enormes pressões de especulação urbanística/imobiliária, com destaque para a área protegida que é objecto do Plano de Macrozonamento.

### Contradições

Conta a CDU de Cascais que quando o presidente do Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza pediu um parecer sobre um estudo de Plano de Macrozonamento de Paisagem Protegida, o vereador Maurício Barra, em nome do executivo camarário, informa em Janeiro de 89 que sugeria a aprovação na generalidade do plano. No entanto o vereador manifestava a opinião de que o

executivo municipal deveria limitar-se a dar um simples parecer, argumentando que não seria da sua competência aprovar ou desaprovar o plano, sendo essa responsabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente. A Câmara, segundo Maurício Barra, deveria limitar-se a pedir apreciações técnicas para as fornecer à Secretaria de Estado, em forma de contributo para o aperfeiçoamento do próprio plano.

Sete meses depois, em contradição com estas afirmações, o mesmo vereador apresenta em reunião camarária uma proposta para aprovação do plano. A Câmara delibera, por unanimidade, retirar a proposta para apreciação e posterior envio à Comissão Técnica do Gabinete de Área de Paisagem Protegida.

Entretanto, um parecer da Comissão do Património Histórico Cultural da Câmara Municipal de Cascais afirma a dado passo ter-se tido «a principal preocupação de satisfazer os interesses das entidades particulares (turísticas, comerciais e industriais) e só secundariamente de salvaguardar os valores naturais que são de todos, quando deveria ser o contrário», como, de resto, determina a legislação em vigor.

### Qualquer preço

Questionando a CDU de Cascais as razões de não terem sido solicitados mais pareceres, nomeadamente ao Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara; denuncia o acto de no Plano Prelimi-

nar permitirem-se construções de quatro pisos em áreas de protecção máxima, contemplando grandes empreendimentos há vários anos solicitados por empresas como a ABANO, RASO, EURONOVA e AUTODRIL.

«Turismo sim, mas não a qualquer preço!», defende a

CDU de Cascais que exige que o Plano de Macrozonamento contemple, prioritariamente, a conservação e preservação dos valores naturais da área, equacionando a construção das infra-estruturas necessárias ao turismo, como hotéis, enquadradas nesses objectivos.



As concessões aos interesses comerciais em desfavor da defesa do ambiente na área protegida Sintra/Cascais são o principal problema do Plano de Macrozonamento agora em discussão

## Poder Local

## Encontros CDU na Moita e Coruche

## Trabalhar ainda melhor

O balanço do trabalho autárquico desenvolvido e a definição das estratégias a seguir no futuro próximo foram pontos comuns a encontros concelhios de eleitos CDU da Moita e de Coruche. Melhorar o trabalho da CDU em prol das populações foi o objectivo comum dessas duas iniciativas.

Prestar contas à população da actividade autárquica em Coruche e melhorar o serviço prestado a todos os coruchenses foram duas das intenções do encontro dos eleitos CDU naquele concelho que assinaram ter «vindo a trabalhar dentro dos princípios programáticos apresentados à população, o que muito tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento equilibrado do concelho», como se assinala no documento aprovado nesta reunião.

Em Coruche, os eleitos CDU afirmam terem cumprido quase na totalidade os objectivos definidos para o ano de 1990, com destaque para o saneamento financeiro na Câmara Municipal, a reorganização dos serviços, a descentralização para as Juntas de Freguesia, crian-

do-se condições para o desenvolvimento económico. Estabeleceram-se acordos para a satisfação de necessidades nos domínios da saúde, ensino e justiça e aproveitaram-se os fundos comunitários disponíveis.

## Cumprir promessas

Na Moita, por outro lado, para os próximos três anos de mandato os eleitos CDU dão especial importância à elaboração dos planos de actividades e dos orçamentos, municipal e das freguesias, cuja exequibilidade e eficácia terá de passar pela auscultação das populações, dos trabalhadores, dos serviços e dos diversos órgãos autárquicos.

«Antes das grandes deci-

sões é fundamental que se ouça e discuta», dizem os eleitos da CDU na Moita num documento que aprovaram num encontro que contou com a presença de Brito Apolónia, do executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, e Carlos Humberto Carvalho, igualmente do executivo da DORS e suplente do Comité Central do Partido.

Cumprir as promessas feitas é o primeiro objectivo dos próximos três anos de mandato CDU na Moita que no entanto pretende ir mais longe, tendo em atenção, no plano prático, à concretização das obras em curso e ao desenvolvimento de um estilo de trabalho levando em conta as seguintes prioridades: a democracia participada, a política de informação, a gestão financeira, as actividades socioculturais, a imagem e o mobiliário urbano, o ambiente e a qualidade de vida, o desenvolvimento económico, o ordenamento do território e a gestão urbanística, as infra-estruturas (rede viária, saneamento básico ou electrificação).

Os eleitos da CDU na Moita decidiram assinalar no documento aprovado neste encontro a importância do papel das freguesias que tem de «continuar a ser dignificado com o cumprimento de competências próprias e das competências assumidas por descentralização municipal».

## Meios para as freguesias

Também em Coruche o papel das freguesias foi sublinhado, exigindo-se a criação de novas condições de trabalho aos eleitos das juntas de freguesia, através do reforço da autonomia administrativa e financeira destas autarquias, defendendo-se a consagração do regime de permanência dos eleitos nas freguesias, sempre que se justifique.

Apoiar a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) foi uma das decisões do encontro da Moita, com destaque para reivindicações que defendem a aprovação da lei de definição de competência e meios

financeiros para as freguesias, a consagração do regime de permanência de eleitos, a fixação de 15 por cento como o valor mínimo de participação das freguesias nas receitas decorrentes do município, provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e ainda a afectação directa de meios financeiros para as freguesias no Orçamento Geral do Estado.

Melhorar o trabalho na Assembleia Municipal e nas Freguesias, tendo em conta a oposição desenvolvida pelo PSD e PS e melhorar as relações dos eleitos com os trabalhadores autárquicos foram outros objectivos traçados pelos eleitos CDU na Moita.

## O papel do Poder Central

Em Coruche, manifestam-se algumas preocupações quanto ao futuro, nomeadamente pela atitude centralizadora e de ingerência administrativa ou financeira por parte do Poder Central, assim como pela não revisão da lei das Finanças Locais «o que tem impedido o concelho de Coruche de receber os fundos indispensáveis, para ultrapassar as sequelas da interioridade a que está sujeito» exigindo a CDU

uma regionalização rápida, assente na vontade das populações.

Aliás, o Governo não tem concretizado algumas acções de sua competência, cruciais para o futuro dos coruchenses, como é o caso da construção da estrada IC-10 e a completa regularização do Vale do Sorraia.

É por isso que a os eleitos da CDU em Coruche dizem ter a convicção de que «o desenvolvimento do concelho passa por uma nova política a nível nacional».

Manifestando a «sua firme vontade» de continuar a trabalhar em prol das populações, a CDU deste concelho afirma ainda existirem algumas insuficiências no seu trabalho autárquico que urge ultrapassar, nomeadamente através de uma maior relação institucional com as populações, inclusive através da descentralização das sessões da Câmara.

Criar maior riqueza, produzir e viver mais cultura e desporto, unir todos os coruchenses, nomeadamente os agentes económicos e acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Ordenamento do Território são algumas das tarefas que os eleitos da CDU em Coruche se propuseram cumprir no futuro imediato.

## PS/PSD de Miragaia atraiço a populações

Os ataques dos eleitos do PS e PSD dirigidos ao presidente da Junta de Freguesia de Miragaia, Joaquim Nascimento, bem como à CDU, foram objecto de uma conferência de imprensa, a semana passada, onde os eleitos da CDU daquela freguesia denunciaram os socialistas e os social-democratas por estes prejudicarem os direitos e aspirações da população. Esses ataques culminaram na destituição, sem fundamento legal e por isso impugnada, de Joaquim Nascimento da mesa da Assembleia de Freguesia, em que o PS e o PSD impediram antidemocraticamente a CDU de usar da palavra.

Na passada segunda-feira, dia 11, a Assembleia de Freguesia reuniu para, entre outras coisas, discutir e aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 91. A maioria a funcionar com a aliança PS/PSD naquele órgão deliberativo e fiscalizador não esteve presente, enquanto a CDU, como habitualmente, compareceu a 100 por cento. O Plano de Actividades apresentado pelo PS e PSD não foi assim sequer discutido, como pretendia a CDU e a lei obriga, tendo sido ilegalmente recusados um requerimento e um recurso pela nova mesa da assembleia de freguesia, agora PS/PSD, cujo comportamento veio acentuar claramente o seu alheamento face aos reais interesses da freguesia, a braços com graves problemas por de mais conhecidos.

## Traição à população

De resto, e apesar da situação difícil que se vive nesta freguesia do Porto, tem sido a CDU que tem apresentado trabalho, com propostas fundamentadas em documentos bem formulados e minuciosos, ao contrário do que tem feito a coligação PS/PSD, levando o comunicado da CDU de Miragaia a falar em «traição à população», acusando também os eleitos do PS e PSD, estranhos a Miragaia, de simplesmente desenvolverem um trabalho de «comissários políticos» dos seus partidos e da Câmara, cuja maioria é socialista.

Fazendo o historial do processo, a CDU de Miragaia lembra que no mandato anterior foi possível fazer muitos melhoramentos na freguesia graças à actividade da jun-

ta (quatro eleitos CDU e um PRD) apesar do abandono do trabalho dos eleitos do PS e do PSD, com sucessivas perdas de mandato na Assembleia de Freguesia por faltas sem justificação.

Lembra a CDU que, à medida que os anos passaram, depois da realização de muitas obras e muito trabalho em benefício da freguesia, os membros do PS e do PSD que vieram substituir os que perderam o mandato passaram a colaborar activamente com a CDU.

Com as eleições de 17 de Dezembro de 89, o presidente Joaquim Nascimento, da CDU, é reeleito e esta coligação obtém seis lugares mas o PRD perde um para o PS, dando a este partido quatro eleitos. Os socialistas aliam-se ao PSD (três eleitos) na eleição do executivo em Fevereiro de 1990, tentando isolar Joaquim Nascimento, depois de PS e PSD terem recusado um acordo tripartido proposto pela CDU, como de resto a coligação sempre havia feito nos mandatos anteriores.

## Destruir trabalho

Diz o comunicado da CDU de Miragaia que «é de notar que a aliança («coligação») PS/PSD não se destinou a melhorar o trabalho autárquico, o que seria

um propósito aceitável e até louvável, mas apenas impedir a gestão CDU» facto que inclusivamente é reconhecido pelos eleitos daqueles partidos.

Assim começam a notar-se os efeitos negativos da actual composição do executivo: os projectos que estavam em curso ou que iriam ser lançados pararam, a actividade da Junta limitou-se a manter os serviços e iniciativas existentes, anteriormente criados pela CDU, como o posto de enfermagem, aconselhamento jurídico, ATL, colónias balneares, passeios para a terceira idade, festa de Natal, etc.

Assistiu-se à limitação ilegal dos direitos dos eleitos da CDU, nomeadamente quanto à consulta de arquivos e às actas do executivo. Criaram-se situações de conflito artificial com a mesa da Assembleia de Freguesia, então maioritariamente CDU, com tentativas de sobreposição do executivo à assembleia.

Arrogância no trato pessoal com os eleitos CDU e funcionários da Junta, desrespeito e incumprimento das deliberações da Assembleia de Freguesia, são algumas das acusações que a CDU faz à coligação PS/PSD.

## Câmara não cumpre

Por outro lado, os eleitos do PS e do PSD não têm feito um tratamento consequente das suas relações com a Câmara Municipal do Porto, tendo esta, liderada pelo PS, faltado ao cumprimento das iniciativas previstas no seu Plano e Orçamento para a área da freguesia, especialmente no que diz respeito à habitação, inclusivamente sobre projectos vindos de 1989 e anteriores.

Apesar de tudo, o presidente da junta e os eleitos da CDU têm conseguido algumas vitórias, de que é exemplo o caso da legalização pela câmara municipal da situação dos moradores do complexo habitacional de Monte dos Judeus/Cidral de Baixo, só possível com o trabalho desta coligação, que afirma ir continuar a desenvolver uma actividade que, apesar da situação descrita, terá sempre como objectivo primeiro o benefício da população de Miragaia.

## Oito famílias em risco de desalojamento no Barreiro

Oito famílias, cerca de 50 pessoas entre as quais dez crianças que vivem no bairro velho de Santa Bárbara, no Barreiro, encontram-se numa situação difícil motivada por um ofício enviado pela Quimiparque que anuncia a interrupção do fornecimento da água e luz às suas residências. É uma situação que se arrasta há cerca de um ano e que levou João Fialho a apresentar uma moção, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal do Barreiro, onde este órgão autárquico se solidariza com as famílias que estão, inclusivamente, a correr riscos de despejo, e se solicita à Quimigal, à Câmara Municipal, ao Governo Civil de Setúbal e ao Centro Regional de Segurança Social «que procurem em conjunto uma solução que permita a estas famílias sem recursos o direito à habitação».

## Fecho de linha férrea Guarda/Covilhã

A Direcção da Organização Regional da Guarda (DORG) do PCP assinala o seu «espanto e preocupação» ao tomar conhecimento pelo Jornal do Fundão da intenção da CP em fechar a linha férrea entre Guarda e Covilhã, exigindo das entidades competentes e do Ministério dos Transportes um rápido esclarecimento.

Desde já o PCP da Guarda considera que esse encerramento seria um grave erro com consequências negativas para o desenvolvimento do distrito, agravando o isolamento da população, aumentando a desertificação.

Por outro lado, o atraso na construção da estrada IP-2 e as manobras do PSD para não construir na Guarda o Terminal Internacional Ferroviário, revelam, como se diz no comunicado entretanto emitido, «intenções do Governo de Cavaco Silva de perpetuar e agravar o isolamento do distrito e de todo o interior».

A DORG do PCP afirma-se disponível para um debate público sobre vias de comunicação e desenvolvimento para que cada partido político assumira publicamente as suas responsabilidades.

## Jornadas Algarvias promovidas pelo PCP

No seguimento das Quartas Jornadas Algarvias realizou-se no passado fim-de-semana em Silves uma sessão dedicada aos problemas da hortofruticultura de onde ressaltaram os graves problemas que atingem o sector. A falta de escoamento dos produtos, nomeadamente dos citrinos, foi um dos factores apontados para a crise que o sector atravessa na região. A concorrência comunitária, fragilizando a produção nacional e acentuando a debilidade das organizações dos produtores, o envelhecimento dos pomares e um aumento das importações em desfavor das exportações, foram outras situações debatidas.

Neste sentido, o grupo parlamentar do PCP na AR apresentou recentemente um projecto de lei onde se prevê a criação de um programa de orientação e fomento das produções hortícolas e frutícolas que aponta algumas medidas para a resolução desta crise.



Uma grandiosa manifestação desportiva, são convívio e camaradagem entre quase quatro mil atletas dos mais diversos escalões constituiu o maior aliciente da Mela Maratona de Lisboa. Os atletas atravessaram a Ponte 25 de Abril, numa manifestação desportiva organizada pelo respectivo pelouro da Câmara Municipal de Lisboa. A atleta Rosa Mota e o britânico Paul Evens foram os vencedores da prova que promete regressar para o ano que vem

## Parlamento Europeu

# Situação económica na Comunidade e cooperação com a EFTA preocupam eurodeputados

A situação económica da Comunidade esteve em foco a semana passada na sessão plenária do Parlamento Europeu, quer através do debate sobre o relatório La Graete, quer ainda sobre as negociações CEE-EFTA tendentes à criação de um "Espaço Económico Europeu" (EEE). Temas em que os eurodeputados do PCP tiveram oportunidade de intervir para alertar uma vez mais para a necessidade crescente de concretizar a nível comunitário uma efectiva coesão económica e social e combater as tendências neo-liberais de desenvolvimento.

Para o eurodeputado Sérgio Ribeiro, a ausência de uma referência crítica à Comissão é justamente o único óbice do relatório La Graete sobre a situação económica da Comunidade. Segundo sublinhou na sua intervenção, seria desejável que o parecer do Parlamento Europeu denunciasses como a Comissão, depois de ter definido as noções de convergência nominal e de convergência real, passou a falar de convergência, assimilando este conceito a convergência nominal, técnico-económica (dos PIB, défices orçamentais e desequilíbrios das balanças de pagamentos), esquecendo - ou procurando fazer esquecer - **que a convergência real, a que traduz o nível de vida dos cidadãos, ou nele se traduz, corresponde à dinâmica que pode aproximar-se da coesão económica e social.**

A questão não é nova. Já no relatório do ano passado,

do deputado Cravinho, se distinguiu a diferença entre indicadores de convergência nominal e convergência real; também nessa altura a Comissão não deu seguimento ao desejo do Parlamento de ver melhorados os processos e instrumentos indicados de convergência.

Segundo Sérgio Ribeiro, teria sido vantajoso, nesta matéria, aproveitar o debate sobre a comunicação da Comissão Executiva relativa à política industrial, onde mais se confundem os conceitos e se chama real à convergência nominal, como se a convergência económica fosse a única em causa.

Não se trata, naturalmente, de uma questão académica, esta dos conceitos. É que a sua confusão traduz-se, na prática, por mais um obstáculo no caminho do objectivo da coesão económica e social.

Também o deputado Barros Moura manifestou as suas preocupações sobre a

eventual mudança de natureza da CEE, no processo em curso de criação do Espaço Económico Europeu (EEE), se o mesmo se realizar sem serem acatadas algumas condições fundamentais.

O Espaço Económico Europeu, que envolve os países da CEE e da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), pode de facto vir a transformar a Comunidade numa **grande EFTA**, ou seja, num **mero espaço de livre câmbio.**

Como fez notar Barros Moura, a não haver contrapartidas políticas democráticas, segundo o estrito método de negociação intergovernamental, e sem contrapartidas orçamentais, sociais, regionais, ambientais e outras, corre-se o risco de a EFTA vir a conseguir penetrar, com direitos iguais, no espaço económico comum dos Doze.

O risco resulta, naturalmente, do facto de o objectivo neo-liberal do mercado único de 1993 poder vir a superar todos os restantes objectivos da CEE, aproximando-se assim a inspiração fundamental de ambas as organizações. Para Barros Moura, «a grande zona de comércio livre - única coisa que a EFTA sempre quis ser - poderia agora ser realizada através da associação com a CEE, que sempre quis ser mais do que isso».

É sem dúvida significativo que ainda antes de um entendimento político para a criação do EEE, os empresários dos dois blocos - CEE e EFTA - tenham assinado em Bruxelas, no início deste mês, um acordo de extensão à EFTA do BC-NET (Business Cooperation Network) mecanismo de cooperação empresarial com consultores para apoio à promoção de contactos e trocas de informações entre empresários europeus. Na ocasião, o comissário Cardoso e Cunha, falando em nome da Comissão Europeia, disse estar consciente de que se está a lançar «uma cooperação real para além das negociações nas salas de conferência», sem no entanto manifestar preocupações pelo facto de tal cooperação poder vir a agravar os desequilíbrios existentes na Comunidade.

## Um perigo real

Essa foi de resto a preocupação expressa pelo deputado do PCP ao salientar que **nós não somos contra a realização do EEE**, que ao fim e ao cabo corresponde à realidade de o espaço EFTA ser o principal parceiro comercial da CEE. O que não se pode aceitar, disse, é que os países da EFTA obtenham o que para eles é vantagem - a livre circulação de capitais, serviços e mercadorias - não ficando à margem do mercado único de 1993, **sem con-**

**trapartidas reais e com o perigo de agravar os profundos desequilíbrios já existentes na CEE.** Com a agravante de que uma Europa assim enfeudada aos dogmas do neo-liberalismo «só poderia exercer efeitos negativos sobre os processos de democratização e de transição para a economia de mercado na Europa Central e de Leste, em vez de criar condições para um apoio económico sustentado a esses processos, que correm o risco de descambar no liberalismo selvagem e na "balcanização" política e nacional».

Pronunciando-se a favor do EEE desde que a associação CEE-EFTA respeite plenamente o *acquis* comunitário, quer no plano institucional como político, Barros Moura sublinhou o facto de as conferências intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária e a União Política deverem abrir «a perspectiva de uma democratização real dos processos de decisão na CEE», nomeadamente através das competências do Parlamento Europeu que deverão «ser respeitadas não só no processo de negociação e de aprovação do Tratado entre a CEE e a EFTA, mas também e sobretudo no futuro».

Para o deputado comunista, corre-se o perigo real «de a lógica do EEE assentar na imposição de factos consumados (ligados à desregulação económica e social) que não deixam margem de decisão às instituições comunitárias», o que levaria à existência de uma Comissão Executiva «cada vez mais poderosa e incontrolável agindo no quadro traçado pela negociação intergovernamental CEE-EFTA». Por outro lado, seria também posta em causa a participação dos parceiros sociais e dificultado ainda mais o objectivo de uma dimensão social de progresso de todas as políticas comunitárias.

Para Barros Moura, está-se perante o risco, bem grave, de o «EEE enfraquecer ainda mais o "modelo social europeu" em benefício do modelo americano de desregulação que sempre inspirou os liberais thatcherianos» e de «enfraquecer a coesão económica e social na CEE e o esforço de promoção do desenvolvimento dos seus países membros e regiões menos desenvolvidas».

Por todas estas razões, os comunistas portugueses apoiam a ideia de um fundo autónomo financiado pela EFTA em favor dos países com atraso estrutural, desde que esta não seja «uma maneira de comprar o acordo político dos Estados mais interessados nas políticas de coesão económica e social, em troca de meras compensações financeiras, sempre ilusórias».

## Iniciativa Europeia pela Paz

Inicia-se amanhã no Parlamento Europeu, em Bruxelas, a reunião da Iniciativa Europeia pela Paz, cujos trabalhos se prolongam até domingo. Lançada por um grupo de 107 parlamentares europeus, a que já aderiram alguns parlamentares portugueses (Raul Rego, Souto Mayor Cardia, Teresa Santa Clara Gomes, Miguel Urbano Rodrigues, Rogério de Brito, Natália Correia, Corredor da Fonseca), bem como inúmeras organizações pacifistas e de mulheres de mais de uma dezena de países europeus, a Iniciativa surgiu na sequência da crise do Golfo e visa criar as bases para uma activa participação europeia na luta pela paz no Médio Oriente.

No encontro de Bruxelas participará uma delegação portuguesa, representativa da Comissão Coordenadora do Movimento pela Paz e Contra a Guerra no Golfo, que entretanto promove também amanhã um debate público, na Casa da Paz, sobre iniciativas de convergência para uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

## Portugueses no Luxemburgo

Os filhos dos trabalhadores migrantes portugueses no Luxemburgo enfrentam, no plano da educação, uma situação que lhes é altamente prejudicial. O ensino das disciplinas básicas (como a Matemática) é ministrado em francês ou alemão, embora em muitos casos haja dispensa de frequência do alemão e noutros o luxemburguês faça parte da organização curricular. Pelo contrário, o ensino do português é quase sempre extracurricular, em aulas suplementares fora do horário normal, apesar de ser, muito provavelmente, a segunda língua mais falada no país.

Desta situação resulta um elevadíssimo grau de insucesso escolar e a quase geral exclusão da possibilidade de acesso ao ensino universitário, o que se traduz numa selecção injusta que condena os filhos dos trabalhadores migrantes ao emprego não qualificado.

O que se passa no Luxemburgo, nesta matéria, constitui uma violação da Directiva do Conselho sobre a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes e um obstáculo à realização do princípio da liberdade de circulação dos trabalhadores, pelo que o deputado Barros Moura questionou a Comissão sobre as medidas a tomar para eliminar esta situação de injustiça. Segundo o comissário Papandreu, a Comissão tem seguido atentamente a situação e apoia, no quadro do sistema escolar luxemburguês, «uma experiência-piloto que propõe soluções para alguns dos problemas levantados», designadamente os decorrentes do «ensino da Matemática em língua alemã e os ligados ao ensino do português em cursos paralelos». Esta experiência, afirma o comissário, acaba de entrar no seu último ano, estando a ser debatida «a criação de estratégias de acompanhamento entre os promotores da experiência e as autoridades competentes do Luxemburgo a fim de se assegurar o melhor aproveitamento possível dos seus resultados».

## Tribunal Internacional julga violações dos direitos humanos no Chile

Está a decorrer desde o início da semana, em Bruxelas, um Tribunal Internacional sobre a violação dos direitos humanos no Chile. A iniciativa, cujos trabalhos culminam hoje com a apresentação pública da *sentença*, conta com a participação de inúmeras personalidades e organizações sociais, políticas e religiosas chilenas e europeias.

Apesar do processo de democratização em curso no Chile, desde a eleição do Presidente Aylwin, continuam por apurar as responsabilidades pelas graves violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura do general Pinochet e por libertar muitos dos presos pela sua luta contra a ditadura.

Os eurodeputados do PCP, que apoiam a iniciativa, subscreveram na última sessão do PE uma Resolução sobre a mesma matéria. No texto aprovado, o PE solidariza-se com o Presidente Aylwin, que no início deste mês comunicou ao país os resultados do relatório da Comissão Nacional «Verdad y Reconciliación» que investigou as violações dos direitos humanos cometidos no Chile entre 11 de Setembro de 1973 e 11 de Março de 1990, e manifesta-se impressionado pelo alcance dos crimes cometidos: 2115 casos de assassinato e 641 processos a aguardar investigação adicional bem como torturas de todo o tipo.

O PE exprime ainda o seu apoio à decisão de averiguar as responsabilidades pelos crimes cometidos pela ditadura, enaltece a coragem, o sentido de justiça e a firmeza demonstrados pelo Governo do Chile e pelos membros da Comissão Nacional e insta o Congresso chileno a adoptar leis que permitam submeter as forças armadas e os seus mandatários ao poder civil legitimado pelo voto popular.

Na mesma resolução faz-se ainda notar que «o restabelecimento da democracia total, baseado no respeito da dignidade humana, da justiça social e da reconciliação nacional, não poderá ser atingido enquanto se mantiverem na prisão pessoas detidas pela sua luta contra a ditadura», pelo que o PE solicita às autoridades chilenas que «tomem todas as medidas ao seu alcance para que essas pessoas sejam libertadas o mais rapidamente possível».

## Mais pobreza na CEE

O número de pobres na Comunidade Económica Europeia aumentou para 50 milhões entre 1980 e 1985, segundo dados estatísticos da própria Comunidade. As camadas da população mais atingidas são os idosos, as crianças e as famílias cujo responsável é do sexo feminino.

Esta uma situação alarmante que não dá mostras de se alterar positivamente; antes pelo contrário, de acordo com os relatórios mais recentes realizados sobre a pobreza na Comunidade (Eurobarómetro nº3 de Março de 1990), regista-se uma tendência para o agravamento.

Segundo a Comissão, em resposta a uma pergunta escrita do deputado Barros Moura sobre a matéria, não estão de momento disponíveis informações estatísticas relativas às situações de pobreza em Portugal para o ano de 1990, já que os dados do inquérito 89/90 só estarão disponíveis em meados do corrente ano.

Referindo-se às dificuldades e limites metodológicos que se colocam aos trabalhos estatísticos sobre a pobreza, a Comissão acaba por reconhecer que as contribuições comunitárias concedidas no quadro dos Fundos Estruturais se têm revelado insuficientes para impedir o aumento das disparidades sociais. Afirmando que a «dimensão relativa das situações de pobreza foi também ponderada, em certa medida, na atribuição das dotações do novo programa comunitário para a integração económica e social dos grupos menos favorecidos, cujo orçamento foi repartido de molde a evidenciar um esforço de solidariedade em relação aos países do Sul», a Comissão escuda-se no facto de se tratar de «um programa experimental que engloba um número restrito de projectos-piloto», pelo que não terá sido possível «aplicar princípios rígidos de proporcionalidade». Foi assim que Portugal - um dos países menos desenvolvidos da Comunidade - foi contemplado com 4 dos 39 projectos tomados em consideração no referido programa.

De salientar que a sempre dinâmica Comissão não se pronuncia sobre medidas a tomar para impedir o crescimento da pobreza e o agravamento das desigualdades sociais nem sobre novas medidas e meios financeiros de combate à pobreza de modo a ter em conta a situação real de cada Estado-membro.

Internacional

OCDE

# Baixa sensível da actividade económica

Em 1990 o conjunto dos países da OCDE (organização económica que reúne nomeadamente os grandes países capitalistas) regista uma baixa sensível da sua actividade económica. Esta uma constatação inserida nos relatórios do Instituto francês de estatística e da Direcção de previsões, e que aponta perspectivas pouco optimistas, que não deixarão de ter os seus reflexos, antes do mais sobre o nível de vida dos trabalhadores e nas dramáticas condições socioeconómicas que se vivem nos países do terceiro mundo.

Este movimento de baixa de actividade económica poderá acentuar-se ao longo do primeiro semestre deste ano, e nalguns casos, como nos países anglo-saxónicos, traduz-se mesmo já por uma recessão (crescimento negativo).

Uma outra conclusão destes relatórios: a divergência entre, por um lado a economia americana, e por outro a alemã e a japonesa, que caracterizou o

início dos anos 90 (crescimento e excedentes na Alemanha e no Japão, acompanhados de rigor orçamental e monetário, e acumulação de dívidas e uma política monetária laxista nos Estados Unidos), teria actualmente dado passo a uma convergência.

Os Estados Unidos poderão registar uma ligeira melhoria da sua economia como resultado da utilização do dólar

como instrumento de exportação e de baixa dos preços do petróleo.

A Alemanha e o Japão defrontam-se com uma quebra dos seus excedentes comerciais em consequência, quer da reunificação da Alemanha, quer do afundamento do mercado bolsista japonês.

No conjunto, as perspectivas estão longe de ser positivas, como o testemunha o abrandamento previsto do crescimento do comércio mundial (5% em 1991 contra 7% em 1990).

## Trabalho precário em França

Neste quadro, a França aparece particularmente atingida, em grande medida pelas opções governamentais em matéria de política económica.

Concretamente, tudo tem sido feito — em particular desde 1983 — para fazer subir rapidamente a parte do capital nas riquezas produzidas. Os resultados estão à vista. Os lucros registaram uma verdadeira explosão, atingindo em 1989 o mais alto nível dos últimos dez anos.

Mas o preço foi uma elevada taxa de desemprego, mesmo no período em que o crescimento era mais forte, e os salários estão entre os mais baixos praticados nos grandes países capitalistas.

Um dos factores que muito tem contribuído para a degradação das condições de vida

dos trabalhadores franceses é a flexibilização do trabalho. O trabalho precário representa hoje 42% dos efectivos totais da empresa.

Segundo um relatório do Instituto Adia (de gestão económica e social), publicado no início de Março, registou-se uma autêntica explosão de trabalho precário no último decénio.

Com base numa amostragem de 355 empresas, englobando cerca de 1,6 milhões de assalariados, o estudo do Adia sublinha que, enquanto em 1979 o trabalho flexível correspondia a 27,6% dos efectivos totais destas empresas, em 1988 a sua percentagem era de 42,5%. Em relação ao trabalho a tempo inteiro, os postos de trabalho flexíveis eram de 8,4% em 1979, alcançando dez anos mais tarde os 12,7%.

No período considerado, o número de assalariados em situação precária aumentou de 24%, enquanto os efectivos totais diminuíram de 12%.

O estudo distingue múltiplas formas de flexibilização do trabalho — contrato a prazo, recurso ao trabalho temporário, utilização de assalariados des-tacados de outras empresas, integração de estagiários, criação de postos de trabalho a meio tempo, trabalho sazonal.

Dominam o trabalho a prazo e temporário. Em 1988 mais de dois terços dos contratos de trabalho correspondem a trabalho a prazo.

Um processo de flexibilização que acarreta a degradação das condições de vida dos trabalhadores.

## A força dos povos

Finda a guerra, é hora de balanço e do desbravar de outros caminhos para a solução dos múltiplos problemas do Médio Oriente, que a guerra naturalmente veio ainda agravar, em todos os planos e em particular no — tantas vezes ignorado — humano.

De entre as múltiplas opiniões que sobre tão candente tema se cruzam, aqui reproduzimos parte de uma entrevista, a L'Humanité, de Denis Langlois, porta-voz do movimento francês pela paz dos «75 contra a guerra do Golfo».

### A acção dos pacifistas serviu para alguma coisa?

— Por todo o mundo, os que se opunham à guerra avançaram com grandes iniciativas. Realizaram-se importantes manifestações em Paris e noutras localidades, comícios, concentrações, houve milhares de telegramas... Seria um erro pensar que tudo isto não serviu para nada. Penso mesmo que evitámos o pior. A guerra poderia ter sido ainda mais terrível e longa. Se a guerra foi suspensa, em alguma medida contribuimos para isso. Por outro lado, em França, como em muitos outros países, as forças democráticas, as pessoas, organizações que habitualmente não agem em comum, juntaram-se nesta acção unitária. Salientando o que as aproxima. Isto não prejudicou o movimento. Ao lado de muitos militantes — e de muitos comunistas — os simples cidadãos, os homens, as mulheres, os jovens não organizados, puderam agir em conjunto, e isto ao longo de vários meses. É importante para o futuro.

### E que combates se avizinham agora?

Vai haver agora outras batalhas. E é preciso empreendê-las ainda com mais eficácia. Nestes combates, é evidente que poderemos encontrar pessoas que de boa fé acreditaram em que a guerra era inevitável e poderia trazer soluções. (...) É preciso agir com eles para exigir, por exemplo, o respeito dos legítimos direitos do povo palestiano, a libertação do Líbano ou ainda os direitos do povo curdo.

Quando unidos e solidários, os povos representam uma força. É a única esperança para se pôr a esta ordem baseada na violência, que de forma cada vez mais opressiva se vai instalar nos próximos anos.

### Terminada a guerra, que pensa de tudo o que se passou?

Não pudemos evitar a guerra. Denunciámos o massacre do povo iraquiano. E estávamos aquém da realidade. Uma população civil indefesa foi esmagada sob toneladas de bombas. As tropas em fuga destruídas. Novas armas, particularmente mortíferas, foram utilizadas e experimentadas. Esta guerra não resolveu nada.



O trabalho precário tem contribuído decisivamente para a degradação das condições de vida dos trabalhadores

## GRÃ-BRETANHA

# «Poll tax» abolido

Numa decisão que contou com a unânime aprovação de todos os ministros britânicos, foi suspenso o impopular imposto camarário «poll tax», que indiscriminadamente atingia todos os cidadãos, independentemente das suas condições sociais. Anteriormente imposto por Thatcher, o «poll tax» provocou grande descontentamento popular, que nomeadamente se concretizou em manifestações de rua.

O «poll tax» deverá ser substituído, provavelmente por um imposto predial baseado no número de pessoas que ocupam uma habitação.

A suspensão do «poll tax» deve-se sem dúvida aos seus custos políticos para o governo conservador, tanto mais que nem no plano económico respondeu aos objetivos.

Em 1990, este imposto rendeu menos um bilião de libras do que o previsto, dado que um quarto dos contribuintes não o pagou.

### O exemplo de Ribble Valley

Já neste mês de Março, o partido conservador no poder sofreu uma clara derrota política, em grande medida atribuí-

vel ao carácter profundamente antipopular do «poll tax».

Numas eleições legislativas parciais realizadas em Ribble Valley, o candidato conservador, que tinha sido eleito em 1987 com uma maioria de 20 000 votos, foi agora vencido, com apenas 4000 votos. De notar que o candidato eleito, Michael Carr, liberal-democrata, tinha feito campanha em grande medida baseada no repúdio do «poll tax». Significativamente Michael Carr afirmou, quando foram divulgados os resultados eleitorais, que a História reconheceria que foi em Ribble Valley que a «poll tax» foi enterrada.

A vitória de um liberal-democrata nestas eleições, não apenas afastou os conservadores para a oposição, como relegou para a terceira

posição o partido trabalhista, que representava o maior partido da oposição.

De notar que é a segunda vez, de há uns meses para cá, que um candidato «centrista» consegue por um lado vencer os conservadores, por outro superar a oposição trabalhista que manifestamente, aos olhos do eleitorado, não apresenta alternativa credível.

### Trabalho infantil

A luta contra o imposto lançado por Thatcher, foi antes do mais a luta dos mais desfavorecidos, não apenas contra uma óbvia injustiça social, mas também contra um incomportável agravamento das suas condições de vida.

As profundas dificuldades de vida de alguns sectores da população britânica estão particularmente patentes na realidade do trabalho infantil.

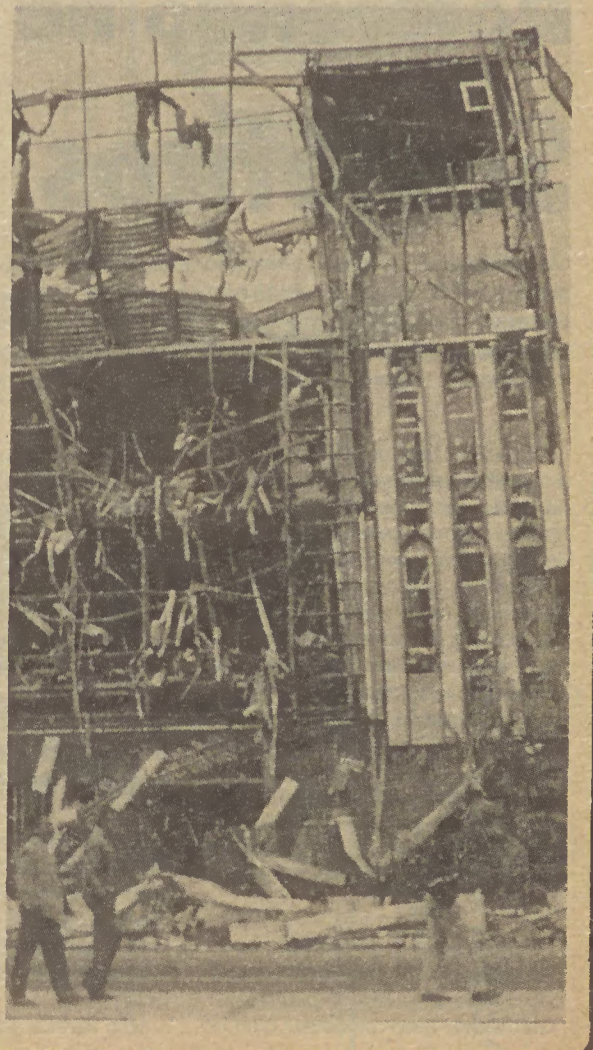
Dois milhões de crianças britânicas trabalham ilegalmente — a lei na Grã-Bretanha permite o trabalho a partir dos treze anos de idade! (em Portugal

é, como se sabe, a partir dos 16) — e por salários nitidamente inferiores aos dos adultos. Esta uma conclusão de um estudo estes dias divulgado em Londres.

A municipalidade de Birmingham (centro de Inglaterra) e uma associação que se dedica ao estudo dos baixos salários na Grã-Bretanha, revelam que as crianças trabalham sobretudo em boutiques, manufatura e empresas de limpezas. Cerca de um terço destas crianças são vítimas de acidentes de trabalho.

Segundo uma sondagem realizada em Birmingham numa amostragem abarcando 2000 crianças, 43% das que tinham idades compreendidas entre 10 e 16 anos tinham um emprego, ilegal em três quartos dos casos. Um quarto das crianças tinha menos de treze anos.

O estudo divulgado em Londres mostra igualmente que as crianças que trabalham no comércio, cabeleireiros e confecções ganham entre um terço e metade do salário de um adulto.



## Internacional

## Os «seis de Birmingham» libertados

## Em causa a justiça britânica

Hugh Callaghan, Patrick Hill, Gerry Hunter, Richard Mclkenney, Billy Power e John Walker, condenados a prisão perpétua por um crime que não cometeram e em tribunal sempre negaram, foram finalmente libertados.

Só não estão mortos, porque a Grã-Bretanha acabou com a pena de morte nos anos 60 (mas há ainda quem continue a defendê-la e se esforce mesmo pela sua reposição «legal»).

Um processo que roubou vida à vida destes seis irlandeses e que na verdade põe em causa — por si próprio, e porque não é um caso isolado — o próprio sistema judicial britânico.

Há dezasseis anos, a justiça britânica tinha necessidade de uns quaisquer bodes expiatórios para dar resposta a uma opinião pública condicionada, quer pelos sentimentos gerados pela própria realidade dramática das vítimas de actos de terrorismo, quer por uma campanha na imprensa exigindo que os reponsáveis dos atentados do IRA, que faziam dezenas de mortos, fossem rápida e severamente punidos. Campanha que simultaneamente ignorava o drama da dominação colonial britânica sobre parte da Irlanda.

Os seis de Birmingham tinham o «perfil» ideal para poderem ser apresentados como «culpados» — são irlandeses, pertencem à comu-

nidade católica e são simpatizantes da causa republicana.

Isso foi suficiente para que a justiça britânica os considerasse culpados, em 1975, de um atentado à bomba que fez 21 mortos e 162 feridos num Pub de Birmingham.

Como base da condenação foram considerados, de parte de «confissões» extorquidas pela força da tortura, o testemunho de um «especialista» e de um «pólcia» agora afastados.

O «especialista» «provou» que alguns dos acusados tinham mexido em explosivos. Dez anos mais tarde, um programa de televisão demonstrou que os produtos químicos detectados poderiam muito bem provir do jogo de cartas!

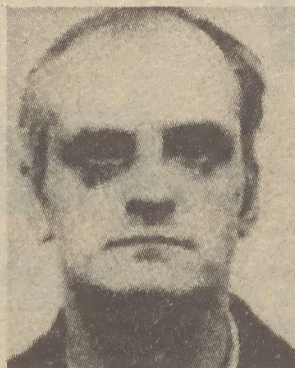
Quanto ao testemunho do pólcia foi agora considerado não ser seguro nem satisfatório. Na verdade porque hoje, esse mesmo pólcia, está a ser objecto de uma investigação por falsos testemunhos noutros processos.

## Não é um caso isolado

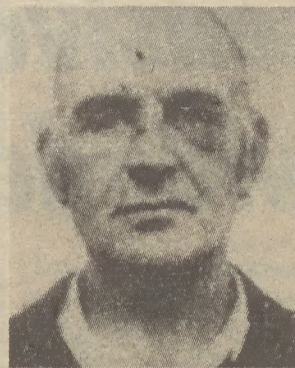
Não estamos entretanto perante um caso isolado.



Patrick Hill



Hugh Callaghan



Johnnie Walker



Dick Mclkenney



Gerry Hunter



Billy Power

Uma «falha» do aparelho judicial.

O ano passado, os «Quatro de Guildford» foram libertados, depois de serem reconhecidos como inocentes do atentado contra um pub, em Surrey. O mesmo se passou com os Marguire, uma família irlandesa acusada — sem fundamento — de ter fabricado bombas.

Equantos outros casos terá havido? Os seis de Birmingham estão hoje em liberdade na sequência de uma campanha pela sua libertação que se desenvolveu ao longo de cinco anos. E se não tivesse havido campanha?

Um factor básico é sem dúvida o mais profundo desprezo pela vida humana.

Citamos palavras de Chris

Mullin, deputado trabalhista que se empenhou profundamente nesta libertação e de alguma forma foi promotor da campanha para demonstrar a inocência dos «seis de Birmingham», «existe um ponto de vista, defendido em privado, de que se trata de pequenas vidas, boas para deitar fora para que as grandes reputações sejam preservadas».

Há apenas alguns meses, Lord Denning, um alto magistrado actualmente na reforma, defendia que se os acusados tivessem, a seu tempo, sido enforcados, isso teria evitado muitos aborrecimentos com que hoje a justiça britânica se defronta.

Entretanto, há também quem claramente ponha em causa o sistema judicial e de-

fenda a necessidade de profundas reformas.

Em opinião expressa na «Times», Lord Scarman, juiz agora na reforma, e defensor das liberdades, afirmava recentemente: «As questões colocadas não revelam apenas a má conduta de alguns pólcias de média graduação, nós devemos colocar a questão da eficácia do nosso sistema judicial na aplicação da lei criminal».

Lord Scarman propõe profundas reformas, em particular em «confissões» feitas na pólcia e a criação de um serviço de especialistas independentes.

É na verdade o sistema judicial que está em causa e, com ele, em alguma medida, a forma como se exerce o poder.

Referendo na URSS  
Soviéticos votam sim

Os resultados oficiais do referendo realizado dia 17 por toda a URSS, sobre o futuro da União, ainda não são conhecidos na sua totalidade. É entretanto desde já claro que, a nível da União, o «sim» é maioritário, correspondendo portanto a mais de 50% dos votos dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais (e não apenas dos votantes).

Um «sim» sem dúvida importante, e que abre caminho à transformação da União, conforme os termos do referendo, numa «federação renovada de repúblicas soberanas e iguais em direitos, na qual serão plenamente garantidos os direitos e liberdades dos homens de todas as nacionalidades». Mas que simultaneamente se insere numa realidade muito complexa e contraditória, eivada de profundos problemas económicos ainda não resolvidos, violências étnicas de parte de legítimas exigências de afirmação de identidade dos povos, manobras e violências políticas lado a lado com a afirmação e concretização de direitos democráticos.

Problemas que perpassam a própria realização do referendo, como ficou claro, quer na campanha anti-Gorbatchov que o precedeu, quer na

própria diversidade de formulações que se juntaram ao texto básico do referendo, ou ainda em actos de violência, como foi o caso, na capital moldava, Kichinev, da destruição de uma mesa de voto por 150 nacionalistas, munidos de armas brancas.

Questão de fundo — o parcial boicote da votação nas República bálticas, na Moldávia, Geórgia e Arménia.

## O projecto do novo Tratado da União

Pouco antes do referendo agora realizado, a imprensa divulgou o projecto do novo «Tratado da União das repúblicas soberanas», elaborado com a participação dos representantes da maioria das repúblicas soviéticas.

Nos termos do projecto, a União

Soviética é «um Estado federativo democrático, soberano». Resulta da «União voluntária das repúblicas iguais em direitos e realizando o seu poder de Estado nos limites do mandato que lhe é confiado pelas repúblicas». Iguais em direitos e em deveres, as repúblicas decidem de forma independente tudo o que se refere aos seus problemas de desenvolvimento interno em todos os planos. Opõem-se a todas as manifestações «de racismo, de chauvinismo, de nacionalismo, a todas as tentativas de limitar os direitos dos povos». As repúblicas reconhecem, como princípio essencial, «a prioridade dos direitos do homem de acordo com as normas admitidas pelo direito internacional». Desenvolverão todos os esforços no sentido de satisfazer as necessidades das pessoas «na base de uma livre escolha das formas de propriedade e dos métodos de gestão económica, no respeito dos princípios de protecção e de justiça social».

A democracia, baseada na representação popular, é considerada um princípio fundamental comum a todas as repúblicas.

Do projecto consta também que «as repúblicas membros têm o direito de sair da União de acordo com as regras estabelecidas pelos participantes no Tratado». As modalidades da saída não vêm expostas no documento.

Os países signatários do tratado delegam na URSS os seguintes poderes: a defesa da soberania e da integridade territorial; a segurança do Estado; a organização da Defesa nacional; as relações internacionais das empresas da Defesa nacional; as relações internacionais; as relações económicas externas; o orçamento da União; a investigação espacial, entre outros.

A União partilha com as repúblicas os seguintes poderes: a aprovação e as modificações da Constituição da URSS; a definição da política externa e o controlo da sua aplicação; definição da estratégia da segurança de Estado; política relativa às forças armadas; estratégia social e económica; concretização de uma política comum no domínio das finanças, do crédito, da moeda, dos impostos, com base numa moeda única.

«A ameaça de dissolução social» é, na boca de Marcelo Caetano, a expressão que traduz o pavor dos fascistas ante o desenvolvimento da luta popular.

E em que consiste a «dissolução social»?

É a luta e o movimento sindical, a que ele chama o perigo dos sindicatos fascistas se transformarem em «instrumentos revolucionários da luta de classes». É a adesão crescente da juventude aos ideais do socialismo, a que ele chama as «solicitações e tentações das utopias, dos mitos, da violência». É a luta estudantil, a que ele chama «o tripudiar nas escolas das minorias audaciosas que perturbam o ensino». É a resistência nos quartéis e a luta contra a guerra colonial, a que ele chama «a campanha de denegrimto das forças armadas» e «o desbocado ataque à presença de Portugal no Ultramar».

(...) Esta descrição apocalíptica serve a Marcelo Caetano para retirar os argumentos com que procura justificar a intensificação da repressão. Trata-se, afirma, de «encorajar o que representa o bem e combater e reprimir o que traduz o mal».

O «bem», para ele, são naturalmente os interesses dos monopólios, a exploração das massas trabalhadoras, a opressão do povo português, os crimes dos assassinos da PIDE-DGS, a dominação e as guerras coloniais.

(...) Aos que representam o «mal», aos que «se recusam a participar na obra colectiva» - aos que não abdicam das suas ideias e combatem a ditadura - afirma ele não hesitar em não os incluir no número dos «bons portugueses».

(«Contra o fascismo caetanista» - «Avante!», VI série, Nº 439, Março de 1972)

**AVANTE!**

«A repressão continua a ser uma das direcções principais da política do governo de Marcelo Caetano».

Perante a grande vaga de lutas reivindicativas da classe operária, a PIDE-DGS, GNR e PSP acorrem apressadamente em socorro do patronato, como tem acontecido em numerosas empresas, interrogando, ameaçando e intimidando os trabalhadores, pretendendo obrigá-los a submeterem-se à desenfreada exploração dos capitalistas.

Têm sido chamados à PIDE para interrogatórios vários dirigentes e delegados sindicais, sindicatos têm sido submetidos a buscas, a muitas assembleias tem sido imposta a presença da pólcia, muitas outras assembleias, colóquios, reuniões têm sido proibidos. Depois das «eleições» já foram presas muitas dezenas de antifascistas; a tortura continua a ser o método arvorado em instituição com que os criminosos da PIDE-DGS tentam arrancar declarações aos presos (...). Muitos dos que têm sido presos ultimamente sofreram simultaneamente a cruel tortura do sono (que em alguns casos se prolongou por mais de uma dezena de dias seguidos) e brutais espancamentos a chicote».

(«Alto à repressão!» - «Avante!», VI série, Nº 463, Março de 1974)

**AVANTE!**

«Há 12 anos - em 12 de Março de 1962 - ia para o ar a primeira emissão de Rádio Portugal Livre».

Emissora ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional, como nos habituamos a ouvir todos os dias pela voz dos seus locutores. Rádio Portugal Livre tem sido ao longo de todos estes doze anos um valioso instrumento ao serviço da luta do povo português, uma infatigável voz de combate pela liberdade. É uma poderosa voz do nosso Partido, uma voz que o fascismo não pode impedir de chegar às massas, de as informar, de as esclarecer, de lhes transmitir as consignas justas na sua luta de todos os dias pelo pão, pela liberdade, pela paz, pela independência nacional.

(«Rádio Portugal Livre - 12 anos de combate pela liberdade» - «Avante!», VI série, Nº 463, Março de 1974)